

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

Fabiane da Costa e Silva

O CAMPO DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA INDÚSTRIA
DE CELULOSE NO RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE
2006

Fabiane da Costa e Silva

O CAMPO DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA INDÚSTRIA
DE CELULOSE NO RIO GRANDE DO SUL

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof^ª. Maria Ceci Araújo Misoczky

PORTO ALEGRE
2006

Fabiane da Costa e Silva

O CAMPO DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA INSÚSTRIA
DE CELULOSE NO RIO GRANDE DO SUL

Trabalho de conclusão de curso de
graduação apresentado ao Departamento de
Ciências Administrativas da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, como
requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Administração.

Conceito Final:

Aprovado em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. _____

Instituição _____

Prof. _____

Instituição _____

Orientadora Prof^ª. _____

Instituição _____

Dedicatória

A meus pais pelo amor e confiança incondicionais.
A meus amigos pelo apoio e companhia nos momentos mais inusitados.
À minha professora orientadora pela atenção.

RESUMO

Esse estudo tem caráter exploratório e se baseia na análise de documentos. O objetivo é mapear os discursos dos diferentes atores sociais que disputam entre si a posição hegemônica em relação ao tema monocultura de árvores exóticas e indústrias de papel e celulose. A análise tem como referenciais a Teoria de Campos desenvolvida por Pierre Bourdieu e as concepções sobre desenvolvimento de Celso Furtado e de agências multilaterais. A estrutura de análise se baseia na abordagem da Análise Crítica do Discurso desenvolvida por Norman Fairclough (1999), que trata a linguagem como discurso, permite o posicionamento crítico do pesquisador e se relaciona com a crítica da ideologia. Conforme Bourdieu e Wacquant (2005) o campo é um espaço de luta onde atores sociais buscam reconfigurar suas forças, a fim de acumular um determinado tipo de capital. Para Celso Furtado (1980), o desenvolvimento é um processo de transformação social em nível de meios e fins, enquanto que para as agências multilaterais, o princípio do desenvolvimento é o crescimento econômico. O que se disputa na estruturação do campo estudado é, predominantemente, dois tipos de capital: o capital econômico, que nesse caso se materializa na forma de recursos financeiros, incentivos fiscais e infra-estrutura, e o capital simbólico, entendido como "uma propriedade qualquer [...] percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor" (BOURDIEU, 1996, p.107). Nesse campo o capital simbólico em disputa é o próprio conceito de desenvolvimento.

Palavras-chave: campo, desenvolvimento, capital, monocultura, celulose.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	10
2 REVISÃO TEÓRICA	22
2.1 O CAMPO DE PODER COMO ESPAÇO DO JOGO SOCIAL	22
2.2 A DISPUTA CONCEITUAL DE “DESENVOLVIMENTO”	28
2.2.1 As Concepções de Celso Furtado sobre Desenvolvimento	31
2.2.2 A Concepção Hegemônica sobre Desenvolvimento	37
2.2.3 Síntese das Diferentes Concepções sobre Desenvolvimento	40
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	42
3.1 ORGANIZAÇÃO DOS DADOS	43
3.2 ESTRATÉGIA DE ANÁLISE	43
4 AS DISPUTAS NO CAMPO DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA INDÚSTRIA DE CELULOSE NO RIO GRANDE DO SUL	47
4.1 OS ANÚNCIOS DE INVESTIMENTOS DA STORA ENSO	47
4.2 A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	66
4.3 A INVASÃO NO HORTO FLORESTAL DA ARACRUZ	79
4.4 O ANÚNCIO DE INVESTIMENTO DA ARACRUZ	89
4.5 A AÇÃO CONTRA A CAIXARS	94
4.6 ANÁLISE DO SEMINÁRIO DESERTOS VERDES: IMPACTOS DA MONOCULTURA DO EUCALIPTO PARA OS POVOS”	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	1166

INTRODUÇÃO

A história desse trabalho começa com a instalação da Indústria de Celulose Borregaard Ltda em 1966 na cidade de Guaíba. O descaso com o impacto ambiental proveniente das atividades da empresa motivou a atuação dos movimentos ambientalistas gaúchos, que, apoiados pela mídia, teve grande influência na decisão da Assembléia Legislativa em instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito que culminou com o decreto de paralisação das operações da empresa em 1973.

A Borregaard encerrou suas operações em 1974 e, após sucessivas aquisições e alterações em sua razão social, em 2003, a então Riocell é adquirida pela Aracruz Celulose. No ano de 2004, a Votorantim Celulose e Papel anuncia seu projeto de reflorestamento no Rio Grande do Sul. No ano seguinte é a vez da empresa Stora Enso fazer o anúncio da implantação de uma base florestal no Estado.

Diante desses sucessivos investimentos e da polêmica que gira em torno da questão das indústrias de papel e celulose que vem se instalando no Estado, é despertada a curiosidade da presente autora. Desta forma, justifica-se porquê estudar a questão do desenvolvimento que envolve as atividades dessa indústria, que vem sendo tratada como salvação para a Metade Sul do Rio Grande do Sul. O objetivo deste trabalho é mapear os discursos dos diferentes atores sociais com interesse nesse tema e que disputam entre si a posição hegemônica em relação ao assunto.

Para tanto, a análise desse trabalho terá como referenciais a Teoria de Campos desenvolvida por Pierre Bourdieu e as concepções sobre desenvolvimento de Celso Furtado e das agências multilaterais Organização das Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. Conforme Bourdieu e Wacquant (2005) o campo é um espaço de luta onde atores sociais buscam reconfigurar suas forças, a fim de acumular um determinado tipo de capital. Para Celso Furtado (1980), o desenvolvimento é um processo de transformação social em nível de meios e fins, enquanto que para as agências multilaterais, o princípio do desenvolvimento é o crescimento econômico.

O que se disputa na estruturação do campo de desenvolvimento das atividades da indústria de celulose no Rio Grande do Sul, é, predominantemente, dois tipos de capital. Por um lado, o capital econômico, que nesse caso se materializa na forma de recursos financeiros, incentivos fiscais e infra-estrutura. Por outro, o capital simbólico, entendido como "uma propriedade qualquer [...] percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor" (BOURDIEU, 1996, p.107). Nesse campo o capital simbólico em disputa é o próprio conceito de desenvolvimento.

Esse trabalho tem caráter exploratório e se baseia na análise de documentos. Os dados a serem pesquisados originam-se da grande imprensa do Rio Grande do Sul, da mídia alternativa e de documentos das organizações empresariais, do governo gaúcho e dos movimentos sociais. Para fins de análise foram escolhidos episódios recentes no que tange à problemática em questão, abrangendo o período que vai de 25 de setembro de 2005 até 03 de novembro de 2006. São eles: o anúncio de investimentos da Stora Enso no Estado, a celebração do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), a invasão da unidade de Guaíba da ARACRUZ Celulose, a duplicação da fábrica em Guaíba da ARACRUZ Celulose, a ação civil pública movida contra a CaixaRS e o seminário "Deserto Verde: os Impactos da Monocultura do Eucalipto para os Povos".

Quanto à estrutura de análise se faz a opção pela abordagem da Análise Crítica do Discurso (ACD) desenvolvida por Norman Fairclough (1999), que trata a linguagem como discurso, permite o posicionamento crítico do pesquisador e se relaciona com a crítica da ideologia. O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as organizações coletivas; como prática ideológica constitui, naturaliza e transforma os significados do mundo e as diversas posições nas relações de poder (FAIRCLOUGH, 2001). De onde se observar a influência de Gramsci (1996) na construção da ACD, por articular a ideologia com a prática e a política, e por seu conceito de hegemonia estar associado à organização do consenso que, por isso, adquire caráter dinâmico e temporário.

Este trabalho se divide em quatro seções. A primeira relata cronologicamente a interação entre os diferentes atores sociais que têm interesse ao que se refere à implantação das empresas de papel e celulose e à monocultura de árvores exóticas que as abastece. A segunda seção versa sobre o referencial teórico deste trabalho e está dividida em duas partes. Num primeiro momento, é descrita a teoria de campos de Bourdieu e a seguir, contextualiza-se a disputa conceitual acerca de desenvolvimento, apresentando, separadamente, as

concepções de Celso Furtado e de organizações multilaterais. A terceira seção trata dos procedimentos metodológicos adotados e, a quarta, das disputas no campo de desenvolvimento das atividades da indústria de celulose no Rio Grande do Sul.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Segue um relato cronológico da interação entre o governo, as empresas de celulose e papel e os movimentos sociais no estado do Rio Grande do Sul ao que se refere à implantação dessas empresas e à monocultura de árvores exóticas que as abastece.

Conforme Pinheiro (2006), a preocupação em fazer papel no Brasil começa com a imigração européia no sudeste e sul do país durante o século XIX, estando a indústria de papel e celulose relacionada à presença de coníferas, que sustentariam sua produção. De acordo com Hilgemberg e Bacha (2001), nas primeiras décadas de atividade, a indústria de papel e celulose no país usava basicamente matéria-prima importada. Os mesmos autores afirmam que devido às dificuldades econômicas e à política de substituição de importação na década de 30, adotada pelo governo federal, a capacidade produtiva do setor se concentrou nas maiores empresas.

Hilgemberg e Bacha (2001), escrevendo sobre o cenário da década de 50, asseguram que a disponibilidade de matéria-prima para o setor de celulose no mercado mundial gerava preocupação, pois as florestas de coníferas das regiões temperadas eram insuficientes. Daí surge o interesse dos países do Norte em aproveitar novas espécies de florestas tropicais e temperadas. Segundo Pinheiro (2006, p.38),

“a produção em grande escala de celulose de Eucalipto, pelo processo Kraft, foi iniciada no estado de São Paulo, em 1957, com a nova política aduaneira de Juscelino Kubitschek e nova Ordem Internacional do Banco Mundial de migração do setor para os países em desenvolvimento.”

Pinheiro (2006) diz que os outros investidores internacionais agiam sob o disfarce da Atlantic Community Development Group for Latin América (ADELA) –de cooperação com o governo militar e ditatorial. O autor ainda afirma que a decisão dos órgãos multilaterais se fundamentou nos baixos custos das terras e da mão-de-obra, e na ausência de controle da contaminação causada por essas empresas.

Na década de 60, conforme Pinheiro (2006, p.39) “a intervenção internacional deu-se com a implementação do regime totalitário”, com o governo criando incentivo à política florestal. Essa política se fundamentaria no Código Florestal (1965), na Lei 5106/66 (dispõe

sobre os incentivos aos empreendimentos florestais) e na criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (Decreto-Lei 289/67).

É nesse clima que decide se instalar no Rio Grande do Sul a primeira empresa de grande porte de produção de celulose para exportação. Trata-se da Indústria de Celulose Borregaard Ltda (que em 1967 passa a ser uma sociedade anônima), subsidiária de uma firma norueguesa. Essa decide se estabelecer em 1966 na cidade de Guaíba e, que a partir de 1968, obtém financiamento do então Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), mesmo ano em que inicia seus plantios.

A Borregaard inaugura sua fábrica em 1972. Segundo Gomes [2005?], a emissão de gases sulfurosos e o descaso com o impacto ambiental da empresa motivaram a atuação dos movimentos ambientalistas gaúchos, onde as figuras da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) e do ambientalista José Lutzenberger merecem destaque. De acordo com Neto (2004), a pressão desses movimentos teve grande influência na decisão da Assembléia Legislativa estadual em instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito e em decretar a paralisação das operações da empresa em 1973. Gomes [2005?] também ressalta a ampla cobertura da imprensa no caso, fato marcante para o desenvolvimento do então embrionário jornalismo ambiental gaúcho. O desfecho do caso dá-se com o fechamento da Borregaard em 1974.

Pinheiro (2005) afirma que, nessa época, as áreas de plantio de arroz da região ao redor da empresa foram substituídas por plantios de eucaliptos. E, o município de Guaíba, que era um balneário, perdeu todos seus turistas. O setor imobiliário da zona sul de Porto Alegre (para onde sopram os ventos predominantemente) também foi prejudicado, assim como o da pesca artesanal da região.

Segundo a SmartWood¹ (2003), em 1975 a empresa norueguesa é vendida para o grupo gaúcho SULBRASILEIRO/MFM e muda sua razão social para Rio Grande Companhia de Celulose do Sul. Pinheiro (2006) é mais categórico ao afirmar que os militares do Montepio da Família Militar (MFM) adquiriram a participação norueguesa da companhia com recursos públicos. Pinheiro (2005) declara que o sulfato, utilizado no processo da Borregaard, foi substituído pelo sulfito, que não polui o ar, mas é altamente poluente para a água.

De acordo com o SmartWood (2003), em 1978 o controle acionário da companhia passa à administração do BNDE e do Banco do Brasil. Este, de acordo com Pinheiro (2006,

¹ Entidade que auditora práticas florestais.

p.78), “gastou milhões de dólares para a construção de uma estação de tratamento de efluentes hídricos”. Em 1982, segundo o SmartWood (2003), o controle acionário da empresa muda novamente e ela passa a ser controlada pela *holding* KIV Participações S.A., formada pelos grupos KLABIN, IOCHPE e VOTORANTIM, mudando sua razão social para RIOCELL S.A.

No período entre 1978-1982, segundo Neto (2004, p.93), é “tomada a decisão de implantar o processo de branqueamento de toda a celulose produzida na unidade”. Esse processo entrou em funcionamento no ano de 1983. De acordo com um estudo desenvolvido pela Universidade de Campinas² (2004), o principal problema da poluição do setor está justamente nesse processo.

Durante a década de 80, a RIOCELL começa a desenvolver programas de integração interna e externa, devido ao comprometimento da sua imagem no que tangia à proteção ambiental. Para seus funcionários criou o Zé Lulose (com forte apelo emocional e utilizado no material distribuído pela empresa ao seu público interno) e para a comunidade lança a campanha “Cubra o mundo de Verde”, que consiste (pois segue até hoje) na distribuição de mudas de árvores. Cabe ressaltar aqui, que aquele que lutou contra a poluição da empresa na década de 70, Lutzenberger, virou parceiro da então RIOCELL. No primeiro ano de suas ações de ecocomprometimento ou de responsabilidade social, como preferem alguns, as notícias desfavoráveis em relação à empresa na imprensa oficial diminuíram sensivelmente, conforme mostra a figura a seguir:

² Disponível em <<http://www.ambientebrasil.com.br/noticias/index.php3?action=ler&id=13497>>

Companhia	Espaços - 1978		
	Favorável (cm/col)	Desfavorável (cm/col)	Total (cm/col)
Cia Jornalística Caldas Junior	1.305.50	2.305.25	3.610.75
Rede Brasil Sul de Comunicação	480	724.20	1.204.20
Outros Periódicos da Capital do Estado	745	63.85	808.85
Outros Periódicos Editados no Estado	215	236.50	451.50
Periódicos de Circulação Nacional Editados fora do Estado	1.444.05	3.428.5	5.331.55
Total	4.189.55	6.758.30	10.947.85
	Espaços - 1979		
	Favorável (cm/col)	Desfavorável (cm/col)	Total (cm/col)
Cia Jornalística Caldas Junior	214.50	999	1.213.50
Rede Brasil Sul de Comunicação	108.50	390	498.50
Outros Periódicos da Capital do Estado	4.627.63	210	4.837.63
Outros Periódicos Editados no Estado	128	0	128
Periódicos de Circulação Nacional Editados fora do Estado	883.25	220	1.103.25
Total	5.961.88	1.819	7.780.88
	Espaços - 1980		
	Favorável (cm/col)	Desfavorável (cm/col)	Total (cm/col)
Cia Jornalística Caldas Junior	1.279.50	444	1.723.50
Rede Brasil Sul de Comunicação	517.50	675	1.192.50
Outros Periódicos da Capital do Estado	5.016	4	5.020
Outros Periódicos Editados no Estado	36	5	41
Periódicos de Circulação Nacional Editados fora do Estado	591.80	84.30	676.10
Total	7.440.80	1.212.30	8.653.10
	Espaços - 1981		
	Favorável (cm/col)	Desfavorável (cm/col)	Total (cm/col)
Cia Jornalística Caldas Junior	1.331	95	1.426
Rede Brasil Sul de Comunicação	1.080	147.50	1.227.50
Outros Periódicos da Capital do Estado	4.825.50	41	4.866.50
Outros Periódicos Editados no Estado	6	0	6
Periódicos de Circulação Nacional Editados fora do Estado	2.276.29	35	2.311.29
Total	9.518.79	378.50	9.837.29

Quadro 1: Arrolamento de Espaços por Veículo.

Adaptação de Costa, 1982³.

A Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado (SCP, 1997), em seu Plano de Reestruturação Econômica da Metade Sul, aponta que em 1985 (de acordo com o Censo Agropecuário realizado nesse ano), as principais espécies utilizadas em reflorestamento na área de estudo eram a acácia negra, o eucalipto e o pinheiro americano (*pinus*) que, coincidentemente ou não, alimentam até hoje a indústria de papel e celulose do estado.

No final da década de 80, com a implantação do regime democrático, os movimentos ambientalistas passam a questionar o modelo desenvolvimentista promovido pela

³ O trabalho completo pode ser encontrado em http://www.portal-rp.com.br/pop/publicospecíficos/1982_10.htm.

industrialização (RYGAARD, 2002). A autora ainda afirma que, apesar da preocupação em propor alternativas a esse modelo, a disseminação dessas idéias passa a ser danosa aos interesses comerciais e econômicos da elite. Assim, as questões ambientais têm reduzido seu espaço na mídia. Isso, ressalta a autora, também foi reforçado pelos comitês, órgãos criados pelo governo, estruturados a partir de diferentes grupos de interesses no espaço de participação de representantes da sociedade civil, do setor industrial e do próprio governo, contribuindo para o enfraquecimento do jornalismo e dos movimentos ambientais.

O SmartWood (2003) registra que, no final dos anos 80, a RIOCELL começa a terceirizar sua atividade florestal. De acordo com Brunello (2002), em 1990 a empresa começa a distribuir “cadernos para alunos matriculados nas escolas dos municípios de sua zona de atuação florestal”. Neto (2004) ressalta que, em 1992, a empresa implementa o Centro de Educação para as Ciências Ambientais da RIOCELL (CECIELL), que além da educação ambiental tem como objetivo divulgar seus processos produtivos e sua *prática sustentável de desenvolvimento*. Nesse mesmo ano, a empresa inicia seus plantios clonais (SmartWood, 2003). Até meados da década de 90, a empresa é certificada conforme as normas do ISO 9002 (qualidade) e 14000 (meio ambiente).

Em 1995, o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, a fim de auxiliar a implantação de associações, lança o Manual de Orientação de como Criar e Administrar uma Associação de Reflorestamento. No mesmo ano, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) elabora o Programa para Implantação de Reflorestamento de Uso Múltiplo que, de acordo com a SCP (1997) seria necessário dada a previsão de déficit para o setor nos próximos anos. Segundo a SCP (1997, p.780), o mesmo estudo faz as seguintes recomendações para o setor:

- a) Desenvolver um Programa de Reflorestamento de uso múltiplo para a Região Sul, através dos gêneros *pinus spp* e *eucalyptus spp*, para processamento mecânico e fins energéticos, respectivamente.
- b) Fomentar o plantio de 160.000 ha de *pinus spp* e 240.000 ha de *eucalyptus spp*, considerando a Região Sul e um período de quatro anos, inicialmente.
- c) Definir a Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Rio Grande do Sul, Secretaria de Desenvolvimento Rural de Santa Catarina e a Secretaria de Meio Ambiente do Paraná como órgãos articulados e executores do programa, com a colaboração de organismos afins.
- d) Designar o BRDE para ser a entidade coordenadora nessa fase de elaborar o Programa e de gerenciar a obtenção de recursos necessários à sua viabilização, seguindo orientação do CODESUL, bem como o agente financeiro na fase de operacionalizar os recursos financeiros que forem conseguidos.

O estudo da SCP (1997) aponta as atividades de florestamento e reflorestamento como umas das alternativas mais promissoras para a metade sul do estado, devido à sua *infinidade* de aplicações. Por fim, o estudo expõe a seguinte proposta:

Projeto para criação de Pólos florestais de uso múltiplo (Florestamento e reflorestamento, indústria de beneficiamento, comercialização, exportação)

A atividade florestal é alta empregadora de mão de obra, isto é, geradora de emprego e renda. Por isso, pela **vocação florestal que a Metade-Sul possui** e a crescente demanda de produtos da madeira provenientes de florestas plantadas (questão ambiental) propõe-se amplo projeto de florestamento e reflorestamento para a Fronteira Oeste, região Central, Serra do Sudeste e Litoral Sul, como ação desencadeadora de um processo agroindustrial a partir da biomassa florestal cultivada.

Com oferta de matéria-prima, haverá condições de ampliar as indústrias de aproveitamento existentes e criação de inúmeras outras empresas:

- Indústrias de polpa e celulose.
- Indústrias madeireiras para construção.
- Indústria de casas pré-fabricadas.
- Indústrias moveleira.
- Energia (Padaria, Olaria, cerâmica, Secagem de fumo, carvão, Lenha doméstica).

Responsabilidade dos Agentes

1. Governo
 - 1.1. Governo Federal
 - 1.1.1. Recursos financeiros BNDES (Reconversul)
 - 1.1.2. Pesquisa científica (EMBRAPA)
 - 1.1.3. Estímulos fiscais (Isenção ITR e do IR)
 - 1.1.4. Portos (adequação p/ exportação florestal)
 - 1.2. Governo Estadual
 - 1.2.1. Extensão rural e Assistência técnica
 - 1.2.2. Infra-estrutura (água, energia, estradas, comunicações)
 - 1.2.3. Estímulos fiscais (FUNDOPEM, PAD, Outros)
 - 1.2.4. Divulgação
 - 1.2.5. Perfís Agro-florestais
 - 1.3. Prefeituras Municipais
 - 1.3.1. Estradas municipais
 - 1.3.2. Isenções de tributos
 - 1.3.3. Cedência e preparo de áreas p/indústrias
 - 1.3.4. construção de açudes e poços
 - 1.3.5. Campanhas de motivação
 - 1.3.6. Levantamento de Oferta de Terras para Parcerias
2. Setor Privado
 - 2.1. Produtor Rural
 - 2.1.1. Recursos financeiros
 - 2.1.2. integração a cadeia produtiva (Parcerias agro-florestais)
 - 2.1.3. Associativismo
 - 2.2. Empresas
 - 2.2.1. Recursos financeiros
 - 2.2.2. Estudos, projetos
 - 2.2.3. Proteção ambiental
 - 2.2.4. Identificação de oportunidades
 - 2.2.5. Comercialização
 - 2.2.6. Seguro agrícola
 - 2.2.7. Verticalização com produtores (Parcerias agro-florestais)
 - 2.2.8. Atualização tecnológica e gerencial
 - 2.3. Entidades de Classe
 - 2.3.1. Atuação junto a classe política
 - 2.3.2. Campanhas de divulgação e mobilização
 - 2.3.3. Formação de fundos para investimentos

2.3.4. Identificação de oportunidades

2.3.5. Estudos, planos, propostas

2.3.6. Financiamento (em parceria) de Perfís Agro-florestais. (SCP, 1997, pp. 783-784).

É curioso notar que, apesar da *vocação* para o florestamento, o mesmo Plano da SCP aponta os problemas gerados pela expansão das áreas de monocultivo de florestas: “redução da biodiversidade/introdução de espécies exóticas; interferência no ciclo da água; proliferação de pragas (formigas, caturrita, etc); indução ao desmatamento” (SCP, 1997, p.164-165). A respeito da poluição hídrica de origem industrial da região, o mesmo estudo aponta as fábricas de papel e celulose como uma das principais fontes.

Conforme o SmartWood (2003), em 1995 alienam-se as ações da IOCHPE para os fundos de Previdência Privada do PREVI (Banco do Brasil) e PETRUS (PETROBRAS). No ano seguinte, de acordo com o mesmo órgão, o mesmo ocorre com as ações detidas pela VOTORANTIM para as Indústrias Klabin de Papel e Celulose S.A.

Em 1997, a empresa passa a participar do Comitê do Lago Guaíba, ocupando duas cadeiras representativas do setor industrial. Neto (2004) afirma que a participação da empresa não foi bem vista pelos ambientalistas devido à relação da RIOCELL com os temas das dioxinas e organoclorados (prejudiciais ao sistema imunológico dos seres vivos), e também devido à discussão gerada em decorrência da duplicação da sua planta fabril e do conseqüente incremento de sua produção. No que tange à questão dos veículos alternativos relacionados à temática ambiental durante esse período, conforme Rygaard (2002, p.21), “por esbarrarem nas questões econômicas dos poderosos detentores do poder, foram se extinguindo”, passando o tema a ser tratado pelo viés econômico, dada a entrada das empresas no cenário ambiental.

Em 2000, a empresa passa a se chamar Klabin Riocell S.A. Como o próprio nome já diz, a empresa implanta o Projeto RIOCELL 2000 no início dessa década. Conforme Neto (2004, p.94), esse projeto estava voltado para “a modernização com vista à otimização dos processos produtivos da Unidade Industrial, concentrando a produção da fábrica em um único produto – “Celulose Kraft Branqueada de Eucalipto – ECF” (produzida sem o uso de cloro elementar)”. Porém, Brunello (2002) afirma que o branqueamento pelo ECF consiste na supressão do gás do cloro, que apenas diminui a concentração de organoclorados e dioxinas na água residual. O último autor ainda argumenta que os organoclorados não se diluem em água, porém se acumulam na gordura dos animais, podendo não serem constatados em exames das águas afluentes, apenas em exames diretos da fauna aquática.

Em 2001, a área florestal da Klabin Riocell recebe a certificação da SmartWood. Dando continuidade às suas ações de integração com a comunidade, a empresa passa a distribuir mel obtido de seus hortos florestais às APAES (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) de Barra do Ribeiro. No ano seguinte, em parceria com o Mac Donalds distribui hambúrgueres a crianças da comunidade indígena Kaigang⁴. Acredito que é possível perceber o grande esforço da empresa em associar sua imagem a eventos culturais, pedagógicos, esportivos e até ambientais.

Em 2003, a ARACRUZ CELULOSE S.A. compra a Klabin Riocell. Segundo Pinheiro (2006), a ARACRUZ é uma empresa pertencente à Coroa Norueguesa e Coroa Britânica, dado que o Grupo Lorentzen é propriedade do rei Olaf da Noruega e o Banco Safra, fachada da coroa inglesa. Pinheiro (2006) ainda ressalta que o BNDES – que pagou a construção da fábrica C no Espírito Santo - detém apenas 12,5% das ações, ante os 28% de cada um dos grupos anteriormente citados.

Ainda em 2003, a ARACRUZ participa do seminário “A Questão Florestal e o Desenvolvimento”, onde seu representante, Carlos Alberto Roxo, destaca o grande potencial do Brasil para o setor, todavia ressaltando o baixo aproveitamento do mesmo. Dessa forma, aponta os fatores inibidores do crescimento do setor: ausência de uma política setorial de longo prazo, modelo institucional não orientado à produção, legislação complexa, discriminatória e restritiva aos plantios florestais, expansão da base florestal na dependência quase que exclusiva das grandes empresas, inserção insuficiente dos pequenos e médios produtores rurais. Por fim, sugere simplificação da legislação, linhas de crédito e fomento à atividade florestal, uso de grandes empresas como pólos de desenvolvimento - usando sua capacidade tecnológica, de financiamento e aquisição de madeira -, incremento da atividade do setor através da desoneração dos custos administrativos como licenciamentos e vistorias, assim como a otimização das exigências legais, restrições à ocupação do solo, taxas e tributos para comercialização e transporte dos produtos florestais. Todas as sugestões são baseadas nos benefícios, segundo Roxo, trazidos pelo setor, sejam eles: duplicação da área de florestas plantadas, formação de empresas brasileiras globalmente competitivas, aumento das exportações e da arrecadação de impostos, além da geração de 2 milhões de empregos diretos

⁴ Gostaria de ressaltar que não estou fazendo piada, essas informações podem ser encontradas em Brunello (2002) e no endereço < http://www.aracruz.com.br/ra2005/pt/rs/objetivos_metas.html>. Também recomendo procurarem na página na web da empresa a Turminha da Iara Cruz.

e indiretos⁵ e da melhoria para o meio ambiente. Apesar de todos os obstáculos apontados por Roxo, a mesma apresentação revelava que a união ARACRUZ/RIOCELL era (e ainda é⁶) a maior produtora mundial de celulose de fibra curta de mercado. Aqui, a autora ressalta que a celulose da ARACRUZ é branqueada ao sulfato e de origem do eucalipto, única matéria-prima utilizada no processo produtivo da empresa.

Em abril de 2004, a Votorantim Celulose e Papel (VCP - que detém 28% das ações ordinárias da ARACRUZ) anuncia seu projeto de reflorestamento no Rio Grande do Sul, após uma empresa do grupo – a Erva Mate Reflorestamento – ter adquirido 40 mil hectares de terras em 14 municípios da metade sul do estado. Mais especificamente, de acordo com o De David (2006, p.06), o “pólo do monocultivo de árvores e a unidade industrial da VCP irão se localizar no eixo Rio Grande - Pelotas - Arroio Grande, expandindo-se até Bagé”. Conforme reportagem do jornal Zero Hora (18/04/2004, p.16), “o projeto da VCP poderia criar em torno de 5,7 mil empregos diretos e indiretos em toda a cadeia produtiva, da floresta às indústrias de celulose e papel, moveleira, madeireira, entre outras”. Informação essa contestada por um dos coordenadores do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA, 2006), Valmir Noventa⁷, que afirma que essas empresas criam apenas um emprego a cada 30 hectares plantados, e pelo Movimento das Mulheres Camponesas (MMC, 2006)⁸, que alega que, no caso da ARACRUZ, a cada 185 hectares é gerado somente um emprego.

Dias após o anúncio da instalação da VCP no estado, as preces de Roxo são ouvidas pelo governo gaúcho que lança um programa de incentivo ao reflorestamento na metade sul, através do Caixa –RS, o Proflora – Programa de Plantio Comercial de Florestas -, cuja meta, segundo publicado pela Gazeta Mercantil (27/04/2004), seria induzir o plantio de 120 mil hectares de florestas comerciais (leia-se pinus, eucalipto e acácia negra) até 2006. É válido alertar, como Verdum⁹ – geógrafo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - que:

“a monocultura dessas árvores como forma de desenvolvimento econômico na região é um processo antigo, que vem desde a década de 1980. No entanto, foi nos anos 2000 que a prática se intensificou, por meio de incentivos fiscais às transnacionais, concedidos pelos governos. Esvaziado o campo, as terras ficam baratas, o que atrai ainda mais as transnacionais”.

⁵ Infelizmente, Roxo ou a ARACRUZ não dizem como serão gerados esses empregos e nem em que se basearam para o cálculo desse número astronômico para o setor.

⁶ Disponível em <<http://www.aracruz.com.br/show.do?act=stcNews&menu=true&id=12&lastRoot=8>>

⁷ Disponível em <http://www.mpabrasil.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=375&Itemid=2>

⁸ Idem

⁹ Disponível em <<http://www.brasildefato.com.br/v01/impresso/anteriores/159/nacional/materia.2006-03-20.0793873528/view?searchterm=celulose>>

No ano de lançamento, o Proflora, através da ARACRUZ viabilizou R\$15 milhões a produtores fornecedores, ampliando sua base florestal em 5 mil hectares. No mesmo período, a citada empresa anuncia o investimento de R\$150 milhões para a modernização e atualização tecnológica de sua fábrica, a qual possibilitará um incremento de 30 mil toneladas de celulose produzida. É válido também mencionar a Poupança Florestal, iniciativa da VCP, “que estimula não só a plantação de eucalipto como o desenvolvimento, a geração de renda e a preservação do meio ambiente” (VCP, 2004). O programa destina-se, inicialmente, a produtores rurais da metade sul do estado.

No ano de 2005, conforme a Agência de Notícias do Palácio Piratini, a empresa sueco-finlandesa Stora Enso (que detém 50% das ações da Veracel junto com a ARACRUZ, detentora dos outros 50%) anuncia a área para implantação de suas florestas em oito municípios da metade sul e oeste do estado, entre Alegrete e Rosário do Sul. O investimento atinge a cifra de US\$50 milhões na compra de 50 mil hectares de terras até o final do referido ano, com expectativa de gerar entre mil e mil e quinhentos empregos.

Segundo dados da própria Stora Enso (2006), as regiões prioritárias em investimentos são o Brasil (RS) e o Uruguai (que têm em comum o bioma pampa e o aquífero guarani), não apenas devido às suas “excelente produtividade florestal”, mas também devido às diferenças de custos produtivos (digo, terras, matéria-prima, mão-de-obra, energia baratas), ou vantagens competitivas, como prefere a Stora Enso. A empresa estima uma área total própria em 100 mil hectares, de 20% a 30% de áreas de produtores parceiros, através de programas de fomento (certamente, esses programas serão cortesia dos governos federal e estadual) e a geração de 3.500 empregos diretos e 10.000 indiretos. Seu modelo de plantio é 1/3 de área de preservação e 2/3 de florestamento em mosaico, ou seja, intercalação entre mata nativa e florestas plantadas.

O que é muito interessante citar aqui é a significativa pesquisa do ponto de vista sociológico, realizada pela Stora Enso sobre os efeitos da sua atividade florestal nas regiões de instalação. A pesquisa foi aplicada em Bagé, Rosário do Sul, São Gabriel, Cacequi, São Francisco de Assis, Manoel Viana, Alegrete, Santiago, Santa Maria e Porto Alegre, entrevistando quase 100 pessoas¹⁰ que apontaram como vantagens do florestamento a geração de emprego e renda, atração de indústrias, prevenção da erosão e da desertificação, menor contaminação da água.

¹⁰ Não há erros nesse número, ratifico QUASE 100 (cem) pessoas.

Todas essas *vantagens* são contestadas pelos movimentos sociais e ambientalistas (como serão tratadas mais a fundo ao longo deste trabalho) que no ano de 2006 tomam força e notoriedade na mídia após a invasão e depredação do horto florestal da ARACRUZ Celulose em Barra do Ribeiro (RS) pelas mulheres da Via Campesina, com o propósito de denunciar as conseqüências ambientais e sociais do avanço dos desertos verdes (monocultivo de árvores exóticas). Esse ato foi classificado pelo Correio do Povo como “bárbaro episódio de vandalismo” e, as mulheres da Via Campesina, segundo a Folha de São Paulo, como “2 mil delinqüentes”. Percebe-se que a imprensa oficial não poupou adjetivos para a invasão da ARACRUZ, porém, transcorridos dois meses, poucas palavras foram ditas a respeito da acusação da empresa pelos movimentos sociais no Tribunal dos Povos das Transnacionais Européias e do sistema de poder das corporações na América Latina e Caribe pelos seus plantios florestais e suas plantas industriais em Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Uruguai. Porém, a acusação não pareceu importar ao Governo do Estado, pois no mesmo mês de maio, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler – FEPAM – órgão do Governo do Estado que detém a competência de licenciar atividades que possam gerar impacto ambiental, resolve celebrar um Compromisso de Ajustamento de Conduta, o qual licencia terras para o monocultivo de árvores exóticas sem o estudo prévio de impacto ambiental.

Entretanto, o governo também figurou como réu, sendo alvo dos movimentos ambientalistas - porém, não da imprensa - quando da ação civil pública contra o Estado do Rio Grande do Sul, a Caixa Estadual S.A. e o BNDES proposta pelos movimentos Amigos da Terra e União pela Vida em que informaram que

"o governo do Estado institui como um de seus programas de fomento à economia o plantio, em larga escala, de monoculturas: de eucaliptos, pínus e acácia negra, a fim de atender a demanda de empresas como Aracruz Celulose, Votorantin Celulose e Stora Enso que prometem expandir e construir novas indústrias para o beneficiamento de celulose branqueada até o ano de 2010" (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2006).

Os autores da ação argumentavam que a propaganda do projeto de fomento florestal (Proflora) continha apenas aspectos positivos da monocultura de árvores exóticas. Como pena, os réus ficaram obrigados a divulgar também os aspectos negativos dessa atividade (que segundo os ambientalistas, não são poucos). Porém, a ação não parece ter intimidado os investimentos no estado, pois no mês de junho, a ARACRUZ anuncia a construção de sua nova fábrica, ao lado da unidade de Guaíba, prevendo um gasto de R\$2,5 bilhões até 2015 -

quando a obra estiver concluída e capaz de produzir 1 milhão e 800 mil toneladas de celulose branqueada por ano.

Não há grandes dificuldades em se encontrar informações a respeito dos mega investimentos das gigantes da celulose no estado. Porém, o espaço para a réplica dos movimentos merece pouco destaque. Absolutamente nada foi escrito ou dito na grande imprensa a respeito da Articulação Estadual Contra o Deserto Verde, criada durante o seminário Deserto Verde: os Impactos da Monocultura do Eucalipto para os Povos, realizado em 16 de agosto deste ano no Salão de Atos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que também não *mereceu* espaço na mídia de massa.

São inúmeras as omissões e também as acusações na grande imprensa e na mídia alternativa; dos movimentos contra as empresas e o governo, assim como destes contra aqueles. Como o objetivo deste trabalho é justamente mapear os discursos dos diferentes atores sociais com interesse no tema fábricas de celulose e monocultura de árvores exóticas, essa primeira parte do trabalho teve como propósito contextualizar a trajetória dessa problemática no estado do Rio Grande do Sul. A seguir, será trabalhada a Teoria de Campos de Pierre Bourdieu a fim de servir como referencial para a análise, mais adiante, da disputa dos atores em produzir sua posição hegemônica em relação ao tema.

2 REVISÃO TEÓRICA

Essa seção está dividida em duas partes. Num primeiro momento, é descrita a teoria de campos de Bourdieu, que consiste, sucintamente, em conceber o campo como um espaço de posições de diferentes agentes e de luta pela apropriação de tipo(s) de capital(is). A seguir, contextualiza-se a disputa conceitual acerca de desenvolvimento. Dessa forma, apresentam-se, separadamente, as concepções de Celso Furtado (complementado por Arrighi e Mello) e de organizações multilaterais (Nações Unidas, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional). Após, essas concepções são sintetizadas em um terceiro subitem. Assim, justifica-se tal divisão, uma vez que o que se disputa nesse campo é o conceito de desenvolvimento.

2.1 O CAMPO DE PODER COMO ESPAÇO DO JOGO SOCIAL

Antes de expor os conceitos a serem trabalhados da obra de Bourdieu, creio ser importante reproduzir a visão de tal autor em relação à necessidade da reflexão sobre o sociólogo e o seu universo de produção:

“Al buscar establecer un vínculo directo entre términos muy distantes, omitimos la mediación crucial provista por el espacio relativamente autónomo del campo de producción cultural. Este subespacio es no obstante un espacio social con sua propia lógica, en el cual los agentes compitem por un beneficio de una especie particular y persiguen intereses que pueden desinteresarse mucho de los beneficios en vigor en el universo más amplio”. (BOURDIEU e WACQUANT, 2005, p.114)

Dito isso, justifica-se aqui a utilização da teoria de Bourdieu, dado que o objetivo deste trabalho é justamente revelar a lógica do *subespacio* do tema em questão, pois “podemos decir que el mundo social es el lugar de luchas continuas por definir qué es el mundo social” (BOURDIEU e WACQUANT, 2005, p.116).

Para Bourdieu e Wacquant (2005), o que existe no mundo social são relações objetivas, que existem independentemente da consciência ou da vontade de cada indivíduo.

Eles afirmam que o que é válido para os conceitos é válido para as relações, que só obtêm seu significado em um sistema de relações. Portanto, “pensar em términos de campo es pensar relacionalmente” (BOURDIEU e WACQUANT, 2005, p.149). Dessa forma,

“En términos analíticos, un campo puede ser definido como una red o una configuración de relaciones objetivas entre posiciones. Estas posiciones están objetivamente definidas, en su existencia y en las determinaciones que imponen sobre sus ocupantes, agentes o instituciones, por su situación presente y potencial (*situs*) en la estructura de distribución de especies del poder (o capital) cuya posesión ordena el acceso a ventajas específicas que están en juego en el campo, así como por su relación objetiva con otras posiciones (dominación, subordinación, homología, etcétera).” (BOURDIEU e WACQUANT, 2005, p.150)

Para Bourdieu e Wacquant (2005), a noção de campo transcende a oposição tradicional entre estrutura e história, pois as relações de poder que configuram a estrutura amparam “tanto a la resistencia a la dominación como a la resistencia a la subversión” (p.140). Segundo os autores (2005), uma das funções da teoria de campos é justamente fazer desaparecer essa oposição, pois não é possível captar a dinâmica de um campo sem uma análise de sua estrutura e, esta não pode ser entendida sem uma análise histórica. “Los agentes sociales son el *producto* de la historia, de la historia del campo social en su conjunto y de la experiencia acumulada por un trayecto dentro de un subcampo específico” (BOURDIEU e WACQUANT, 2005, p.199). O que quer dizer que, para se examinar um campo, deve-se estudar sua constituição, as tensões existentes entre as posições ocupadas em seu seio entre um campo e outro, principalmente, o campo de poder.

Há de se mencionar a noção de capital, que é sinônimo de trabalho acumulado, apropriado por agentes privados, que dessa forma, também se apropriam da energia social. Conforme Bourdieu e Wacquant (2005), o capital apresenta-se das seguintes formas: simbólico, social, econômico e cultural (podendo ser chamado de informacional). Quanto a primeira, é possível afirmar que “es la forma que una u otra de estas especies adopta cuando se la entiende a través de categorías de percepción que *reconocen* su lógica específica o, si lo prefieren, *desconocen* la arbitrariedad de su posesión y acumulación” (BOURDIEU e WACQUANT, 2005, p.178). Da segunda se pode dizer que é a soma de recursos “de la que hace acreedor un individuo o grupo en virtud de poseer una red perdurable de relaciones más o menos institucionalizadas de mutua familiaridad y reconocimiento” (BOURDIEU e WACQUANT, 2005, p.178).

“El campo del poder está organizado como una estructura quíasmica: la distribución de acuerdo con el principio dominante de jerarquización (capital económico) es inversamente simétrica a la distribución de acuerdo con el principio dominado de jerarquización (capital

cultural)” (BOURDIEU e WACQUANT, 2005, p.124). Segundo Bourdieu e Wacquant (2005), a denúncia da hierarquia presente em alguns discursos, não é suficiente para que se mude a realidade. Para tal, é necessário alterar as condições de existência dessa hierarquia nas mentes das pessoas e no mundo real.

A noção de campo de poder refere-se a um espaço de jogo onde os agentes e instituições sociais, detentores de determinada quantidade de capital, disputam posições em seus respectivos campos. Ou seja, está relacionado com o conceito de classe dominante, devido ao fato de “ser un campo de luchas por el poder entre los detentores de diferentes formas de poder” (BOURDIEU e WACQUANT, 2005, p.124). Essa luta pela reprodução dos princípios de dominação pode adotar tanto forma física como simbólica. A dominação ou violência simbólica se exerce com a consciência do agente que a sofre, no sentido em que aceita o mundo como lhe é apresentando, dessa forma, consentindo com as estruturas de dominação e, conseqüentemente, reproduzindo-as.

A analogia a um jogo é estabelecida, não somente em relação ao campo de poder, mas ao conceito de campo em geral. Há de se ressaltar que nessa comparação se deve diferenciar que o campo segue regularidades não explícitas, nele

“los jugadores son admitidos en el juego, se oponen unos a otros, algunas veces con ferocidad, sólo en la medida en que coinciden en su creencia (*doxa*) en el juego y en lo que se juega, a lo que atribuyen un reconocimiento fuera de todo cuestionamiento. Los jugadores acuerdan, por el mero hecho de jugar y no por medio de un “contrato”, que el juego merece ser jugado, que vale la pena jugarlo, y esta *cohesión* es la base misma de su competencia. Tenemos también *cartas de triunfo*, esto es, cartas maestras cuya fuerza varía según el juego: así como el valor relativo de las cartas cambia para cada juego, la jierarquía de las diferentes especies de capital (económico, social, cultural, simbólico) varía en los distintos campos.” (BOURDIEU e WACQUANT, 2005, p.151)

A existência do campo determina o valor do capital, que dependerá de sua eficácia nesse campo, concedendo poder àqueles que o detêm. A estrutura do campo será definida pelas relações de força entre os jogadores. Porém, a estratégia dos jogadores não dependerá somente do volume e da estrutura do capital *no momento considerado* e das possibilidades de jogo que lhe garantem, mas também de suas variações no decorrer do tempo, ou seja, “de su trayectoria social y de las disposiciones (*habitus*) constituidas en la relación prolongada con una determinada distribución de las probabilidades objetivas” (BOURDIEU e WACQUANT, 2005, p.153). Assim, os jogadores podem desejar aumentar ou manter a sua quantidade de capital, preservando as normas e regras de reprodução do jogo, ou jogá-lo no intuito de alterá-las.

Dessa maneira, os jogadores podem ingressar no jogo e se empenharem para mudar o valor relativo de determinado capital, desvalorizando o de seus oponentes e valorizando o capital que possuem em abundância. Esse tipo de luta é regular dentro do campo de poder, principalmente, aquelas que almejam ao poder do Estado, isto é, “los recursos económicos y políticos que permiten al Estado esgrimir poder sobre los juegos y todas las reglas que los regulan” (BOURDIEU e WACQUANT, 2005, p.153).

De acordo com Bourdieu e Wacquant (2005), os jogadores tentam, constantemente, diferenciar-se de seus oponentes mais próximos com o propósito de diminuir a competição e instituir um monopólio em determinado setor do campo. Portanto, serão as conjunturas do jogo que determinarão o êxito de suas tentativas, por isso que os autores (2005, p.154) afirmam que “los limites del campo están donde los efectos del campo cesan”.

A dinâmica do campo se estrutura na assimetria das forças que nele se confrontam; forças essas que definem o capital em disputa. Por isso que “un capital no existe ni funciona salvo en relación con un campo” (BOURDIEU e WACQUANT, 2005, p. 154). Portanto, sendo o campo um espaço de luta onde os jogadores buscam reconfigurar suas forças, eles também procuram melhorar sua posição e impor seus princípios de hierarquia - os quais lhes são mais favoráveis – dentro do campo. A estratégia de cada jogador dependerá de sua posição no campo, não só em relação à distribuição de um tipo específico de capital, mas também da sua percepção do campo “según el punto de vista que adopten *sobre* el campo como una visión desde un punto *en el campo*” (BOURDIEU e WACQUANT, 2005, p.156). Dessa forma, a relação dos agentes com o jogo, integra-o e pode ser a base de sua transformação.

É válido destacar aqui, a noção de interesse de Bourdieu e Wacquant (2005). Para eles, o jogador interessado é aquele que reconhece a importância daquilo que está em disputa no jogo social. “Este interés específico implícito por la participación en el juego difiere según a la posición que se ocupe en él (dominante versus dominado u ortodoxo versus herético) y la trayectoria que condujo a cada participante a su posición” (BOURDIEU e WACQUANT, 2005, p.175)

Para a análise de um campo, Bourdieu e Wacquant (2005) sugerem três momentos, a saber:

- análise da posição do campo em relação ao campo de poder;
- análise da estrutura das relações entre as posições ocupadas pelos jogadores;

→ análise dos diferentes sistemas de disposições adquiridos pelos jogadores ao internalizarem determinada condição social e econômica.

É importante ressaltar que as determinações externas que influenciam os agentes em determinado campo, nunca lhes são diretamente aplicadas,

“sino que solo los afectan a través de la mediación específica de las formas y fuerzas específicas del campo, después de haber sobrellevado una *reestructuración* que es tanto más importante cuanto más autónomo sea el campo, esto es, cuanto más capaz sea de imponer su lógica específica, el producto de su historia particular”. (BOURDIEU e WACQUANT, 2005, p.161)

Para Bourdieu e Wacquant (2005), é possível observar homologias funcionais e estruturais entre diferentes campos e a estrutura do espaço social, como a existência de relações de dominação e seus mecanismos de reprodução, por exemplo. Assim, as lutas nesses campos, contidas no campo de poder, tendem a funcionar em uma lógica dupla: possuem efeitos e funções políticas devido à homologia de posição que prepondera tanto como “combatente” nesse campo e como grupo político e social na totalidade do campo. “La homologia entre los campos es la causa de las luchas por los objetivos específicos en juego en el campo autónomo por producir formas *eufemizadas* de las luchas ideológicas entre las clases” (Bourdieu, 1979, *apud* Bourdieu e Wacquant, 2005, p.161). Outro fator importante é que, para Bourdieu e Wacquant (2005), os campos são sistemas de relações independentes das pessoas definidas por essas relações, o que equivale a dizer que determinado agente só existe como tal porque existe um campo para tal. Dito isso, justifica-se porquê Bourdieu e Wacquant (2005) declaram que é o campo, e não os indivíduos, que deve ser o objeto a ser investigado primeiramente. A isso, adicionam que os indivíduos, socialmente constituídos, existem como agentes atuantes no campo por possuírem determinado tipo de capital e, por isso, produzem efeitos no respectivo campo. É a determinação das posses dos agentes que fundamentará e legitimará sua entrada em um campo. Portanto, para se construir o campo, as formas de capital que nele operam devem ser identificadas e, para que essas formas sejam construídas se deve conhecer a lógica específica do campo.

Dessa maneira, conforme Bourdieu e Wacquant (2005), a compreensão da produção e circulação de certo bem econômico conduz à análise das políticas estatais, que “inciden directamente en la determinación del funcionamiento de un mercado económico” (BOURDIEU e WACQUANT, 2005, p.167). Portanto, de acordo com os autores (2005), o Estado seria um conjunto de campos onde as lutas que almejam ao poder de impor normas coercitivas ocorrem, pois “el Estado es, en último análisis, la gran fuente de poder simbólico” (BOURDIEU e WACQUANT, 2005, p.169). A partir disso, torna-se capaz analisar como os

agentes privados, em disputa uns com os outros, atuam a fim de dirigir as políticas de Estado em cada esfera da atividade econômica e cultural, de estabelecer vínculos com agentes burocráticos.

“Se sigue que la construcción del Estado va de la mano de la constitución del campo del poder entendido como el espacio de juego donde los poseedores de diversas formas de capital luchan *en particular* por el poder sobre el Estado, esto es, sobre el capital estatal que otorga poder sobre las diferentes especies de capital y sobre su reproducción” (BOURDIEU e WACQUANT, 2005, p.172)

É possível afirmar, conforme Bourdieu e Wacquant (2005), que, assim como existem monopólios dos bens econômicos, o mesmo ocorre com os bens lingüísticos. Essa observação é de fundamental importância, uma vez que as relações lingüísticas são, para os autores, relações de poder, desde que envolvam agentes com diferentes posições referente à distribuição do capital em questão. O orador (aqui considerado, não somente como a pessoa que fala, mas como a que transmite alguma mensagem independente da forma que essa adquire) é dotado de determinada autoridade social, que é reconhecida pelo seu público, mesmo que em diferentes graus. Com isso, Bourdieu e Wacquant (2005, p.208) tentam demonstrar que parte do que é dito “permanece ininteligible en tanto no se tome en cuenta la totalidad de la estructura de poder presente, aunque invisible, en el intercambio”.

O ato da fala é produto, respectivamente, de disposições constituídas socialmente que acarretam em uma tendência no modo de tratar determinados assuntos de diferentes maneiras e de “um sistema de relaciones de fuerza que se impone como sistema de sanciones específicas e censura específica” (BOURDIEU e WACQUANT, 2005, p.211), que influi na produção e nos preços dos produtos lingüísticos. De onde se infere que o acesso à linguagem é desigual e, assim, também o são as posições lingüísticas. O poder de “actuar sobre el mundo actuando sobre la representación del mundo” (BOURDIEU e WACQUANT, 2005, p.214-5), ou seja, o poder simbólico, é definido na e por uma relação em que se pode legitimar o que é dito e quem o diz. De forma que a eficácia social e o significado de uma mensagem só podem ser determinados quando se compreende “la estructura completa de las relaciones objetivas que definen las posiciones dentro del campo, las formas específicas de censura que cada una impone [...], las trayectorias y disposiciones lingüísticas de aquéllos que ocupan esas posiciones” (BOURDIEU e WACQUANT, 2005, p.217). Por isso que para os autores, uma análise puramente lógica ou política, não é capaz de explicar a ambigüidade de um discurso, que reside na relação entre dois sistemas: manifesto e reprimido.

2.2 A DISPUTA CONCEITUAL DE “DESENVOLVIMENTO”

Nahón, Enríquez e Schorr (2006) sustentam que o campo de desenvolvimento é constituído a partir do nascimento do sistema capitalista. Por esse campo, os autores entendem ser aquele destinado à discussão e à reflexão teóricas sobre as causas e fatores determinantes para o desenvolvimento material das sociedades capitalistas em geral, que trazem consigo a idéia de progresso material e, conseqüentemente, de possibilidade de promoção do crescimento econômico.

Após a II Guerra Mundial, a reflexão científica sobre o desenvolvimento capitalista busca explicar a razão do atraso econômico e social de algumas regiões do planeta em relação a outras e ainda acrescenta o estudo de possibilidades de desenvolvimento dessas regiões (NAHÓN, ENRÍQUEZ E SCHORR, 2006). O que, de acordo com Falero (2006), é a base de um novo paradigma que remete ao conceito de dependência, que irá refutar a, até então dominante, visão eurocêntrica. Neste cenário, destaca-se a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), concebida para facilitar as condições de desenvolvimento do subcontinente, cujo pensamento teórico e prático sempre esteve ligado ao pensamento das ciências sociais latino-americanas (NAHÓN, ENRÍQUEZ E SCHORR, 2006). Beigel (2006) afirma que o campo intelectual latino-americano sempre esteve fortemente ligado à práxis política, assim como sua idéia de autonomia sempre esteve ligada à idéia de liberdade.

A CEPAL, em relação a América Latina, afirmava que seu escasso desenvolvimento industrial, sua excessiva especialização produtiva ligada a produtos primários e a satisfação de grande parte de sua demanda interna mediante a importação de produtos manufaturados dos países centrais, só poderiam ser entendidos como função de sua inserção estrutural no sistema econômico mundial (NAHÓN, ENRÍQUEZ E SCHORR, 2006). O denominado estruturalismo cepalino ainda argumentava que havia uma relação inversamente proporcional entre os preços dos produtos exportados para os países latino-americanos e aqueles exportados para os países centrais que, aliados ao protecionismo vigente nas economias de centro e às fortes variações na demanda de bens da periferia, levava à transferência de excedente dos países periféricos aos centrais, o que caracterizaria a inserção daqueles países nas correntes internacionais de circulação de mercadorias e que acabaria por refletir em seus

perfis produtivos, tendo impactos diretos em seus mercados de trabalho (NAHÓN, ENRÍQUEZ E SCHORR, 2006).

À luz do pensamento da CEPAL e em confronto com a Teoria da Modernização – a qual parte do pressuposto da existência de uma dicotomia entre os tipos ideais de países ou sociedades, defendendo a premissa de que esses sujeitos passam pelas mesmas etapas em seu processo de desenvolvimento histórico -, no final da década de 60, surge a Escola da Dependência, que entendia as sociedades particulares em um contexto de sistema social, que de forma mais abrangente equivale dizer o sistema capitalista mundial (NAHÓN, ENRÍQUEZ E SCHORR, 2006). Nahón, Enríquez e Schorr (2006) destacam três grandes correntes da Escola da Dependência: uma que defendia a idéia de que o subdesenvolvimento tem como uma de suas principais causas a dependência econômica dos países periféricos em relação aos países centrais, outra que afirmava que o subdesenvolvimento latino-americano se devia ao tipo de aliança estabelecida entre as elites dominantes dos países centrais e periféricos e, por último, uma que buscava enfatizar que o subdesenvolvimento surgia das condições externas a que estavam sujeitas as economias periféricas. É válido ressaltar que essa terceira corrente é representada, entre outros, pelos trabalhos de Celso Furtado, que ao ampliar o conceito de desenvolvimento, levanta questões de cunho social e político. Nesse sentido, Beigel (2006) declara que uma indagação sobre a noção de dependência na história latino-americana implica questionamentos sobre a relação de dominação de uns países sobre outros e a construção analítica dessas relações no campo intelectual.

Porém, a partir da década de 70, com os regimes autoritários na América Latina e a introdução do tema do desenvolvimento dependente de Fernando Henrique Cardoso -que, ao invés de condenar o capital internacional e sua política expropriadora no subcontinente, atribui ao corporativismo e à burocracia as causas da dependência (BEIGEL, 2006)-, a economia neoclássica começa a se recuperar e a questionar as conseqüências sociais e econômicas da aplicação de políticas públicas inspiradas na economia de desenvolvimento emergentes após a II Guerra (NAHÓN, ENRÍQUEZ E SCHORR, 2006). Dessa forma, os neoclássicos, com ampla cobertura dos meios de comunicação, apontavam o intervencionismo estatal na economia como uma das causas do atraso dos países periféricos (NAHÓN, ENRÍQUEZ E SCHORR, 2006). A partir da década de 80, com a adesão do Banco Mundial e com as determinações do Consenso de Washington (diminuição dos gastos e do tamanho do Estado, liberalização comercial e dos fluxos de inversão estrangeira direta), ao que mais tarde ficou conhecido como neoliberalismo, a denominada contra-revolução triunfa (NAHÓN,

ENRÍQUEZ E SCHORR, 2006). Dessa maneira, as agências multilaterais de crédito e, conseqüentemente os países que delas contraíam empréstimos, passam a adotar políticas neoliberais.

Todavia, após mais de uma década de aplicação dessas políticas, os países em desenvolvimento têm apresentado efeitos diversos do crescimento rápido e exitoso previsto por elas, como o aumento da concentração de renda e da exclusão social, endividamento dos governos (NAHÓN, ENRÍQUEZ E SCHORR, 2006). Beigel (2006) alerta que os acontecimentos políticos dos últimos anos comprovam que as frágeis democracias latino-americanas não resistiram ao saqueio econômico, à corrupção institucionalizada e aos crescentes níveis de desemprego; desde de 2001, o que se observa no subcontinente americano são rebeliões e panelaços que explicitam o descontentamento com a política neoliberal. Durante esse processo, em nível teórico, a discussão sobre subdesenvolvimento foi anulada, porém, a de desenvolvimento foi fragmentada, sendo tratada pelo viés economicista de curto prazo, que pregava que as economias em desenvolvimento deveriam, em primeiro lugar, estabilizarem-se para assim crescerem e, finalmente distribuírem a riqueza (NAHÓN, ENRÍQUEZ E SCHORR, 2006). Dessa forma, passa a predominar, na sociologia de desenvolvimento latino-americana, investigações quantitativas e estatísticas, abandonando a análise histórico-cultural e aceitando a hegemonia da economia neoclássica (NAHÓN, ENRÍQUEZ E SCHORR, 2006).

Porém, para escapar do viés adotado pelas agências multilaterais (a exemplo das Nações Unidas), que só fazem por legitimar o modelo econômico, mas antes disso ideológico, de capitalismo turbinado, opta-se pela concepção de desenvolvimento de Celso Furtado. Acrescenta-se a isso, a crença de que o desenvolvimento não pode ser considerado um processo meramente linear e econômico, mas como um conjunto de fatores históricos e sociais resultantes da divisão internacional do trabalho.

2.2.1 As Concepções de Celso Furtado sobre Desenvolvimento

Furtado (1980) afirma que sociedades desenvolvidas são aquelas em que seus indivíduos satisfazem suas necessidades e renovam suas aspirações. Assim, o estudo do desenvolvimento implica o tema da invenção cultural, considerando-se que as necessidades humanas não são previamente identificadas pela atividade econômica, a essa atividade se soma “a técnica, ela mesma fruto da criatividade, não pode ser reduzida a unidades de espaço físico” (FURTADO, 1980, p.45).

Para Furtado (1998, p.26), “o processo histórico de formação econômica do mundo moderno pode ser observado” pela interação da “intensificação do esforço acumulativo mediante a elevação da poupança de certas coletividades, da ampliação do horizonte de possibilidades técnicas e do aumento da parcela da população com acesso a novos padrões de consumo”. De maneira simplificada, pode-se dizer que a formação do sistema econômico mundial fundamentou-se nas transformações das estruturas sociais e dos padrões de consumo, portanto desenvolvimento e subdesenvolvimento são resultantes da prevalência de um desses processos, que, apesar de historicamente distintos, derivam “de um mesmo impulso inicial e tendem a reforçar-se mutuamente” (FURTADO, 1980, p.23).

O desenvolvimento ou a capacidade criativa do homem em enriquecer o mundo “só se efetiva quando a acumulação conduz à criação de valores que se difundem na coletividade”, por isso que a teoria do desenvolvimento deve se preocupar com a técnica, ou seja, “o empenho do homem de dotar-se de instrumentos”, e com “os valores com que o homem enriquece seu patrimônio existencial” (FURTADO, 1998, p.47). Ademais, cabe ao analista de desenvolvimento atribuir grande relevância ao poder que certos agentes possuem em lograr alterar o comportamento de outros (FURTADO, 1986). No intuito de apreender o desenvolvimento, Furtado (1980) o considera como um processo que implica transformação da sociedade em nível de meios e fins: o processo de acumulação e ampliação da capacidade produtiva, apropriação e configuração do produto social, divisão social do trabalho e cooperação, estratificação social e dominação, criação de novos produtos e ampliação do consumo, destruição de valores e supressão da capacidade produtiva.

O progresso técnico compreende o conjunto de transformações sociais que possibilita o processo de acumulação e, conseqüentemente, de reprodução da sociedade capitalista

(FURTADO, 1980). Dessa forma, os agentes que dirigem as atividades econômicas disputam espaço entre si, alimentando o processo de acumulação pelo qual são responsáveis, reproduzindo o espaço que disputam (FURTADO, 1980). Essa situação favorece os agentes que inovam no sentido de economizar mão-de-obra (inovação técnica), o que implica forte acumulação e “pressões sociais no sentido de redução de desigualdades” (FURTADO, 1980, p.11).

Para Arrighi (1997, p.22), o que mais importa para a empresa capitalista, não é seu nível absoluto, mas relativo de acumulação. Portanto, novas combinações insumo-produto ou inovações são utilizadas tanto como armas ofensivas como defensivas pelas empresas na busca de segurança futura em relação à sua posição presente, de onde Arrighi (1997, p.22) conclui que “a luta competitiva entre as empresas capitalistas é eminentemente posicional”.

O conceito de desenvolvimento apresenta três dimensões: “a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos” (FURTADO, 1980, p.16). Quanto a terceira dimensão, Furtado (1980) declara que é percebida como parte de um discurso ideológico, devido à ambigüidade das aspirações dos diferentes grupos sociais.

Para Furtado (1980, p.53), “a partir da idéia de excedente é possível abranger a totalidade do processo social”, dado que considera a acumulação como um subconjunto do mesmo e, o desenvolvimento de forças produtivas um subconjunto da acumulação.

“O que importa no conceito de excedente é a destinação final dos recursos, a qual está desligada da satisfação de necessidades constringentes e se abre sobre um horizonte de opções. É porque o seu uso transcende as exigências básicas relacionadas com a reprodução da população, em certo contexto cultural, que esses recursos podem ser considerados excedentários. Visto de outro ângulo, o uso desses recursos traduz o projeto de vida da coletividade, a soma de todas as opções tomadas pelos indivíduos e grupos que participam de uma ou outra forma do sistema de dominação social.” (FURTADO, 1980, p.49-50)

“A aplicação do excedente nos permite identificar três vertentes principais”: uma ligada à reprodução das desigualdades sociais, uma orientada para o desenvolvimento das forças produtivas e outra articulada com a estabilidade e legitimação dos sistemas de dominação social (FURTADO, 1980, p.50). Furtado (1980), atentando para essas vertentes, critica as teorias correntes do desenvolvimento econômico, que se concentram apenas no processo acumulativo, desconsiderando o processo criativo. A partir do conceito de fluxo de renda, que pode ser expresso quantitativamente, o aumento dessa variável tem sido utilizado como o melhor indicador do processo de desenvolvimento de uma economia desde os

clássicos (FURTADO, 1986). No entanto, a expansão dessa variável “resulta de aumento da produtividade média do fator trabalho decorrente de acumulação de capital e avanço da técnica”, o que acarreta alterações estruturais no sistema econômico e, dada a complexidade desse sistema, o conceito de desenvolvimento supera o de crescimento, devendo levar em consideração variáveis qualitativas (FURTADO, 1986). Cabe aqui, a constatação de Arrighi (1997) de que a idéia de industrialização não deve ser tratada como sinônimo de desenvolvimento.

“O crescimento econômico deve ser visto como um meio de aumentar o bem-estar da população e de reduzir o grau de miséria que pune parte dela. Como as duas coisas são qualitativamente distintas, um índice que pretenda medir o bem-estar médio da população terá que ser utilizado com muita precaução. Como somar e subtrair valores de natureza distinta como são o prazer e a dor? É com paradoxos dessa ordem que se deparam os estudiosos do desenvolvimento. Talvez o mais apropriado seja apresentar um mapa do bem-estar social e outro da penúria social. Nesse segundo mapa, a fome e a exclusão social seriam adequadamente tratadas e os efeitos negativos do processo de globalização, explicitamente aferidos. A competitividade internacional seria medida em termos de extinção de empregos, e esta, em termos de fome imposta a setores da população. Se aos custos sociais acrescentarmos os ecológicos, somos levados a concluir que são totalmente inadequados os dados atualmente utilizados para expor o comportamento da economia brasileira. E que esses dados, por ocultarem a realidade, são instrumentos dos grupos que compõem as estruturas de dominação que sustentam a estratégia globalizadora” (FURTADO, 1998, p.81).

“O desenvolvimento se realiza sob a ação conjunta de fatores responsáveis por transformações nas formas de produção e de forças sociais que condicionam o perfil da procura” (FURTADO, 1986, p.81). Portanto, uma modificação na distribuição de renda de uma sociedade acarreta alterações na alocação dos recursos produtivos, dado que “a coletividade traça seu plano de vida sobre a base de hipóteses com respeito à sua renda, e esses planos de vida refletem escalas de preferência” (FURTADO, 1986, p.81), de onde é possível concluir que o estudo do desenvolvimento deve compreender a escala de valores predominantes em certa sociedade. “Como não é possível encontrar uma base que nos permita comparar dois conjuntos de bens materiais sem introduzir elementos subjetivos de uma cultura, o desenvolvimento como aspiração universal somente pode ser definido de forma vaga” (FURTADO, 1986, p.82).

Furtado (1980, p.64) considera o desenvolvimento das forças produtivas como “um conjunto de modificações estruturais, que têm lugar em certo contexto social e são a resultante da interação de agentes dotados de intenções e de capacidade inovativa, que participam da apropriação do excedente”. Dentre todos agentes existente na sociedade moderna, Furtado (1980) destaca a participação de dois grupos nesse processo: o que controla os meios de produção e o que apenas participa, mas que não possui responsabilidade pelo sistema

produtivo. Assim, considera as contradições entre esses dois agentes como determinantes do dinamismo e da instabilidade da economia capitalista. O que significa que esse dinamismo deriva da interação dos processos de inovação técnica - ou seja, do aumento da produtividade e da redução da demanda de mão-de-obra - e da expansão do mercado. O primeiro depende dos esforços dos empresários em maximizar seus lucros e, o segundo, das pressões sociais na tentativa de elevação de salários (FURTADO, 1998).

“A luta pela apropriação do excedente é, em sua origem, um esforço de implantação de certo sistema de dominação social e, em seguida, um empenho para preservar o controle de instituições que asseguram a estabilidade da estrutura social, particularmente o Estado (...)” (FURTADO, 1980, p.66). A posição do agente que controla os meios produtivos está econômica, política e socialmente embasada, porém, assim como é capaz de modificar essa estrutura, pode ter suas expectativas frustradas devido às iniciativas de outros agentes, pois há, na sociedade moderna, pressões tanto no sentido de elevar o custo de vida da população, como no de reduzir a importância do excedente (FURTADO, 1980). Vale ressaltar aqui que o papel do agente que se apropria do excedente, na passagem do capitalismo comercial para o industrial, caracterizada pela intensificação da concorrência, do aperfeiçoamento técnico e das tensões sociais, acarretou conseqüências culturais, pois o empresário industrial passa a ser visto como “criador de progresso”, pois “graças a ele novas oportunidades de emprego estão sendo criadas e novas formas de ascensão social tendem a surgir” (FURTADO, 1986, p.128). Quando, na realidade, para a economia industrial funcionar normalmente, ela necessita acumular (FURTADO, 1986).

“A mola do processo de desenvolvimento são padrões de comportamento de agentes econômicos que estão em condição de exercer poder, isto é, de modificar a conduta previsível de outros agentes, ou de alterar relações estruturais (...)” (FURTADO, 1986, p.104). Os agentes buscam modificar a distribuição de renda em benefício próprio. No caso dos empresários capitalistas, o poder reside na introdução e orientação do progresso técnico, enquanto que o dos assalariados, na intensificação dessa difusão (FURTADO, 1986). “As condições sociais que permitem a uma parcela crescente da população lutar para ter acesso aos frutos dos aumentos de produtividade e que estimulam a inventividade estão na base da intensidade com que se difunde o progresso técnico e com que se amplia seu horizonte” (FURTADO, 1986, p.106)

O avanço da acumulação nos países centrais levou à escassez de mão-de-obra e, em contrapartida, à emergência de pressões sociais que almejavam à homogeneização dessas

estruturas, contudo, teve efeito contrário nos países periféricos, reforçando as estruturas de dominação tradicionais, pois “em verdade, a acumulação periférica esteve de preferência a serviço da internacionalização dos mercados que acompanhou a difusão da civilização industrial” (FURTADO, 1998, p.48). Por conseguinte, o subdesenvolvimento é “uma conformação estrutural produzida pela forma como se propagou o progresso técnico no plano internacional” (FURTADO, 1998, p.62). Com relação a isso, Mello (1982, p.14) declara que “a propagação desigual do progresso técnico”, essencial para o desenvolvimento econômico, traduz-se na conformação com a estrutura da economia mundial, ou seja, de uma espécie de divisão internacional do trabalho, onde, de um lado figuram os países centrais, de economias industrializadas estruturalmente diversificadas e “tecnicamente homogêneas”, e, de outro, os países periféricos, caracterizados por economias altamente especializadas “exportadoras de produtos primários, alimentos e matéria-prima”.

Segundo Furtado (1980, p.70), “o excedente tem uma dimensão sincrônica e outra diacrônica e nos dois casos é a expressão de um poder que conforma a utilização do produto social e define o horizonte temporal de sua utilização”, visto que se funda em duas visões distintas da realidade, uma relacionada às desigualdades no nível de renda e no padrão de consumo em um determinado momento, outra, às desigualdades de tempo. A primeira refere-se à estratificação social e a segunda, à “relação de causalidade entre a transferência no tempo da utilização final do produto e o aumento da produtividade do trabalho” (FURTADO, 1980, p.69).

Conforme Furtado (1980), o avanço da técnica sempre esteve ligado à forma de dominação social existente em um dado momento em uma sociedade. Isso ocorre porque na sociedade capitalista há forças que impulsionam a técnica a fim de alterar os padrões de consumo, que por outro lado são contestados por outras forças que os consideram um desperdício. Porém, como a liderança é exercida pelo primeiro grupo, a difusão da técnica preocupa-se, em primeiro plano, com a estratificação social e, em segundo, com o bem da coletividade (FURTADO, 1980).

Para qualquer agente econômico tomar uma decisão, ele necessita de informações. A decisão em si pode ser concebida como um elemento de uma cadeia ou como uma ação influenciadora do comportamento de outros agentes. No primeiro caso, ela pode ser considerada como uma resposta a dada situação social definida pelo mercado, no segundo, como capacidade de alterar certa situação (FURTADO, 1986). Esta é a de maior relevância para o estudo do desenvolvimento, pois os agentes que tomam essas decisões dispõem de

mais informações do que aquelas produzidas pelos mercados e acreditam possuir condições de poder alterar o curso dos acontecimentos (FURTADO, 1986). Como o fim último das decisões econômicas é a satisfação de uma sociedade, “o conjunto mais significativo para a análise do comportamento dos agentes econômicos é aquele que compreende o maior número de agentes responsáveis pela satisfação de uma dada coletividade” (FURTADO, 1986, p.88). Esse conjunto é também aquele que melhor reflete o processo de divisão social do trabalho, “como nas sociedades modernas o Estado-nação é a forma de organização sociopolítica mais importante, são as economias nacionais que servem de base ao estudo do desenvolvimento” (FURTADO, 1986, p.88).

Arrighi (1997, p.215) afirma que “a capacidade de um Estado de se apropriar dos benefícios da divisão mundial do trabalho é determinada principalmente por sua posição, não numa rede de trocas, mas numa hierarquia de riqueza (...) que consiste em três agrupamentos distintos”. O grupo que constitui o núcleo orgânico da economia capitalista mundial se apropria de uma parcela desproporcional dos benefícios da divisão mundial do trabalho, enquanto que o grupo que constitui a periferia se apropria de “benefícios que, no máximo, cobrem os custos a longo prazo” da sua participação nessa divisão e, para o grupo intermediário ou Estados semi-periféricos, os benefícios apropriados excedem seus custos a longo prazo (ARRIGHI, 1997, p.215). Essa análise se baseia tanto em termos quantitativos, da posição na escala de riqueza, como qualitativo, da capacidade de apropriação dos benefícios da divisão mundial do trabalho (ARRIGHI, 1997).

“O desenvolvimento só é efetivo se a economia pode contar com mercados em expansão” (FURTADO, 1998, p.27), principalmente do mercado interno através do aumento de poder de compra da massa assalariada. Contudo, à medida que as empresas se globalizam, menos são reguladas pelo Estado e mais se apóiam nos mercados externos para crescerem, o que prejudica os trabalhadores organizados e beneficia as empresas que detêm o controle das inovações tecnológicas, conduzindo à concentração de renda e à exclusão social (FURTADO, 1998). Arrighi (1997) alerta que a relação entre as empresas capitalistas são baseadas em acordos firmados em nível do sistema inter-Estados, ou seja, num conjunto de relações no qual os Estados definem a soberania uns dos outros, que garante o fluxo econômico além de suas fronteiras.

“As economias latino-americanas estarão submetidas a pressões crescentes para desregular os seus mercados, o que acarretará efeitos diversos em função do grau de heterogeneidade de suas estruturas sociais. Se não conseguirem deter o processo de concentração de renda e de exclusão social, países como o Brasil e México estarão expostos a tensões sociais que poderão conduzi-los à ingovernabilidade. A busca de

novos modelos de desenvolvimento voltados para a economia de recursos não-renováveis e para a redução do desperdício ocupará entre os latino-americanos papel idêntico ao desempenhado entre os europeus, na primeira metade do século atual, pelas utopias sociais.” (FURTADO, 1998, p.32)

2.2.2 A Concepção Hegemônica sobre Desenvolvimento

Em 2000, 189 países da Organização das Nações Unidas (ONU, 2006) se reuniram com o intuito de elaborar a “United Nations Millennium Declaration” (Declaração do Milênio das Nações Unidas), que deu origem às “metas do milênio do desenvolvimento” (*millennium development goals*), previstas para serem cumpridas até 2015 e exclusivamente voltadas para os países em desenvolvimento. São oito as metas propostas pela agência multilateral, subdivididas em alvos que são medidos por percentuais e taxas e ilustrados em coloridos gráficos e tabelas.

A primeira preocupação da ONU (2006) é com a erradicação da pobreza e da fome. Para acompanhar sua evolução verifica a proporção de pessoas que vive com menos de U\$1,00 por dia e a de pessoas com alimentação insuficiente, sendo o alvo reduzi-las.

A segunda meta da agência tem a ver com o acesso universal ao ensino primário para crianças¹¹. Para isso, utiliza a percentagem de crianças com idade escolar matriculadas, de crianças com idade escolar fora da escola por gênero (masculino ou feminino) e pelo local de residência (rural ou urbana).

O terceiro objetivo é promover equidade entre gêneros e empoderamento (*empowerment*) da mulher. Assim, busca conhecer o percentual de mulheres assalariadas em empregos não relacionados com atividades agrícolas e de mulheres que exercem cargos de governo, tanto executivo quanto legislativo (ONU, 2006).

O próximo objetivo é a redução da mortalidade infantil (ONU, 2006). Dessa forma, confere a taxa de mortalidade de crianças com até cinco anos por 1.000 nascimentos, a taxa de mortalidade de crianças com menos de cinco anos a cada 1.000 nascimentos de acordo com a

¹¹ Esse complemento se faz necessário, pois como nos é sabido, muitos adultos não possuem ensino fundamental no Brasil, mas o acesso dessas pessoas nessa categoria de ensino não é considerada pela ONU.

riqueza e o grau de instrução da mãe, e o percentual de crianças imunizadas contra o sarampo. A quinta meta é a diminuição da mortalidade de mulheres na hora do parto. O *goal* 6 é o combate à AIDS, à malária e a outras doenças, que está voltado, principalmente, para a África Sub-Saariana.

A sétima meta é assegurar a sustentabilidade ambiental e está subdividida em três alvos: integrar os princípios de desenvolvimento sustentável com as políticas dos países, programas e reversão de perdas dos recursos ambientais, aumentar o acesso a serviços sanitários e água potável e melhorar as condições de vida de moradores de favelas (ONU, 2006). Aquele averigua, além do consumo de substâncias prejudiciais à camada de ozônio, da emissão de carbono e da eficiência do uso de energia, o percentual de área coberta por florestas. Quanto a esse item, a organização (ONU, 2006) afirma que a devastação das florestas continua crescendo e que começou com a sua transformação em terras agrícolas. Ainda declara que as florestas plantadas e a restauração de paisagens têm reduzido a perda de área florestal, mas essas novas áreas plantadas não possuem o mesmo valor ecológico, nem a mesma diversidade biológica e nem proporciona os mesmos benefícios que a vegetação antiga (ONU, 2006). Em relação ao segundo alvo, as considerações são feitas baseadas no percentual das populações rural e urbana com água potável e da população com acesso a melhores condições sanitárias. O terceiro alvo é medido através do crescimento da população urbana e do aumento da população residente em favelas.

Por último, a meta 08 das Nações Unidas (2006) é desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento, fragmentada em seis alvos: remeter ajuda aos países menos desenvolvidos; desenvolver um sistema financeiro e de taxas aberto, previsível, não-discriminatório e regado; lidar compreensivelmente com o débito dos países em desenvolvimento; desenvolver e implementar estratégias em parceria com os países em desenvolvimento para trabalho produtivo e decente à juventude; prover acesso, em cooperação com as companhias farmacêuticas, aos remédios essenciais nos países em desenvolvimento; disponibilizar, em cooperação com o setor privado, os benefícios das novas tecnologias, principalmente, comunicação e informação. Dessa forma, através de gráficos, cujas coordenadas são intervalos de tempo em anos, apresenta a assistência oficial ao desenvolvimento (ODA, em bilhões de dólares americanos) oriunda dos países desenvolvidos, a proporção de exportações dos países em desenvolvimento aos países desenvolvidos, os serviços de pagamento da dívida em relação à receita de exportações, a taxa de desemprego entre jovens, a proporção de pessoas com telefones, computadores e acesso à internet.

Em 2005, um documento intitulado “Financing the Development Agenda” (Financiando a Agenda de Desenvolvimento) é preparado pelo Banco Mundial (BM) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) após reunião do Comitê de Desenvolvimento. Esse documento faz proposições aos países em desenvolvimento que vão ao encontro das metas do milênio da ONU.

Dessa forma, declara que os países em desenvolvimento não podem depender exclusivamente de fluxos estrangeiros para financiar os investimentos necessários para a redução da pobreza. Ainda proclama que a agenda política deve concentrar seus esforços para incentivar o crescimento econômico, que só pode ser sustentado com um setor privado forte, estruturado a partir de boa governança e de amparo do sistema legal, o que pode incluir a expansão da base de tributos (BM e FMI, 2005). Para garantir isso, os países em desenvolvimento devem melhorar a eficiência de seus gastos.

O documento sugere que os países em desenvolvimento devem continuar a implementar reformas que enriqueçam sua habilidade em atrair fluxos de capitais privados. Porém, constata que os investimentos estrangeiros diretos são a maior fonte externa de finanças e que podem trazer muitos benefícios ao crescimento (BM e FMI, 2005). BM e FMI (2005) apontam como pré-requisito para a atração de investimentos estrangeiros um sistema regulatório estável e apropriado. Assim, o BM tem providenciado *benchmarks* aos países em desenvolvimento e os alerta quanto a seu débito financeiro (BM e FMI, 2005).

Segundo as entidades (2005), uma liberalização comercial multilateral, recíproca e não-discriminatória oferece melhores condições para a realização do desenvolvimento nas negociações. Essa liberalização deve ser liderada pelos países desenvolvidos, mas a participação dos países em desenvolvimento é também essencial (BM e FMI, 2005).

O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (2005) constatam que uma ajuda mais efetiva é necessária para acelerar o alcance das metas do milênio, mesmo que se façam necessários a mobilização de recursos domésticos e o financiamento privado. Porém, afirmam que sua assistência oficial ao desenvolvimento se mantém crítica em relação aos países muito pobres, em especial os da África Sub-Saariana, onde a maior parte do fluxo de capital é proveniente de organismos multilaterais e de ajuda internacional. Já quanto aos países em que esses recursos não representam uma parcela tão significativa de seu fluxo de capitais, a visão das instituições é mais otimista, pois acreditam que esses recursos contribuem para o progresso na agenda social desses países. Por fim, BM e FMI (2005) indicam que a ajuda aos países pobres não está sendo suficiente, no mínimo será necessário dobrar a assistência oficial

ao desenvolvimento (ODA) nos próximos cinco anos para acelerar o progresso nas metas de desenvolvimento da ONU.

2.2.3 Síntese das Diferentes Concepções sobre Desenvolvimento

Em primeiro lugar, deve-se destacar que Celso Furtado considera o desenvolvimento como um processo histórico que contempla o contexto e as estruturas sociais, levando em consideração a principal característica do sistema capitalista: o excedente. Dessa forma, o autor trabalha com a questão da acumulação e, conseqüentemente, com a identificação de diferentes agentes sociais: aqueles que têm o poder de acumular e de reproduzir o sistema de dominação social existente e impulsionam a inovação técnica a fim de alterar os padrões de consumo dos outros agentes sociais. Estes caracterizados por não possuírem responsabilidade no processo produtivo, ou seja, a massa de trabalhadores assalariados.

Para Furtado (1980), o desenvolvimento é um processo de transformação social em nível de meios e fins, diferentes da visão dos organismos multilaterais, que apenas o consideram como fim, o que fica comprovado com a estipulação de metas passíveis de serem observadas e calculadas. Outro ponto de discórdia entre ambas concepções é que para Furtado o conceito de desenvolvimento supera o de crescimento, que o é o fim em si almejado pelas Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial.

Assim, a questão da cultura, sabiamente considerada por Furtado (1980), pois a relaciona com os padrões de consumo, com a inovação técnica e com a criação de valores de uma sociedade, é completamente ignorada pelas agências, que acreditam que erradicando a fome e a pobreza no mundo, expandirão mercados. Nesse ponto as concepções concordam: a expansão do mercado é essencial para o desenvolvimento, todavia para Furtado, essa expansão é a do mercado interno impulsionado pela economia nacional, já para as agências, essa expansão é fruto dos investimentos estrangeiros diretos.

Para Furtado (1998), a categorização de países em desenvolvidos e em desenvolvimento é uma conformação com a divisão internacional do trabalho. Já os organismos multilaterais a consideram como um processo que pode ser superado por etapas,

como fica comprovado, mais uma vez, na estipulação de metas, pois assim que os países as atingem, passariam, em um passo de mágica, de um estágio para outro.

Conforme Furtado (1998), as economias nacionais servem de base para o estudo de desenvolvimento, uma vez que considera o Estado como cerne da organização sociopolítica, porém, atenta para o fato de que, com a globalização, que se apóia na expansão de mercados externos, prejudicando os trabalhadores e beneficiando os grandes detentores de capital, a atividade econômica tem sido menos regulada pelo Estado. Bem diferente do pregado pelos órgãos multilaterais, que acreditam ser de fundamental importância uma parceria global para o desenvolvimento, onde os países desenvolvidos remetem ajuda financeira aos países em desenvolvimento, que devem abrir seus mercados para as empresas transnacionais e flexibilizar seus sistemas financeiro, legal, tributário e de câmbio, sempre em benefício do setor privado, sem apresentar preocupações sólidas com a satisfação de outros atores sociais. O que fica evidente na meta 08 da ONU, que legitima a atual estrutura de dominação entre Estados, sempre alegando que os países desenvolvidos são os salvadores do mundo subdesenvolvido, querendo impor seus padrões de consumo a esses países sem o mínimo de respeito à cultura desses povos, atribuindo papel fundamental para o setor privado como impulsionador de crescimento e empregador dos jovens sem futuros do Terceiro Mundo, dando especial atenção às indústrias farmacêutica e de tecnologia¹².

	Furtado	Agências Multilaterais
Desenvolvimento	Processo histórico e de transformação social em nível de meios e fins	Processo econômico e social em nível de fins
Questão cultural	Relacionadas aos valores sociais	Ignorada
Países desenvolvidos X em desenvolvimento	Resultado da conformação da divisão internacional do trabalho	Um processo concebido em etapas de acordo com as metas estipuladas
Base do desenvolvimento	Economia nacional	Economia globalizada

Quadro 2: Síntese das diferenças entre os conceitos de Celso Furtado e das Agências Multilaterais

¹² O que para mim, é extremamente preocupante.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse trabalho tem caráter exploratório e se baseia na análise de documentos. Os dados a serem pesquisados originam-se da grande imprensa do Rio Grande do Sul, da mídia alternativa e de documentos das organizações empresariais, do governo gaúcho e dos movimentos sociais. As informações a serem analisadas são frutos da mídia impressa e do meio digital (internet), dado sua facilidade de acesso e armazenamento.

Dados o contexto e o referencial teórico, resta, antes de partirmos para a análise, constituir o campo do desenvolvimento das atividades da indústria de celulose no Rio Grande do Sul. O que significa, inicialmente, estabelecer o quê e quem está em disputa.

O que se disputa na estruturação desse campo são, predominantemente, dois tipos de capital. Por um lado, o capital econômico, que nesse caso se materializa na forma de recursos financeiros, incentivos fiscais e infra-estrutura. Por outro, o capital simbólico, entendido como "uma propriedade qualquer [...] percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor" (BOURDIEU, 1996, p.107). Nesse campo o capital simbólico em disputa é o próprio conceito de desenvolvimento.

Objeto de disputa	Conceito de desenvolvimento
Atores	Parceria entre governo e empresas em oposição a ambientalistas e movimento sociais
Arena do jogo	Predominantemente política e pública
Regras do jogo	São definidas pelo governo e pelas empresas, com o aval da grande mídia, a seu favor
Relações com o espaço social	O campo refrata o modelo de desenvolvimento hegemônico
Limites do jogo	Definido pelas relações entre os atores

Quadro 3: Síntese da configuração do campo do desenvolvimento das atividades a indústria de celulose no Rio Grande do Sul

3.1 ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

Para fins de análise foram escolhidos episódios recentes no que tange à problemática em questão, abrangendo o período que vai de 25 de setembro de 2005 até 03 de novembro de 2006. São eles: o anúncio de investimentos da Stora Enso no estado, a celebração do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), a invasão da unidade de Guaíba da ARACRUZ Celulose, a duplicação da fábrica em Guaíba da ARACRUZ Celulose, a ação civil pública movida contra a CaixaRS e o seminário “Deserto Verde: os Impactos da Monocultura do Eucalipto para os Povos”.

3.2 ESTRATÉGIA DE ANÁLISE

A formulação de poder simbólico de Bourdieu “acrescenta uma outra percepção sobre o sentido do jogo social, como sendo a luta para decidir quem define os conceitos que organizam o campo e, em decorrência, quais são os recursos de poder valorizados”, tendo como objetivo analisar as relações de poder e dominação implícitas ou explícitas através da linguagem (MISOCZKY, 2004, p.50). A estratégia utilizada nesse trabalho é a análise do discurso, entendido aqui, não como um mero recurso lingüístico, mas como um elemento associado a um contexto social, que adquire sentido a partir da relação com outros termos e que opera em conjunto com elementos vocais e visuais.

Faz-se a opção pela abordagem da Análise Crítica do Discurso (ACD) desenvolvida por Norman Fairclough (1999), que trata a linguagem como discurso, permite o posicionamento crítico do pesquisador e se relaciona com a crítica da ideologia. O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as organizações coletivas; como prática ideológica constitui, naturaliza e transforma os significados do mundo e as diversas posições nas relações de poder (FAIRCLOUGH, 2001). De onde se observar a influência de Gramsci (1996) na construção da ACD, por articular a ideologia com a prática e

a política, e por seu conceito de hegemonia estar associado à organização do consenso que, por isso, adquire caráter dinâmico e temporário.

Por estar investido de conteúdo político e ideológico, o discurso pode ser reinvestido de significados através de práticas que desarticulam e rearticulam novas ordens discursivas – novas hegemonias discursivas (FAIRCLOUGH, 1999). De acordo com Misoczky (2004, p.58), “a noção de ordem de discurso se origina em Foucault e é modificada por Fairclough para expressar a marca histórica da prática social e cultural na sua faceta discursiva, o conjunto de práticas discursivas associadas a um campo social”. A ordem do discurso é composta por três dimensões: discursos (modo particular de representação), gêneros (modo de ação e interação com outras pessoas através da linguagem) e estilos (modos de identificação particulares ou sociais). Assim, a ACD articula essas dimensões, possibilitando a compreensão de práticas sociais e organizacionais, desde que se considere de modo dialético as relações entre eventos individuais concretos e práticas sociais relativamente duráveis e estáveis (FAIRCLOUGH, 2003). Dessa forma, a ACD foca no significado de textos e eventos discursivos em sua relação com outros textos e eventos discursivos, bem como sua relação com o processo de produção social que se realiza em campos de poder.

Cada dimensão da ordem do discurso corresponde a um tipo de prática social: modo de representar, agir e ser; que, por sua vez, também correspondem a procedimentos analíticos da ACD: análise de discursos e representações, análise de textos e análise de estilos e identidades, respectivamente.

A análise de texto considera as relações internas e externas ao texto. Estas se relacionam com as práticas e estruturas sociais e aquelas, com a ausência ou a presença de certos elementos lingüísticos, representando escolhas. A relação com outros textos será verificada a partir da intertextualidade - espaço para diferenças entre os textos e a reprodução ou síntese de citações – que se conecta com significados implícitos – suposições. Desse aspecto, serão analisados os possíveis cenários de relação com outros textos: abertura (diálogo com a diferença), acentuação da diferença (luta por significados), tentativas de resolver e superar as diferenças, suspensão das diferenças e foco nos aspectos comuns, consenso (normalização e aceitação da diferença de poder que suspende ou suprime diferenças de significados e normas) (FAIRCLOUGH, 2003). Também serão analisados os tipos específicos de intertextualidade, que são: registro direto (citação), registro interno (síntese do que foi dito ou escrito), relato indireto livre (mais significativo no gênero literário), narrativa (relato contextualizado de eventos); e suposição, essa pode ser existencial (sobre o que existe),

proposicional (sobre o que é, pode ou deve ser) e valorativa (o que é bom e desejável) (FAIRCLOUGH, 2003). A esse trabalho interessam, das relações internas, a legitimação, ou seja, o que torna um conteúdo autêntico. São quatro as estratégias mais usuais de legitimação: autorização (referência à autoridade da lei, da instituição, do cargo, etc.), racionalização (referência à utilidade da ação institucionalizada e ao conhecimento acumulado pela sociedade para conferir validade cognitiva), avaliação moral (referência ao sistema de valores), mitopoiesi (narrativa convincente, usual na literatura gerencialista).

A análise de discursos e representações é influenciada pelo conceito de formações discursivas de Foucault (1997), que considera discurso como uma prática regulada de um certo conjunto de afirmações. Assim, a análise de discurso se refere a formações discursivas, a grupos de afirmações ou a práticas reguladas. Como os discursos são representações particulares de aspectos do mundo, esses aspectos podem ser representados de formas distintas, por isso a necessidade de se considerar as relações entre os discursos e, conseqüentemente, as relações sociais envolvidas, que dependem da posição dos atores sociais no campo de poder. Dessa forma, através da interdiscursividade, diferentes discursos relacionam-se entre si por complementação ou competição (oposição). Além dessa relação, será utilizada dessa análise a representação dos atores sociais, que pode se dar por inclusão ou exclusão, pronome ou substantivo, papel gramatical, ativo ou afetado pelo processo, pessoal ou impessoal, nomeado ou classificado, específico ou genérico (FAIRCLOUGH, 2003). Também devem ser analisados os aspectos de nominalização e de colocações, que consistem em atribuir como sujeito de ação uma coisa, tornando-a genérica e vaga; e, padrões de co-ocorrência no texto, identificando a freqüência de palavras que antecedem ou seguem uma palavra em consideração, respectivamente.

Por último, os estilos podem ser identificados em discursos e em gêneros de discurso. Estes exercem grande influência na interpretação dos enunciados e se referem aos dispositivos de comunicação sócio-historicamente definidos: os fatos diversos, o editorial, o artigo acadêmico, circunscritos a partir da posição dos enunciadores, do contexto temporal e espacial da enunciação, dos modos de difusão, dos temas tratados. Os estilos se referem ao modo como diferentes pessoas investem o discurso a partir de suas identidades e posições nos campos de poder. A esse tipo de análise importa a modalidade, entendida como uma relação entre quem profere o discurso, o autor e as representações. A modalidade se liga a dois tipos de troca: de conhecimento e de atividade, referentes a afirmações e perguntas; e à demanda e oferta, respectivamente. O primeiro tipo de troca se relaciona com a modalidade epistêmica,

que expressa o compromisso do autor com o que declara; o segundo tipo, com a modalidade deôntica, que expressa o compromisso do autor com obrigações ou necessidades em demanda (o enunciador se dirige a alguém) do tipo prescritivo (imperativa, impositiva), modalizada (sujeito latente, pode ou deve fazer), proscritiva (negativa), ou em oferta (o enunciador é sujeito da ação) do tipo oferecimento (prescreve ação), modalizada (sujeito latente) e recusa (negativa) (FAIRCLOUGH, 2003).

Análise de Texto	Análise de Discurso e representações	Análise de estilos e identidades
Cenários de relações com outros textos	Relação de Competição ou Complemento	Modalidade
Tipos de Intertextualidade	Colocação	
Tipos de Suposição	Nominalização	
Estratégia de Legitimação	Representação dos Atores Sociais	

Quadro 4: Síntese da estrutura de análise

4 AS DISPUTAS NO CAMPO DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA INDÚSTRIA DE CELULOSE NO RIO GRANDE DO SUL

Nessa seção serão analisados os episódios a que faço menção no item 3.1, que serão dispostos de acordo com a ordem cronológica dos acontecimentos. Nessa lógica também será disposto o maior número possível de informações produzidas pelos veículos citados no item 3. O quadro 4 servirá de apoio à análise na tentativa de constituir o campo do desenvolvimento das atividades da indústria de celulose no Rio Grande do Sul.

4.1 OS ANÚNCIOS DE INVESTIMENTOS DA STORA ENSO

Na manhã de segunda-feira, 26 de setembro de 2005, o jornal Zero Hora anunciava:

Ao receber, hoje, o presidente da **gigante da celulose** Stora Enso, Jukka Härmälä, o governo do Estado espera ouvir do principal executivo da multinacional que, além de investir no florestamento, também construirá uma fábrica em solo gaúcho. Com a **aquisição de áreas de terra na Metade Sul**, o grupo sueco-finlandês confirma o investimento na atividade de plantio, mas não assegura, ainda, que erguerá uma indústria de produção de celulose no Rio Grande do Sul, o que pode ficar para uma segunda etapa.

(...)

A Metade Sul, lembrou, já conta com projetos da Aracruz e da Votorantim. As duas companhias, porém, ainda estão avaliando outros locais antes de definirem a ampliação dos negócios no Estado.

No caso da **Stora Enso**, a decisão poderá ser rápida. Eles querem **garantias de que as questões processuais relativas ao plantio e ao futuro do projeto sejam ágeis.** E a Fepam (Fundação Estadual de Proteção Ambiental) tem trabalhado meticulosamente e rápido - avalia Ponte.

(...)

No Brasil, a **Stora Enso já opera em parceria com a Aracruz em Eunápolis (BA)**, desde maio. **A estratégia da empresa é transferir a produção para regiões de baixo custo e investir em mercados emergentes, com esforços na América do Sul, China e Rússia. O grupo declara que está investindo nessas regiões, onde há abundância de recursos e potencial de crescimento do mercado.**

Chama-se a atenção para os aspectos destacados no texto. O termo **gigante da celulose** se refere não somente ao porte da empresa, mas induz uma idéia da importância do investimento. A isso se conecta a menção da zona do investimento (a metade Sul do estado, que vem perdendo sua importância econômica ao longo dos anos), que leva a supor que os

projetos das empresas (Stora Enso, ARACRUZ e Votorantim) seriam uma alternativa para a recuperação dessa região. A isso se adiciona a agilidade das questões processuais, que além de serem tratadas através de nominalização, são entendidas como condição do investimento da Stora Enso no estado. Mais importante ainda é destacar que as empresas ARACRUZ e Stora Enso atuam em parceria na Bahia, mas deverão ser concorrentes no Rio Grande do Sul. Por último, ressalta-se que os motivos da transferência da produção baseiam-se em vantagens comparativas, justificados pela disponibilidade de recursos e pelo crescimento do mercado. Porém, não apresenta dados sobre a expansão da demanda por papel e coloca em pé de igualdade o subcontinente americano e dois países asiáticos.

O autor expressa seu compromisso com o que fala através da modalidade epistêmica, que se relaciona com a troca de conhecimento, quando enuncia os motivos da transferência da produção das empresas para regiões como a América Latina, China e Rússia. Ademais, quando se refere a essa estratégia, o autor se utiliza de nominalização, apresentando esse processo como um nome e atribuindo-lhe caráter de ação. Por fim, ressalta-se que a representação dos atores se dá na inclusão das empresas, do Governo do Estado e da Fepam. Quanto ao tipo de intertextualidade, identifica-se a predominância do relato indireto.

No dia seguinte, o Jornal do Comércio relatava:

A sueco-filandesa Stora Enso anunciou ontem o **início do seu processo de instalação no Rio Grande do Sul**. O presidente mundial da empresa, Jukka Härmälä, divulgou que **nos próximos meses US\$ 50 milhões serão investidos na aquisição de terras para o cultivo de eucaliptos** na Região Sul do Estado. (...) Posteriormente, **será avaliada a possibilidade da construção de uma fábrica no Estado ou no Uruguai** – país no qual a empresa está comprando 50 mil hectares de terra – **para processar a produção dos dois países**.
De acordo com Härmälä, **inicialmente serão adquiridos 50 mil hectares de terras para o plantio do eucalipto. A longo prazo, contudo, a intenção é dobrar a área**. Do total, **20% da produção será incentivada por meio de parcerias com proprietários locais**. “**As condições florestais são muito boas aqui e permitem uma redução de custo de até 50%**”, ressaltou o presidente da empresa para a América Latina, Nils Grafström.
Segundo Grafström, o alto percentual se justifica pela rapidez com que o eucalipto atinge o ponto de corte para a fabricação de celulose nas terras gaúchas. “**Enquanto que nos países nórdicos o tempo de espera é de 70 anos, aqui diminui para sete**”, afirmou Grafström. (...). No Rio Grande do Sul, **a previsão é de que a iniciativa gere 1,5 mil empregos diretos**. Em relação **a futura fábrica**, Grafström revela apenas que a decisão **tem o prazo de até cinco anos para ser oficialmente anunciada**. Ele adianta, porém, que os **mananciais aquáticos estarão entre os principais fatores a serem considerados**. O secretário do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais, Luís Roberto Ponte, destacou que **o Fundopem está à disposição** da empresa caso se decida pelo Estado.

Essa reportagem já nos traz dados numéricos, como a cifra a ser investida no cultivo de eucaliptos, o que já nos adianta a matéria-prima da empresa. Ainda nos traz a informação de que fábrica a ser instalada no Rio Grande do Sul ou no Uruguai, independente do local de instalação, irá processar a produção de ambos países. Também nos adianta que a empresa tem

planos de longo prazo para o estado, uma vez que tem a intenção de dobrar a área de plantio, essa afirmação revela o compromisso do autor com o que relata através da modalidade epistêmica. Um dado que se destaca é que a empresa pretende ter a propriedade de 80% das terras de cultivo, essa informação demonstra outro tipo de comprometimento do autor, que se caracteriza pela modalidade deôntica, relacionada à troca de atividade, nesse caso, de demanda prescritiva.

Mais uma vez, são apresentadas vantagens competitivas como fundamento do investimento, como a redução de até 50% dos custos da empresa -o que nos leva a crer, aliada à afirmativa anterior, que para a empresa, o preço e a posse da terra lhes são vantajosos – e a significativa diminuição do ciclo do eucalipto, reproduzidas através de relato direto. Quanto à suposição proposicional relacionada ao prazo de anúncio da instalação da fábrica - em sete anos o eucalipto já está pronto para o corte e o processamento da celulose-, depreende-se que a empresa dispõe de cinco anos para avaliar o local da fábrica e dois anos para construí-la.

O artigo também faz menção à criação de empregos, importante apelo para o apoio aos plantios na metade sul, dado que carece de iniciativas econômicas. Faz-se importante mencionar que, para Bourdieu e Wacquant (2005), o capital é sinônimo de trabalho acumulado, que é apropriado por agentes privados. Como à criação dos empregos é atribuída a iniciativa de investimento da empresa, ela caracteriza-se pela nominalização, o que a torna mais genérica e vaga.

Destaca-se a questão dos mananciais aquáticos serem um dos principais fatores para a decisão do investimento, o que nos conduz à polêmica do consumo de água do eucalipto ou pior, da exploração do aquífero Guarani que contempla não somente o Rio Grande do Sul, mas seu vizinho Uruguai. Por fim, destaca-se a disposição de recursos do Governo do Estado, a fim de incentivar e fundamentar o apoio do governo à instalação da fábrica e à atividade de monocultura do eucalipto. O que reforça a posição da empresa no campo analisado, dado que a luta no campo de poder, normalmente, almeja ao poder do Estado (BOURDIEU e WACQUANT, 2005).

Em 10 de outubro de 2005, a Agência de Notícias do Palácio Piratini anuncia o recebimento oficial da direção da Stora Enso acerca dos primeiros municípios onde a empresa irá adquirir suas terras, localizados na Metade Sul e oeste do Estado. São eles: Alegrete, Cacequi, Maçambará, Manuel Viana, Rosário do Sul, Santiago, São Francisco de Assis e Unistalda.

Segue o artigo publicado na revista Carta Maior¹³ intitulado “Monocultura do eucalipto avança no RS e ameaça diversidade” a ser analisado.

O governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto (PMDB), decidiu investir na monocultura do eucalipto como forma de promover o desenvolvimento da metade sul do Estado. (...) Aplaudida pela mídia gaúcha, como um grande investimento para o Estado, a ofensiva da monocultura do eucalipto já despertou a reação da comunidade ambientalista, que adverte para os sérios riscos ambientais que a cultura pode trazer para região. (...)

O governo Rigotto e os empresários alegam que tais riscos não existem e falam das vantagens econômicas dos empreendimentos. O secretário estadual de Desenvolvimento e de Assuntos Internacionais, Luis Roberto Ponte, comemora o fato de que a formação de uma base florestal pela Stora Enso deverá gerar entre mil e 1.500 empregos na região. Segundo ele, o investimento garantira “um desenvolvimento mais igualitário dentro do Rio Grande do Sul”. (...)

Atuando em **40 países nos cinco** continentes, a **Stora Enso** tem uma capacidade de produção anual de 16,4 milhões de toneladas de papel e de 7,7 milhões de metros cúbicos de madeira processada. **Empregando cerca de 45 mil pessoas**, a empresa atingiu, em 2004, um faturamento de 12,4 bilhões de euros. (...)

Além de advertir para as conseqüências ambientais, o **Núcleo Amigos da Terra/Brasil contesta as supostas vantagens econômicas dos empreendimentos relacionados à monocultura do eucalipto. “O governo gaúcho fala em geração de renda e emprego, (...) acena com atraentes subsídios e financiamentos para a instalação de novas fábricas (como os do FUDOPEM/RS) e cria o Proflora, através do qual a Caixa/RS disponibiliza recursos do BNDES para financiamento da atividade de produção de árvores. Diante do fato de que cada emprego criado tem alto custo de 116 mil reais e de que a receita média gerada ao produtor oscila entre apenas R\$87,00/ha/mês, no caso do eucalipto, e R\$62,00/ha/mês no caso da acácia negra, pode-se perguntar: estes investimentos beneficiam realmente a quem?” – pergunta organização.**

Os ambientalistas também perguntam se “os recursos liberados pelo BNDES, empresa pública federal, acionista da Aracruz, que utiliza recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para ‘desenvolver’ o Brasil, (...) realmente contribuem para um desenvolvimento sócio-econômico e ambiental sustentável do estado e do país?” “Será que os fartos recursos investidos na produção de celulose se fossem aplicados na pesca, no turismo, na fruticultura e na pecuária não teriam a capacidade de gerar mais emprego e renda às populações locais, preservando nosso cultura e causando impactos ambientais bem menores?”. (...)

As contradições atingem os defensores do projeto da monocultura. Um exemplo disso é a posição do ex-deputado estadual e prefeito de Pelotas, Bernardo de Souza (PPS), aliado do governo Rigotto e apoiador do projeto. Ele foi responsável pela inclusão, na Constituição Estadual, de uma emenda, promulgada em fevereiro de 2005, que define como atribuição pública “valorizar e preservar o Pampa gaúcho, sua cultura, patrimônio genético, diversidade de fauna e vegetação nativa”. Ocorre que uma das principais objeções dos ambientalistas é que a monocultura do eucalipto altera substantivamente o patrimônio genético, a diversidade de fauna e a vegetação nativa de muitas fazendas no sul do Estado, ou seja, no coração do Pampa Gaúcho. Outra contradição aparece na postura do secretário estadual do Meio Ambiente, Mauro Sparta, que prometeu agilizar os processos de licenciamento ambiental para garantir os investimentos. (...)Esse pragmatismo ambiental é vital para o modelo de desenvolvimento defendido pelo governo Rigotto. Neste modelo, a questão ambiental é mera perfumaria. Segundo o Núcleo Amigos da Terra/Brasil, hoje o RS possui uma área ocupada por monoculturas de eucalipto, pinus e acácia de aproximadamente 400 mil hectares. Estima-se que, em pouco mais de uma década, mais de 1 milhão de hectares de terras gaúchas estarão convertidas em “desertos verdes” (denominação adotada por organizações ambientalistas e movimentos sociais para descrever as imensas áreas cobertas por eucaliptos no Espírito Santo e na parte sul da Bahia). “O desejo do atual governo gaúcho de ver instaladas pelos menos duas grandes fábricas de celulose no território, até 2010, alimenta um mega-projeto de expansão das áreas de árvores exóticas”, avaliam os ambientalistas.

Esse texto se relaciona com os outros através da acentuação da diferença, na luta por significados, nesse caso, o desenvolvimento, antes não mencionado. No que se refere à interdiscursividade, pode-se identificar o caráter de competição entre os discursos do governo

¹³ Disponível em <http://www.riosvivos.org.br/canal.php?canal=50&mat_id=7999>.

e das empresas em oposição ao dos ambientalistas. Estes, até então, excluídos dos outros textos.

Esse trecho ainda supõe o apoio da mídia gaúcha aos investimentos em questão, que também têm o aval dos governos federal e estadual. Porém, vai de encontro aos argumentos dos ambientalistas que demandam avaliação dos impactos oriundos das atividades de monocultura de árvores exóticas.

Segundo o artigo, o governo gaúcho se apóia na geração de emprego a fim de promover desenvolvimento igualitário, fundamentando sua posição a favor dos empreendimentos. A estimativa é de 1000 a 1500 empregos, porém, de posse da informação de que a empresa emprega nos 40 países em que se faz presente 45 mil pessoas, questiona-se esse número, dado que a previsão da empresa é de adquirir, num primeiro momento, 50 mil hectares. Deve-se ressaltar que a afirmação quanto à quantidade de emprego gerada é uma suposição proposicional, ou seja, sobre o que pode ser. Ademais, o investimento é nominalizado novamente, pois ele **garantiria** o desenvolvimento. Não se pode esquecer que, para Celso Furtado (1980), o desenvolvimento das forças produtivas deve ser entendido como um conjunto de modificações estruturais, que ocorre em certo contexto social e resulta da interação de agentes dotados de intenções e de capacidade inovativa, que se apropriam do excedente.

Também se percebe que o apoio do governo não se baseia apenas nas vantagens econômicas provavelmente provenientes dos investimentos, mas na disponibilidade de recursos financeiros de agências de fomento federais e estaduais, até então ignoradas pelos outros textos. Assim, os ambientalistas reforçam suas críticas questionando o custo de cada emprego gerado e, indiretamente, propõem alternativas para a alocação de recursos das agências de fomento, o que caracteriza seu compromisso através de modalidade epistêmica e suposição proposicional. A partir das perguntas elaboradas pelos ambientalistas, pode-se supor que os subsídios e financiamentos destinados à monocultura poderiam ter a mesma capacidade de geração de emprego e renda se aplicados em atividades menos agressivas ao meio-ambiente, à cultura e às populações locais. Retornando mais uma vez a Furtado (1998), o desenvolvimento deve compreender a escala de valores predominantes em certa sociedade, abordado pelos ambientalistas quando propõem atividades econômicas que preservem a cultura gaúcha.

É interessante notar que o texto identifica contradições nos discursos de membros do governo defensores de tais investimentos, como no caso do prefeito de Pelotas e do secretário

estadual do Meio Ambiente. Aquele por se posicionar a favor da preservação do pampa (e indo contra o argumento dos ambientalistas de que o empreendimento afeta as características do bioma) e este ao pressionar a FEPAM no sentido de agilizar o licenciamento ambiental – conforme visto anteriormente, uma das condições de investimento da Stora Enso.

O ataque ao modelo de desenvolvimento do governo gaúcho (emprego e renda) fica claramente percebido no último trecho destacado, onde supõe, por meio de suposição existencial, que o membro federado não considera os danos ambientais, somente as vantagens econômicas, legitimando seu argumento através da autoridade. Esse trecho também é importante por nos trazer a expressão “deserto verde” (amplamente utilizada pelos ambientalistas) e por apresentar os planos do governo para o futuro, que se referem à monocultura de árvores exóticas para alimentar as fábricas de celulose.

Todavia, não será o movimento ambientalista que atrapalhará os planos da Stora Enso, mas instituições públicas, como segue no artigo do dia 30 de janeiro de 2006 do Jornal do Comércio:

Ao iniciar o processo de compra de terras para implantação de sua **base florestal de eucalipto e pinus no oeste do Estado**, a multinacional sueco-finlandesa Stora Enso se viu impedida de concluir o registro das terras recém adquiridas devido a uma lei federal que estabelece regras especiais para as transações imobiliárias na **faixa de fronteira - uma vasta área de 150 quilômetros** paralela ao limite terrestre do território nacional.

A Lei da Faixa de Fronteira (nº 6634/79) exige autorização prévia do Conselho de Defesa Nacional (CDN) para compras de áreas nessa região por parte de empresas estrangeiras ou pessoas jurídicas nacionais controladas por capital internacional. Segundo o diretor Florestal da Stora Enso América Latina, João Fernando Borges, ao planejar o investimento no Rio Grande do Sul, **uma assessoria jurídica contratada alertou para as limitações impostas por esta lei.**

Mesmo assim, oito municípios, total ou parcialmente situados na faixa de fronteira (Alegrete, Cacequi, Maçambará, Manoel Viana, Rosário do Sul, Santiago, São Francisco de Assis e Unistalda), foram escolhidos para receber a primeira etapa da base florestal da empresa. **A opção levou em conta as características dos terrenos situados nesses municípios, que não oferecem as condições ideais para agricultura e pecuária, e, portanto, têm baixo valor de mercado.**

De acordo com Borges, no primeiro momento, **a multinacional tinha o entendimento de que os negócios executados por sua subsidiária Derflin Agropecuária, que tem pessoa jurídica registrada no Brasil, não seriam caracterizados como compra de terra por estrangeiros. “Nós contávamos com a possibilidade de registrar as terras compradas simultaneamente ao encaminhamento do pedido de autorização às autoridades federais”, lembra Borges.**

O revés veio em setembro, com a tentativa de registrar em um cartório de Santiago as primeiras aquisições de terras do projeto. O encaminhamento foi negado pelo órgão, que verificou na documentação da Derflin a presença de capital internacional. A questão foi levada ao poder judiciário local, que confirmou a necessidade de autorização prévia do Conselho de Defesa Nacional para efetivação das transações.

Sem poder escriturar as aquisições, a multinacional arriscou: passou a fazer contratos de compra e venda sem garantia de homologação do registro, que só poderá ser feito com a licença especial do CDN. Ao mesmo tempo, ingressou numa verdadeira maratona burocrática atrás da liberação federal. O processo foi iniciado com a orientação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Rio Grande do Sul. Nesses casos, o Instituto tem o papel de orientar o levantamento da documentação, analisar os processos e encaminhar parecer para o CDN.

Em primeiro lugar, destaca-se que a base florestal da Stora Enso não será só eucalipto, mas também de pinus, a ser instalada na zona Oeste do Estado, em municípios localizados na zona de fronteira que, mais uma vez, apresentam vantagens comparativas. A justificativa da opção por adquirir terras nos municípios citados, além de representar o compromisso do autor através de modalidade deontica, relacionada à troca de atividade em demanda do tipo prescritiva, supõe que as atividades de agricultura e pecuária são inviáveis na região. É importante também analisar a referência que se faz à faixa de fronteira como uma *vasta zona de 150 km*, fazendo menção à sua grande extensão, mas que também pode ser interpretada como um tom irônico, como se essa *vasta* dimensão fosse desnecessária.

O que importa perceber é que a empresa já estava a par da questão da aquisição de terras na faixa de fronteira, mas mesmo assim, através de uma subsidiária, efetuou a compra de terras com intenção de encaminhar o pedido de autorização às autoridades federais, decisão que se baseou em suposição proposicional. À esfera federal é atribuída a idéia de burocracia em sentido pejorativo (*maratona burocrática atrás da liberação federal*, como se os procedimentos para a liberação fossem um obstáculo a ser vencido pela empresa). Aqui, pode-se supor que a empresa, de uma certa forma, tentou burlar a legislação federal. Assim, não poderia ser possível supor que a ineficiência das instituições públicas poderia ser vista como uma aliada ao processo de aquisição de terras?

Todavia, apesar de necessitar da autorização do Conselho de Defesa Nacional (CDN), a empresa realiza contratos de compra e venda, o que foi caracterizado como um risco (*a multinacional arriscou*). Aqui, questiono quem é afetado por esse risco, uma vez que a zona de fronteira não trata apenas de uma questão federal, mas de segurança nacional, defesa e autonomia do território. Aqui, faz-se referência a Bourdieu e Wacquant (2005), que consideram que o Estado é um conjunto de campos onde ocorrem as lutas que almejam ao poder de impor normas coercitivas por meio de violência simbólica. Por fim, destaca-se o aspecto de representação dos atores. Ambientalistas e movimentos sociais são excluídos, porém, são incluídos a subsidiária da empresa, o CDN e o INCRA.

Apesar de todo entrave, o texto publicado em 12 de janeiro pelo Ambiente Brasil, “Ambientalistas do RS temem pelo futuro dos pampas com expansão da cultura de eucaliptos” nos revela:

Somando-se à onda de calor ímpar que assola o Rio Grande do Sul, uma informação confirmada recentemente veio também contribuir para esquentar os ânimos, desta vez particularmente em meio ao movimento ambientalista gaúcho. Ontem, **o presidente do grupo sueco-finlandês Stora Enso na América Latina**, Nils Grafstrom, visitou, acompanhado de outros executivos, municípios do sul do estado onde já foram adquiridos 36 mil hectares de terras para a formação de uma base florestal em monocultura de eucaliptos.

A proposta da empresa de expandir sua área no estado para 65 mil hectares foi apresentada no dia anterior ao governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, que “agradeceu a confiança do grupo”. O plantio, a ser iniciado neste ano, vai gerar 1,5 mil empregos diretos.

Estabelece-se aí, mais uma vez, **o desafio do desenvolvimento sustentável. De um lado, alguns festejam a perspectiva de geração de impostos e empregos; outros preocupam-se, porém, com a possibilidade concreta de impactos ambientais irreversíveis.**

“A justificativa utilizada de que a 'metade pobre' do Estado precisa de investimentos desse tipo não é verdadeira, uma vez que o que acontecerá é o aumento da concentração de renda para alguns poucos”, pondera Cristiano Hickel, membro do Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais, com sede em Porto Alegre.

Segundo ele, quase todo o papel futuramente produzido será destinado à exportação. “De acordo com os produtores, o brasileiro consome pouco papel, 40 quilos por pessoa por ano em média, enquanto nos Estados Unidos são mais de 300 quilos por pessoa a cada ano”, informa. Na avaliação de Káthia Vasconcelos Monteiro, membro do Conselho Diretor da ONG Núcleo Amigos da Terra, os impactos da eucaliptocultura não estão sendo devidamente considerados. A proposta dessa vertente do movimento ambientalista gaúcho é fortalecer a resistência à compra de áreas pela Stora Enso a partir da conscientização dos potenciais vendedores destas terras. **“Nossa cultura está relacionada aos pampas e a perda dessa identidade cultural tem preocupado alguns produtores”**, diz Káthia, que chegou a surpreender-se com a boa acolhida de pessoas que, a princípio, estariam muito mais interessadas no que soa como um bom negócio. **“A terra já subiu de preço”**.

Afora os possíveis impactos sobre os pampas, um argumento que tem sido usado também apela para a ordem econômica. Segundo Káthia, **a cultura de eucalipto consome muita água**, já escassa no sul do estado, o que ameaçaria as criações extensivas de gado e as plantações de arroz nas localidades de várzea. O próprio *site* do Governo do Rio Grande do Sul informa que “no futuro, a madeira produzida será destinada a uma unidade industrial de papel e celulose, em local ainda a ser definido. A planta deverá receber investimento estimado em US\$ 800 milhões”. **“Os rejeitos da fábrica vão para onde?”** é a pergunta sobre a qual proprietários de terras na região têm sido convidados a refletir.(...)

Os ambientalistas estão avaliando também brechas para medidas judiciais. Uma delas se baseia no pressuposto de que a agência gaúcha de fomento – CaixaRS -, que atua com recursos do BNDES, estaria liberando financiamento para a atividade sem que, antes, os empreendimentos fizessem jus a licenciamento ambiental **Outra linha de ação é obrigar os empreendedores a esperar o término de estudos ora sendo executados pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental – Fepam -, que vão resultar num zoneamento da monocultura, ou seja, a definição de onde se poderá plantar ou não.** “A idéia é que esse estudo tem que estar pronto antes de qualquer licenciamento”, coloca Káthia, lembrando ainda a ameaça sobre os banhados gaúchos, áreas de preservação permanente cuja função é regular o fluxo dos rios, à semelhança dos manguezais no Nordeste.

A partir desse texto, parece-nos que a empresa está confiante quanto à questão de aquisição de terras na zona de fronteira, dado que apresentou proposta ao Governo do Estado para expansão de sua área destinada à monocultura. A esse ato, o governador Germano Rigotto agradece à empresa a confiança depositada. Supõe-se que essa *confiança* deva ter uma contrapartida, seria ela o apoio financeiro e a promessa de agilidade no processo de licenciamento? Infelizmente, essa pergunta fica sem resposta. Porém, vale lembrar que, para Bourdieu e Wacquant (2005), a estratégia dos jogadores não depende somente do volume e da estrutura do capital no momento em que é considerado, mas também de garantia de

possibilidades de jogo. A estratégia define a posição dos jogadores (BOURDIEU e WACQUANT, 2005).

Chama a atenção um aspecto que não havia sido trazido pelos outros textos: as sucessivas estiagens que têm assolado o estado durante os últimos verões. Esse texto se caracteriza por dar voz aos ambientalistas, sendo observado inúmeros registros diretos. Além disso, a relação com os demais textos se dá através da acentuação de diferenças em relação à polêmica do desenvolvimento, assim, a interdiscursividade é articulada através da competição.

Outro elemento relevante são as questões levantadas pelos ambientalistas, que dizem respeito ao patrimônio cultural da região e à concentração de renda, o que permite identificar o compromisso dos enunciadores com o que declaram através da modalidade epistêmica, que se relaciona com a troca de conhecimento. Os ambientalistas retomam o aspecto cultural que, para Furtado (1980), deve ser levado em consideração pelos analistas de desenvolvimento. Outra preocupação dos ambientalistas se refere aos rejeitos da fábrica, que sequer foi anunciada, mas que conforme alertado na seção 1 deste trabalho é altamente poluente para água e para a fauna aquática.

Esse texto também resume bem as diferentes visões que se lançam na questão do desenvolvimento trazido pelo empreendimento. De um lado um discurso puramente econômico e, de outro uma preocupação com danos irreversíveis ao meio ambiente e à cultura dos povos. O último trecho destacado nos traz a idéia de que a pressão sobre a FEPAM pode implicar que o licenciamento seja concedido antes do zoneamento ambiental. Não se pode esquecer que, segundo Furtado (1980), o excedente tem uma dimensão sincrônica e outra diacrônica e, em ambos os casos, expressa um poder que conforma a utilização do produto social e define o horizonte temporal de sua utilização. A primeira dimensão se refere à estratificação social e a segunda, à transferência no tempo da utilização final do produto e o aumento da produtividade do trabalho (FURTADO, 1980). A dimensão diacrônica é predominante no discurso dos ambientalistas, assim como a sincrônica, no do governo e, principalmente, no das empresas.

O texto¹⁴ de Roberto Villar Belmonte é bastante claro quanto às preocupações dos ambientalistas gaúchos e adiciona importante elementos:

¹⁴Intitulado “O Rio Grande do Sul entrou com toda a força na rota dos megainvestimentos da indústria da celulose. O custo poderá ser a descaracterização definitiva do Pampa gaúcho”. Disponível em <<http://www.ecoagencia.com.br/index.php?option=content&task=view&id=1262&Itemid=48>>.

O maior temor dos ambientalistas é a possibilidade de ocorrer no Rio Grande do Sul o que aconteceu no Espírito Santo, Uruguai e também no Sul do Chile. Nestes lugares, os chamados “desertos verdes” reduziram a água disponível, extinguíram espécies e também empregos, pois as atividades foram todas mecanizadas. Os investimentos de três grandes indústrias de celulose no Rio Grande do Sul estão tirando o sono da maioria dos ecologistas gaúchos. Empresas estão comprando grandes quantidades de terra na Metade Sul para a monocultura de árvores exóticas.(...)

A rica diversidade biológica do Pampa faz dele uma espécie de Amazônia do Rio Grande.(...)

Preocupados, os ecologistas gaúchos estão em contato direto com o chamado Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, uma rede internacional com sede em Montevidéu, no Uruguai, e escritório na Inglaterra, que desde 1998 promove campanhas contra as monoculturas de árvores na América do Sul, África e Ásia. **“Estas plantações nunca levam em conta a realidade local e sempre são instaladas com forte apoio dos governos”**, avalia Ana Filippini, militante uruguaia da rede.

Winfriidus Overbeek, um dos militantes da rede que acompanha os danos causados pelas plantações de pinus e eucalipto (...) questiona os termos “reflorestamento” e “plantio de florestas” usados pela indústria da celulose. **“Esta é uma simplificação grosseira. Áreas tomadas por pinus e eucalipto não são florestas, mas plantios industriais de árvores exóticas.** Na verdade, são imensos desertos verdes”, compara o ecologista. O termo plantio de florestas foi importado da Europa, onde as florestas não têm a rica diversidade encontrada no Brasil. (...)

Para o presidente da Comissão de Agricultura do Rio Grande do Sul, Elvino Bohn Gass, as monoculturas de árvores estão sendo vendidas pelo Governo do Estado como uma salvação, da mesma forma que aconteceu com o capim Anoni e a soja transgênica. “A pobreza da Metade Sul se deve à baixa diversidade produtiva e à concentração de terra. A solução não pode ser mais uma monocultura e a concentração de terras na mão de grandes empresas de celulose”, questiona o deputado petista.

O primeiro deles é o eminente dano ao ambiente, já experimentado por outros países e estados brasileiros provenientes da monocultura de árvores exóticas, através de suposição existencial e legitimada por racionalização. Faz-se necessário justificar o destaque do segundo trecho, pois minha intenção é chamar a atenção para a questão da zona de fronteira, pois, caso alterada a legislação federal, não somente o pampa será atingido, mas a Amazônia, que também é a menina dos olhos de muitos investidores e, inclusive, governos estrangeiros, junto com o Pantanal. Porém, essa é outra questão; o objetivo é dar noção da dimensão do problema. Ademais essa comparação nos remete para a riqueza da diversidade do pampa.

A articulação dos ambientalistas gaúchos com a rede internacional nos faz supor que a preocupação da monocultura não é exclusiva dos nossos ambientalistas, assim como não o é o desrespeito à cultura local e o apoio do governo a esses empreendimentos. A questão do termo reflorestamento também nos é importante, pois as árvores reflorestadas se destinam à produção de determinadas empresas, ou seja, essas *florestas*, nada mais são do que a produção intensiva de matéria-prima para a indústria. Dessa forma, poderiam ser postas em pé de igualdade com a Amazônia?

Quanto às palavras de Elvino Bohn Gass, atribuo papel fundamental para o entendimento da questão, uma vez que faz menção ao quesito ideológico que permeia a atividade de monocultura. É interessante perceber que o presidente da Comissão de Agricultura do Rio Grande do Sul atribui a pobreza da metade sul à diversidade produtiva e à

concentração de renda, que aliado ao fato de que as empresas têm intenção de implantar uma atividade de monocultura e de ter a posse de 80% das terras destinadas ao cultivo, fortalece a afirmação de Bohn Gass, que dispensa como *salvação* para a região esses investimentos, que na realidade, agravaria a situação econômica da metade sul.

Furtado (1980) afirma que o conceito de desenvolvimento apresenta três dimensões, o incremento da eficácia do sistema social de produção, a satisfação de necessidades elementares da população e a consecução dos objetivos almejados por grupos dominantes que competem na utilização de recursos escassos. Essa terceira dimensão é percebida por Furtado (1980) como parte de um discurso ideológico, pois as aspirações dos diferentes grupos sociais são ambíguas. É a isso que Bohn Gass se refere quando diz que a monocultura tem sido vendido como *a salvação* pelo Governo do Estado. A fala de Bohn Gass também nos faz retornar a Nahón, Enríquez e Schorr (2006), que sustentam que o escasso desenvolvimento industrial da América Latina se deve à sua excessiva especialização produtiva ligada a produtos primários e a satisfação de grande parte de sua demanda interna mediante a importação de produtos manufaturados dos países centrais, o que reflete na sua inserção estrutural no sistema econômico mundial.

As notícias acerca dos investimentos da Stora Enso voltam à tona no mês de abril, conforme o Jornal do Comércio do dia 27:

Ainda neste semestre a Stora Enso começa o plantio de 5 mil hectares de eucalipto em Rosário do Sul. A área integra a primeira parte dos 100 mil hectares para o cultivo de florestas no Estado. **Depois de consolidado o florestamento, o grupo sueco-finlandês pretende construir uma fábrica de celulose de eucalipto na Metade Sul no prazo de sete anos.** “Estamos dependendo da liberação de licenças ambientais para iniciar os primeiros plantios” afirmou o vice-presidente da Stora Enso para a América Latina, Otávio Pontes. “Inventaram uma lei de zoneamento que está atrasando o processo”, disse. A empresa também projeta uma fábrica no Uruguai, mas que utilizaria pinus. Como a decisão ainda não está tomada, o país vizinho pode acabar recebendo uma unidade industrial de eucalipto. “No Uruguai, a burocracia é bem menor do que no Brasil e já temos áreas licenciadas”, disse Pontes.

Desse texto, retira-se que não há dúvida por parte da Stora Enso sobre o local de instalação de sua fábrica, optando pela construção de duas unidades industriais, uma no Rio Grande do Sul e outra no Uruguai. Porém, impõe mais uma condição: a consolidação dos plantios, percebida na reprodução fala de Pontes que também demonstra seu compromisso através de modalidade deontológica relacionada à troca de atividade por demanda modalizada (*estamos dependendo...*). Mais uma vez é exercida pressão sobre a FEPAM e os governos gaúcho e brasileiro, os quais, para Otávio Pontes, são burocráticos, pouco ágeis e, *não bastasse, ainda inventaram mais uma lei*. Todavia, essa pressão é exercida de forma indireta,

pois esses atores não estão incluídos no texto. A última fala de Pontes é uma suposição existencial e demonstra seu compromisso através de modalidade epistêmica.

Segundo Denise Nunes, do jornal Correio do Povo, em matéria publicada no mesmo dia, os motivos para a fábrica no Uruguai sair provavelmente antes da unidade gaúcha são outros:

Embora o risco de o Uruguai ganhar primeiro uma fábrica da Stora Enso **nada tenha a ver com o licenciamento ambiental – a vantagem vizinha é ter florestas de eucalipto prontas para corte** -, o vice-presidente da empresa para a América Latina, Otávio Pontes, **criticou a rigidez das leis no Rio Grande do Sul**. Segundo ele, **esse fator, mais a carga tributária, tornam o investimento por aqui 20% maior do que no país vizinho**. Mas, se a opção da Stora Enso for por uma fábrica de celulose de pinus no Uruguai, ela será mais cara que a gaúcha, de eucalipto. O investimento é o mesmo: 1,2 bilhões de dólares. Só que **a de pinus produz 700 mil toneladas anuais, enquanto a de eucalipto chega a 1 milhão de toneladas/ano**. **A decisão sobre qual delas será instalada no Uruguai também depende do mercado mundial**. Ambos crescem á média de uma fábrica por ano, sendo que, se a China mantiver o atual ritmo de crescimento, o ritmo pode duplicar. **O preço da celulose de pinus no mercado internacional varia entre 680 e 700 dólares por tonelada. Já a de eucalipto custa ente 600 e 650 dólares.**

Nesse texto, caracterizado pela intertextualidade do tipo registro indireto, é amenizado o tom da fala de Otávio Pontes, atribuindo-lhe uma postura mais diplomática. O trecho também nos revela que o país vizinho já possui eucalipto pronto para corte e que a decisão do tipo de fábrica a ser instalada dependerá da demanda mundial, o que reforça o argumento do texto de 12 de janeiro, de que boa parte da produção será destinada à exportação, aliado ao fato de se basear nos preços do mercado internacional (suposição existencial). O texto deixa claro que, apesar da carga tributária e da rigidez legal, é vantajoso para a empresa a instalação de sua fábrica em solo gaúcho, dada a produtividade e o preço da celulose de eucalipto. Ainda supõe que, devido ao ritmo de crescimento da demanda (medido em fábricas/ano) a cogitação entre um fábrica no Uruguai ou no Rio Grande do Sul, colocada em pauta em setembro do ano passado, era mera especulação e forma de pressão sobre o governo. É válido, para fins de análise de colocação, destacar o termo *florestas de eucalipto*. É importante lembrar que, conforme Bourdieu e Wacquant (2005), as regras do jogo são determinadas pelo aumento ou diminuição da posse de capital em jogo, nesse caso, econômico e simbólico. Dessa forma, criticando a *rigidez das leis no Rio Grande do Sul* no que se refere ao licenciamento ambiental, Pontes revela a intenção da empresa de determinar as regras a seu favor.

Em matéria do dia 02 de maio de 2006, o Jornal do Comércio anuncia “Stora Enso anuncia intenção de investir US\$100 milhões na Metade Sul do Estado”:

A capacidade de produção anual da Stora Enso chega a 16,4 milhões de toneladas de papel e 7,7 milhões de metros cúbicos de madeira processada, o que garantiu um faturamento de 12,4 bilhões de euros em 2004. A empresa está presente em 40 países nos cinco continentes, empregando 45 mil pessoas. (...)

A Stora Enso também anunciou neste ano seu apoio ao Programa de financiamento Florestal Gaúcho da CaixaRS (Proflora CaixaRS), desenvolvido pelo governo do Estado. O programa incentiva, por meio de financiamento, os produtores gaúchos que aderirem ao plantio de árvores exóticas como pinus, acácia negra e eucalipto. “Um projeto do porte do da Stora Enso precisa ter garantia de que haverá fornecimento de madeira na quantidade e com a qualidade desejadas para a produção de celulose e a participação de produtores parceiros é fundamental para isto”, diz Fernando Borges admitindo a possibilidade da empresa iniciar seu próprio programa de fomento para produtores locais. “Está nos nossos planos, mas ainda não foi decidido o modelo”, diz Borges

Em março, a Stora Enso viabilizou uma parceria com a Universidade Federal de Santa Maria com a finalidade de mensurar o impacto ambiental, a produção de árvores e seu aproveitamento na indústria da madeira no Estado. (...)

“O princípio de sustentabilidade norteará o projeto do Rio Grande do Sul. Todo o empreendimento seguirá as melhores práticas ambientais para plantações e para a indústria com rígida observância de legislação ambiental”, afirma Borges, referindo-se do licenciamento para o projeto florestal que encontra-se em tramitação na Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM).

Já se percebe, pelo título da reportagem, que o montante de investimento da Stora Enso tem crescido com o tempo. A capacidade produtiva Stora Enso é de até 16,4 milhões de toneladas - total dos 40 países em que está presente- porém, a fábrica de processamento de celulose de eucalipto a ser instalada no Rio Grande do Sul deverá acrescentar um milhão de toneladas em sua produção. O que é um incremento significativo, dado que é apenas uma unidade fabril.

Nota-se que a empresa declarou apoio ao programa de fomento do Governo do Estado. Será esse o mesmo que o da Aracruz¹⁵ que viabilizou R\$15 milhões para ampliar sua base florestal através do programa? Caso a Stora Enso criasse seu próprio programa de fomento, ela não tornaria seu negócio ainda mais lucrativo, uma vez que, além de exercer um maior controle sobre o produtor (impondo suas próprias condições para concessão de crédito), ainda ganharia os juros sobre os empréstimos concedidos? Outro aspecto que tange o programa é o da necessidade de garantias requeridas pela empresa, mais uma vez o Governo do Estado figura como avalista. Esse mesmo argumento também pode servir de reforço para a criação de um programa próprio de fomento, pois não dependeria do Estado para viabilizar recursos aos seus produtores parceiros.

Como visto na seção 3, uma das relações internas dos textos são as estratégias de legitimação. Não seria a parceria com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) uma forma, de no futuro, a empresa ter um aporte técnico-científico para argumentar sobre suas práticas florestais? Parceria essa posto como recurso de nominalização, assim como *um*

¹⁵ Conforme a seção Contextualização Histórica.

projeto do porte da Stora Enso, aos quais são atribuídas as ações de *mensurar o impacto ambiental* e *precisar de garantias*, respectivamente. O registro direto da fala de Borges referente ao projeto revela a modalidade deôntica relativa à troca de atividade por demanda prescritiva.

A última citação do diretor florestal da empresa para América Latina coloca em dúvida quais são as melhores práticas sob observância da legislação ambiental a que se refere, uma vez que, como constatado anteriormente, outro executivo da empresa classificava, inclusive a FEPAM, como burocrática, ao menos no que se refere ao licenciamento. Seria rígida essa observância? Aliás, da maneira como a citação é estruturada, essa *rígida observância* não seria condição para essas práticas? Ou seja, não dependeria da fiscalização da FEPAM, ao invés da própria empresa, a conformidade das práticas com as determinações legais?

Na mesma edição do jornal, uma entrevista com o secretário estadual de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais, Luis Roberto Ponte, clarifica algumas questões:

Jornal do Comércio – **Qual a importância da expansão da silvicultura para a economia gaúcha?**

Ponte – **Ela representa desenvolvimento para todo o Estado e principalmente à Metade sul**, região na qual está instalada grande parte das bases florestais de três maiores empresas de papel e celulose do mundo **Quando concretizadas, as instalações das fábricas da Votorantim e Stora Enso deverão gerar, juntas, mais de 10 mil empregos, nos próximos dez anos, fora os que já existem.** (...)

Jornal do Comércio – **Contaram também os incentivos que o governo ofereceu?** Ponte – **A forma de Germano Rigotto conduzir os negócios com transparência e seriedade, sem dúvida, deu às empresas a tranquilidade e a confiança** necessárias para que elas investissem no estado. Mas as **características tributárias foram fundamentais** para atrair esses empreendimentos. Não há estado brasileiro com **carga de ICMS** sobre produção, industrial ou rural, menor do que a do Rio Grande do Sul.

Digo isso como secretário estadual do desenvolvimento e assino embaixo. A madeira exportada, por exemplo, não gera ICMS e, portanto, não haverá no Estado acúmulo de crédito de ICMS. Empresas como a Aracruz, Votorantim e Stora Enso sabiam disso e acharam viável empreender em terras gaúchas. Além disso, **em 2004 foi criado o programa RS Competitivo, que reduziu a alíquota de ICMS de 17% para 12%**, em todos os elos das cadeias produtivas, até o varejo, para produtos de diversos setores (...).

Conforme Furtado (1980), desenvolvimento não é sinônimo de emprego, como se depreende da fala do Secretário. Para Furtado (1980) desenvolvimento deve ser entendido como um processo que implica transformação social em nível de meios e fins, não somente fins. Os dados elencados são duramente questionáveis: se a Stora Enso em 40 países tem 45 mil empregados, só no Rio Grande do Sul, junto com a Votorantim, criaria mais de 10 mil empregos sem extinguir nenhum? Ou a atividade gera muito emprego, ou os empreendimentos serão muito grandes em relação aos demais instalados ao redor do mundo, ou há muita mão-de-obra ociosa no estado, ou os dados são equivocados.

Mais uma vez, a confiança no governo é trazida à tona. Como já afirmado anteriormente, essa confiança deve ter um aporte, devido à relação de dependência que se

identifica da empresa em relação ao governo, no que tange a questão do licenciamento e do financiamento. O estado, como todos sabemos, está passando por uma grave crise financeira, porém, o Governo tem criado incentivos, diminuindo a alíquota de ICMS e incentivando empreendimentos que, segundo o próprio secretário de desenvolvimento, não geram ICMS. Diante disso, como a atividade de silvicultura pode *representar* desenvolvimento? Outra questão é levantada, fala-se em criação de emprego, porém, nada se fala sobre as condições desses empregos. Os produtores serão parceiros, não há relação de vínculo empregatício com a empresa. Como no caso da Votorantim, que se compromete em comprar a produção e dar o aporte técnico necessário, assim com as mudas, provenientes de seus viveiros, onde fazem pesquisa para *aprimorar* a qualidade das sementes, para não se dizer transgenia¹⁶.

As respostas do Secretário são ricas em nominalização: *ela* (a silvicultura) *representa*; *as instalações (...) deverão gerar, a forma de conduzir (...) deu à empresas*. O compromisso do enunciador é dado através da modalidade deôntica por demanda modalizada. O Secretário também se utiliza de suposições proposicionais (*as instalações deverão gerar mais de 10 mil empregos*) e existenciais (*não há estado brasileiro com menor carga de ICMS*). A interdiscursividade é de complementação aos discurso das empresas e, a estratégia de legitimação, autoridade.

No mês seguinte, seis deputados gaúchos são encarregados de uma missão, conforme anunciava a Agência de Notícia do Palácio Piratini:

Com o objetivo de incentivar ainda mais o florestamento no Rio Grande do Sul, o deputado Berfran Rosado (PPS), coordenador da Frente Parlamentar Pró-Florestamento da Assembléia Legislativa, chefiará, na próxima semana, a **Missão Florestamento**.

Os deputados José Sperotto (PFL), Marco Peixoto (PP), Edson Brum (PMDB), Pedro Westphalen (PP) e Vieira da Cunha (PDT) farão parte da comitiva gaúcha que irá **visitar as instalações da fábrica da Stora Enso, na Finlândia. A intenção da missão é saber o quanto a presença de uma fábrica de celulose influenciou no desenvolvimento daquele país**. Para isso, a comitiva irá visitar além da planta industrial, O Congresso Nacional, os Ministérios do Meio Ambiente e da Indústria e a Associação dos Plantadores Florestais da Finlândia.

A Finlândia é o país com a mais elevada percentagem de área florestal na Europa. A silvicultura finlandesa pratica-se sob condições excepcionais, devido à localização do país no extremo Norte da Europa e pelo elevado número de proprietários florestais privados. (...) **Mais de 60% do território finlandês é coberto por árvores.**

No Rio Grande do Sul, a expectativa é de que a Stora Enso instale-se na Metade Sul. O investimento do projeto é avaliado em US\$ 1,2 bilhão. **A estimativa é de que, na maturação do projeto, sejam gerados três mil empregos diretos. Desse total, 3/4 são gerados na atividade florestal e 1/4 na indústria. Além disso, para cada emprego direto, são criados de quatro a cinco empregos indiretos.** Para **Berfran Rosado**, esta é a grande chance de o Estado ser a plataforma exportadora de celulose na América do Sul. “Queremos muito a instalação de fábricas de celulose em solo gaúcho. Será a geração de emprego e renda para o nosso povo”, salienta. Os parlamentares embarcam no dia 3 de junho e retornam para o estado no dia 11.

¹⁶ As informações sobre o programa de parceria da Votorantim, a Poupança Florestal, podem ser encontradas em <<http://www.vcp.com.br/sitevcp/poupancaflorestal/vantagens.html>>.

Não bastasse todos os incentivos oferecidos pelo estado, deputados do PPS, PFL, PP, PMDB e PDT acreditam que uma visita à Finlândia, poderia ajudar ainda mais o florestamento no Rio Grande do Sul, sob o pretexto de avaliar o quanto a planta industrial da empresa ajudou no desenvolvimento do país, que da forma como é colocado, dá a impressão de que o mesmo se refletiria no estado. O pretexto é completamente infundado, dado que a matriz da empresa é na Finlândia, é natural que os lucros provenientes de suas atividades em outros países sejam remetidos para sua matriz, o que *promoveria um desenvolvimento* (aqui tratado a partir de uma perspectiva econômica reducionista, que é a adotada pelo governo) muito diferente do que o no Rio Grande do Sul. O parâmetro de comparação é inapropriado, a Finlândia é um país europeu, o Rio Grande do Sul, um ente federado brasileiro.

As informações sobre a geração de empregos mais uma vez são colocadas em dúvida. Segundo Otávio Ponte, a Stora Enso e a Votorantim criariam juntas 10 mil empregos, porém, essa reportagem nos traz outra informação, conforme os dados, só a Stora Enso geraria entre 15 e 18 mil empregos, a maioria indiretos. Não poderia constar nesse cálculo, os papeleiros e carroceiros que juntam papel e papelão na rua? Ainda é válido lembrar que a previsão inicial era de 1000 a 1500 empregos. Porém, vale lembrar que a estimativa de quantos empregos serão gerados, é uma suposição proposicional.

Outro aspecto: em nome de quem Berfran Rosado se pronuncia? Ora, o *queremos* traz idéia de ação coletiva: da missão, do governo, do povo gaúcho? Em tempo, a relação de uma fala com outra faz parecer que a geração de emprego e renda *para o povo gaúcho* depende exclusivamente da instalação de fábricas de celulose no estado. Do último relato direto do Secretário pode-se afirmar que seu compromisso com obrigações é dado por modalidade deôntica por demanda modalizada. Ainda se pode dizer que *a instalação de fábricas é nominalizada (será a geração de emprego e renda)* e, a partir dela, o Secretário faz uma suposição proposicional. Deve-se ter em mente que, para Furtado (1986), a expansão da renda resulta do aumento da produtividade média do fator trabalho decorrente de acumulação de capital e avanço da técnica.

A missão, porém, é tratada de maneira diferente pelo Movimento de Mulheres Campesinas, que publica uma nota “para o interesse das grandes empresas¹⁷”:

¹⁷ Disponível em <http://www.mmcbrasil.com.br/rs/noticias/080606_deputados.htm>.

Seis deputados gaúchos embarcaram na sexta-feira (02/06) para a Finlândia, com a chamada "Frente Parlamentar do Florestamento". Os parlamentares ficarão cinco dias naquele país com o objetivo de conhecer o sistema de florestamento e preservação ambiental finlandês. Vieira da Cunha (PDT), Edson Brum (PMDB), Berfran Rosado (PPS), José Sperotto (PFL) e os deputados do PP Marco Peixoto e Pedro Wesphalen **vão cumprir roteiro preparado pela empresa de celulose Stora Enso.** Importante ressaltar que os **deputados viajam com diárias pagas pela Assembléia.** **Mais uma vez o dinheiro público está sendo usado para o interesse de grandes empresas, neste caso mais uma vez aos interesses da Stora Enso Celulose.**

Quer dizer, os deputados, que pretendiam avaliar o possível desenvolvimento oriundo de uma indústria de papel e celulose, submeteram-se a um roteiro preparado pela própria empresa, o que poderia influenciar profundamente suas *avaliações*. O pior disso é que, não apenas a opinião dos deputados encarregados dessa árdua tarefa está sujeito aos interesses da empresa, mas o dinheiro do contribuinte gaúcho. O que se desprende da última frase, onde a modalidade é epistêmica e, o que se supõe tem por base o que existe. Não se deve esquecer que das possibilidades de jogo e do volume de capital depende a estrutura do campo e, que a posse do capital ordena vantagens específicas no jogo (BOURDIEU e WACQUANT, 2005). Diante do episódio da visita à Finlândia pelos deputados, pode-se afirmar que a empresa está fazendo de tudo para definir as regras a seu favor com o aval do Estado.

No mês de julho, a questão da aquisição de terras na faixa de fronteira é colocada em pauta na Assembléia, conforme informe econômico de Lurdete Ertel, colunista da Zero Hora,

Audiência pública da Assembléia Legislativa vai discutir no dia 12 os obstáculos à instalação da gigante Stora Enso no Pampa. Principalmente a lei federal que exige autorização do Conselho de Defesa Nacional para compras de terra na Fronteira – onde a empresa pretendia instalar suas florestas.

Bem, como a lei é de alçada federal, nada teriam nossos deputados a discutir se não fosse uma proposta de alteração dessa lei para ser encaminhada ao Congresso Nacional ou uma maneira de agilizar os trâmites para que o CDN autorize a aquisição de terras pela empresa. Repara-se que nesse pequeno texto uma lei que tem como objetivo a segurança nacional é tratada como um obstáculo aos investimentos da empresa, que já foi adiantado, sabia dessa questão. Ou seja, percebe-se que a colunista da Zero Hora coloca os interesses do capital privado acima dos de defesa de território. Esse trecho apresenta nominalização (*a audiência pública (...) vai discutir*) e, quanto à representação dos atores, se resume a incluir a empresa e o CONAMA.

Sobre essa audiência pública, a Agência de Notícias do Palácio Piratini relata:

A Lei Federal 6634/79 exige autorização prévia do Conselho de Defesa Nacional (CDN) para compras de áreas na região de fronteira, o que estaria dificultando a escrituração de terras adquiridas pela Stora Enso, sendo que sua base florestal abrange vários municípios em áreas fronteiriças.

Para Loureiro (PDT), **"este debate é de fundamental importância, no sentido de se buscar uma solução que viabilize a manutenção deste investimento no Estado, que trará um grande impulso econômico para esta região sofrida"**, afirmou o parlamentar.

De acordo com o diretor florestal na América Latina, João Borges, o preço médio das áreas adquiridas gira em torno de R\$ 2,5 mil e R\$ 3,5 mil por hectare. **As compras são executadas pela Derflin Agropecuária, subsidiária da multinacional criada para administrar a compra de terras.**

Reforça-se aqui, que a lei não está dificultando nada para a empresa, dado que ela já era conhecedora da situação e, que essa lei existe desde 1979. Ora, não só a empresa sabia, mas parte-se do princípio que os próprios deputados se não conheciam, deveriam conhecer a lei, quando do anúncio em 10 de outubro dos primeiros municípios a compor a base florestal da empresa. Tanto a empresa sabia, que criou uma subsidiária para administrar as compras de terra, a fim de burlar a legislação, como já foi dito anteriormente. E mais, esse debate não compete ao deputados estaduais, mas ao Congresso Nacional. Diante da fala Adroaldo Loureiro (PDT), identifica-se a postura de defesa ao empreendimento, atentando contra a segurança nacional. Mais é apreendido da fala do deputado, seu compromisso com obrigações é dado pela modalidade deontica por demanda prescritiva e, ao se referir ao investimento, apresenta o processo como um nome e sujeito de ação (*trará grande impulso econômico*).

Porém, há vozes contrárias na Assembléia¹⁸:

A multinacional Stora Enso, empresa sueca e finlandesa, **agiu ilegalmente ao adquirir mais de 100 mil hectares de terra para o plantio de eucalipto na região da fronteira oeste do Estado**. O alerta é do deputado Frei Sérgio Gørgen (PT), (...)

Frei Sérgio critica a convocação, pela Comissão de Economia e Desenvolvimento da Assembléia Legislativa, em conjunto com a Comissão do Mercosul e Assuntos Internacionais, de audiência pública para discutir o problema da empresa Stora Enso. "A Stora Enso não poderia ter comprado terras na fronteira oeste do Estado sem autorização do Conselho de Segurança Nacional. A empresa está totalmente ilegal no Brasil", afirma.

"A Stora Enso não poderá legalizar sua situação a não ser que mude a lei federal", afirma Frei Sérgio. **"Se algo semelhante estivesse ocorrendo com uma ocupação de sem terra, certamente o fato estaria nas manchetes dos jornais, e o mundo vociferando contra. Espero que os guardiões da legalidade entrem em campo. Caso contrário, os movimentos sociais estarão legalmente autorizados a fazê-lo"**, completa.

Em primeiro lugar, de acordo com o presidente mundial da Stora Enso (JC, 27/09/2005), os planos iniciais da empresa eram de 50 mil hectares que, a longo prazo seriam dobrados. É sabido que o tempo é relativo, mas empreendimentos como esse não costumam tratar longo prazo como um período inferior a um ano, como nesse caso. E pior, conforme Frei Gørgen, ilegalmente!

¹⁸ Fonte: Agência do Palácio Piratini.

Os outros textos tratavam a questão da lei 6634/79 como um problema, mascarando a questão principal que é a ilegalidade da empresa em território brasileiro. Esse texto se relaciona com os demais por acentuação da diferença relacionada ao propósito da audiência e, a fala de Frei Göergen demonstra troca de conhecimento, através da modalidade epistêmica. Frei Göergen insere também, um elemento até então ignorado pelos outros textos da grande mídia e do governo: os movimentos sociais e a diferença no tratamento por parte do governo e da mídia em relação aos movimentos e aos empreendimentos de capital privado que apresentam enormes cifras e dados confusos. Por fim, legitima por autoridade qualquer possível ação dos movimentos sociais no que tange as terras em zona de fronteira da Stora Enso, uma vez que estariam em defesa do cumprimento da lei.

Assim, já há dados para começar a estruturar o campo do desenvolvimento das atividades da indústria de celulose no Rio Grande do Sul. O discurso do governo e da empresa se baseia na geração de emprego e renda, porém, sem apresentar dados concisos a esse respeito. Percebe-se uma relação de dependência recíproca entre a empresa e o governo. Este precisa daquela para discursar sobre atração de investimentos e geração de emprego e renda, principalmente para metade sul e, aquela necessita deste para licenciamento ambiental, fomento aos produtores (pelo menos inicialmente) e agilidade no processo de aquisição de terras na zona de fronteira. Essa relação tem o apoio da grande mídia que defende piamente o empreendimento, porém, nada fala dos danos decorrentes e não dá voz aos movimentos sociais, caracterizando sua imparcialidade diante do assunto. Nesse cenário, a empresa tem definido as regras do jogo a seu favor e na tentativa de acumulação de capital simbólico. Entretanto, os movimentos e os ambientalistas se colocam contra os investimentos, alegando que o modelo de desenvolvimento defendido pelo governo não considera, além da questão ambiental, a questão cultural. Ainda se baseiam em experiências de outras localidades com o mesmo tipo de atividade (produção de celulose e monocultura de árvores exóticas). Assim, os movimentos sociais começam a se articular.

Os textos da grande imprensa caracterizam-se pela inclusão do governo, instituições públicas e empresas e pela exclusão dos movimentos sociais, que não são representados. Identifica-se a predominância de suposições proposicionais. Os discursos entre os membros do governo e de instituições públicas se articulam através de complementação, sendo o discurso protagonista e estando repleto de nominalizações. Quanto à análise de estilo, percebe-se o predomínio da modalidade deôntica por demandas, que revela o compromisso do autor com obrigações. Ao discurso antagonista, proferido pela mídia alternativa e pelos

movimentos sociais, a interdiscursividade se dá pela competição aos discursos proferidos pelo governo e pelas empresas. Os textos caracterizam-se por relatos diretos e suposições existenciais, em sua maioria. As relações com os outros textos se dão pela acentuação da diferença, pela luta de significados, em particular do desenvolvimento. O compromisso com o que os autores afirmam é demonstrado pela modalidade epistêmica relacionada à troca de conhecimento. O discurso antagônico contempla semelhanças com a concepção de desenvolvimento de Celso Furtado, enquanto que, o protagonista, com o viés economicista característico das organizações multilaterais.

Por fim, é válida mais uma informação¹⁹ publicada em 03 de novembro de 2006:

A Stora Enso está dando início às atividades ligadas ao plantio de eucaliptos no Estado. Conforme o diretor florestal da Stora Enso América Latina, João Borges, até dezembro, a empresa planeja implantar 5 mil hectares nos municípios de Rosário do Sul, Alegrete, São Francisco de Assis, Unistalda e Itaqui. **Os projetos foram autorizados pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (Fepam) em propriedades com áreas inferiores a mil hectares, conforme previsto no Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público do RS.**

A questão do Termo de Ajustamento de Conduta é analisada a seguir.

4.2 A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O termo de Ajustamento de Conduta é assinado em 12 de maio de 2006, porém, é importante fazer referência a alguns acontecimentos que lhe precedem.

Em 23 de fevereiro deste ano, assinam convênio de cooperação a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) e a Associação Gaúcha de Empresas Florestais (Ageflor). De acordo com o jornal Correio do Povo desse dia, as organizações uniram esforços para “a realização de um estudo técnico-científico de zoneamento ambiental e regulamentação para a atividade de silvicultura no RS”. O que remonta ao texto elaborado pelo BM e o FMI (2005) onde proclamam que a agenda política deve concentrar seus esforços para incentivar o crescimento econômico, que só pode ser sustentado com um setor privado forte, estruturado a partir de boa governança e de amparo do sistema legal.

¹⁹ Correio do Povo.

No mês seguinte, segundo Carta Maior,

O Ministério Público do Rio Grande do Sul instaurou três inquéritos civis para investigar o processo de licenciamento ambiental relativo à atuação das empresas Aracruz, Votorantin Celulose e Papel (VCP) e Stora Enso. Ao analisar as possibilidades de dano ambiental regional, a Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre recomendou à Fundação Estadual de Proteção ao Meio-Ambiente (Fepam) que não deferisse a licença sem a exigência de estudo de impacto ambiental.

A informação foi prestada pela Procuradora de Justiça, Silvia Cappelli, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, em resposta à correspondência enviada pela presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), Edi Xavier Fonseca, solicitando informações sobre a atuação dessas empresas no Estado e seus impactos ambientais.

Na carta à Procuradora, em 8 de fevereiro deste ano, (...) a correspondência da entidade ambientalista, que acrescenta: “Até o presente momento não existem laboratórios especializados no Brasil, para análise das dioxinas e furanos contidos nos efluentes lançados nos mananciais hídricos, por este tipo de indústria”.

A Agapan alertou o MP de que esses empreendimentos estariam sendo realizados sem o cumprimento dos dispositivos constitucionais – EIA-RIMA, do Zoneamento Ambiental da Silvicultura do Estado – e, também, sem a aprovação do Conselho Estadual de Meio Ambiente.

Em sua resposta à Agapan, a Procuradora Silvia Cappelli (...): “A Divisão de Assessoramento Técnico do Ministério Público elaborou parecer preliminar para avaliar o procedimento de licenciamento ambiental da atividade de silvicultura na metade do sul do estado do Rio Grande do Sul e apontar possíveis impactos e degradações ambientais decorrentes de sua implantação”.

Em primeiro lugar, o Ministério Público Estadual (MPE) só se manifestou porque foi solicitado pela Agapan, recomendando à Fepam que não concedesse licença para plantio sem o estudo de impacto ambiental. Como já dito anteriormente, o atual processo utilizado pelas empresas, através da supressão do gás cloro, diminui a quantidade de dioxinas e organoclorados na águas residuais. Dessa forma, é esclarecedora a fala de Edi Xavier: não existem laboratórios no Brasil que façam análise dessas águas, de onde se comprova o compromisso por modalidade epistêmica com pretensão de verdade. O texto se relaciona com outros através da tentativa de resolver e superar diferenças, ainda representa os ambientalistas, as empresas e as instituições públicas. Conforme Bourdieu e Wacquant (2005), a estrutura do campo é definida pelas relações de forças entre os jogadores. A Agapan, ao acionar o MPE, tem a intenção de estruturar o campo a seu favor.

O Jornal do Comércio de 21 de março, trazia:

Em 120 dias, o estado deve contar com o zoneamento geográfico delimitando as áreas para plantio de eucalipto, acácia e pinus. O estudo visa a mapear as zonas onde o florestamento de árvores exóticas poderá ser feito com o mínimo impacto ambiental e nos recursos hídricos, levando em conta ainda os pontos turísticos e arqueológicos. Também estarão listados os espaços ocupados por indígenas e remanescentes de quilombos, e as espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção na flora e fauna. (...)

O acordo é criticado pelos ambientalistas, que acreditam na interferência da iniciativa privada num estudo que deveria ser exclusivamente técnico.

O engenheiro agrônomo Fábio Rosa, consultor da Ageflor, descarta influência das empresas. “uma consultoria independente, escolhida pela FEPAM, será responsável por analisar o estudo e desenvolver tópicos a serem debatidos em oficinas de validação”, afirma.

Percebe-se a eficiência da parceria entre SEMA, Fepam e Ageflor, que, em 4 meses deverá ter delimitado as áreas para os plantios de exóticas em todo Estado (suposição proposicional), tudo isso visando o menor *impacto ambiental e nos recursos hídricos*. A questão da água, quando se trata desse tipo de monocultura é polêmica, para fins de colocação destaca-se as referências à água ou recursos hídricos, que também são mencionados no texto anterior. A interferência/influência da iniciativa privada no estudo de zoneamento estabelece posicionamentos: os ambientalistas não a vêem com bons olhos, diferente da opinião do consultor da Ageflor. Por isso, o texto se caracteriza pelo diálogo com a diferença. No relato direto de Fábio Rosa, seu compromisso com obrigação por demanda modalizada.

Em 26 de março, o Correio do Povo anunciava

O futuro dos projetos de silvicultura no RS e a adequação da atividade às normas foram **tema do encontro entre o Ministério Público Estadual e a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) na última semana. A intenção é exigir das empresas do setor que estão se instalando no Estado os estudos de impacto ambiental antes do início do plantio.** Através desses trabalhos e também do **zoneamento ecológico/econômico**, desenvolvido pela Fepam, **impasses como o impacto a longo prazo da plantação de eucalipto, que divide opiniões, poderão ser esclarecidos(...)**

“O MP não é contra os investimentos, apenas tem a preocupação no sentido de que esses projetos sejam feitos respeitando o patrimônio ambiental gaúcho”, afirmou o procurador-geral de Justiça, Roberto Bandeira Pereira.

A promotora de Justiça Sandra Segura, da promotoria de Defesa do Meio Ambiental da Capital, destacou **que tão logo o MP tomou conhecimento do interesse das empresas pelo solo gaúcho, instaurou inquéritos civis para apurar o licenciamento dos investidores a essa atividade.** “Também estamos verificando se existem eventuais danos decorrentes do plantio de exóticas em grande escala”, declarou.

Não se pode deixar de mencionar que o jornal só publicou matéria sobre o encontro das entidades na semana seguinte ao fato, onde a **intenção** era de exigir estudo de impacto ambiental antes do início dos plantios (suposição proposicional). O zoneamento, ao qual o jornal caracterizou como ecológico/econômico (chama-se a atenção desse termo para fins de colocação), aliado ao estudo, deve esclarecer os impactos a longo prazo do cultivo de exóticas. Ora, como a longo prazo se, em 120 dias o zoneamento deve estar pronto? Outro fator, o MPE não se posiciona contra os investimentos, pois se preocupa com o patrimônio ambiental gaúcho, o que se infere do compromisso do procurador-geral com o que declara por modalidade epistêmica. Por fim, a afirmação de Sandra Segura é importante para, mais uma vez, dizer que o MPE só se mobilizou por causa da Agapan. Bourdieu e Wacquant (2005) afirmam os jogadores tentam, **constantemente**, diferenciar-se de seus oponentes com o propósito de diminuir a competição e instituir um monopólio em determinado setor do campo, o que ambientalistas e empresas têm tentado fazer, pois os limites do campo estão onde os efeitos do campo cessam (BOURDIEU e WACQUANT, 2005).

Mais abaixo, no Correio do Povo, mais sobre a atuação da Agapan,

Entidades como a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) estão cautelosas quanto à expansão da monocultura de eucaliptos no RS. **Em fevereiro a Agapan entrou com moção ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), pedindo que seja trancado qualquer empreendimento no estado até a conclusão dos estudos de zoneamento da silvicultura e de impacto ambiental.** A presidente da entidade, Edi Xavier Fonseca, afirma que **empresas estão iniciando o plantio de eucaliptos** na região sul **antes do resultado desses estudos** e que a introdução de espécies exóticas tem **impacto negativo**. “Isso **pode ser visto em outros países**, como Chile, Índia e África do Sul, **também no Brasil**, no Rio de Janeiro, espírito Santo e Minas Gerais”, citou. O pedido da ONG entrará na pauta do Conama em abril. **Conforme o presidente da Fepam, Cláudio Dilda, o zoneamento ecológico/econômico poderá cessar as polêmicas que envolvem o cultivo de exóticas. “Ele irá fornecer as diretrizes necessárias a um licenciamento ambiental seguro”, disse. (...)**

Fica-se sabendo que não somente o MPE foi acionado, mas o Conama, a fim de que cessassem os empreendimentos das indústrias de papel e celulose sem que sejam concluídos os devidos estudos para licenciamento. Da fala de Edi Xavier, depreende-se que os impactos negativos da monocultura de exóticas são fatos, como podem ser observados em diversas localidades (suposição existencial). Mais pode ser dito sobre o relato indireto das afirmações de Xavier, ele representa seu compromisso com obrigação por demanda prescritiva, baseada no cumprimento da legislação. Da fala de Cláudio Dilda, infere-se seu compromisso com obrigações por modalidade deontica por demanda prescritivas, pois para ele, o zoneamento *fornecerá* (nominalização) um licenciamento seguro.

Em 02 de maio, segundo o Jornal do Comércio, reproduz palavras do diretor-técnico da Fepam,

Jackson Muller, diz que o zoneamento vai servir como ferramenta para o controle do florestamento. “O Rio Grande do Sul tem uma diversidade de ambientes muito complexa e o zoneamento é um instrumento que dirá onde as empresas podem plantar com o menor impacto possível. **Essa atividade não substitui o licenciamento e nem o EIA/RIMA, esclarece Muller.**”

Do relato indireto das afirmações de Jackson Muller se identifica seu compromisso com obrigações por modalidade deontica por demanda prescritiva, enquanto que, do relato direto, por demanda proscritiva.

Entretanto, dez dias depois, é celebrado o Termo de Ajustamento de Conduta. Esse texto se caracteriza por representar o governo, suas instituições públicas e os investimentos privados. Também predomina o compromisso com obrigações por demanda prescritiva.

Aos 12 dias do mês de maio de 2006, no Palácio do Ministério Público, nos termos do art. 5º, parágrafo 6º, da Lei nº 7.347/85, de um lado o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, representada pelos promotores de justiça Ana Maria Moreira Marchesan, Annelise Monteiro Steigleder, Sandra Santos Segura e Gustavo de Azevedo e Souza Munhoz, doravante denominado COMPROMITENTE, e de outro lado a FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUIS ROESSLER – FEPAM, neste ato representada pelo Senhor Antenor Ferrari, Diretor-Presidente, doravante denominada COMPROMISSÁRIA, figurando a SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, neste ato representada pelo Sr. Claudio Dilda, Secretário de Estado de Meio Ambiente, como ANUENTE, e

CLÁUSULA PRIMEIRA: a compromissária assume o compromisso de finalizar o trabalho técnico relativo ao zoneamento ambiental para a atividade da Silvicultura do Estado do Rio Grande do Sul até 31 de dezembro de 2006, tendo por base as unidades de paisagem já estabelecidas, bem como as bacias hidrográficas, avaliando, dessa forma, a disponibilidade e conflitos de uso dos recursos hídricos e indicando as potencialidades e restrições aos empreendimentos vinculados, servindo como instrumento de orientação para o licenciamento ambiental.

PARÁGRAFO SEGUNDO: se, por circunstâncias alheias à compromissária, não for possível o cumprimento das obrigações definidas na presente cláusula, nos prazos antes fixados, deverá essa comunicar ao comprometente, por escrito, declinando as razões da demora, com vista à eventual prorrogação de prazo.

CLÁUSULA SEGUNDA: assume a compromissária o dever de exigir, no contexto dos licenciamentos ambientais, de todos os empreendedores da atividade de silvicultura - que postulem a implementação de plantios, cujo somatório das áreas próprias, arrendadas e/ou em parcerias for superior a 1.000 ha (hum mil hectares) ou menores, neste caso quando se tratar de áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental (inc. XVII do art. 2º da Resolução n. 1/86 do CONAMA), o Estudo Prévio de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA RIMA), previsto na mesma Resolução e no inc. V do § 1º do art. 251 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e arts. 73 a 83 do Código Estadual de Meio Ambiente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - nos licenciamentos instruídos com EIA/RIMA, a compromissária deverá inserir a obrigação do empreendedor compensar os significativos impactos ambientais da atividade, apoiando a implantação e/ou manutenção de uma unidade de conservação do Grupo Proteção Integral, preferencialmente dotada de vegetação representativa do bioma Pampa, em valor não inferior a 0,5% dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento (art. 36 da Lei n. 9.985/00).(...)

CLÁUSULA TERCEIRA – a compromissária deverá exigir o licenciamento ambiental, instruído com o devido EIA/RIMA, no prazo máximo de 5 (cinco) anos, dos projetos de silvicultura já existentes, em áreas maiores de 1000 ha (hum mil hectares) ou menores, quando se tratar de áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental (inc. XVII do art. 2º da Resolução n. 1/86 do CONAMA), realizados sem licenciamento ambiental até a data de assinatura deste Compromisso, ajustando-os às condições e restrições do zoneamento previsto na Cláusula Primeira, sem prejuízo da responsabilização administrativa pelas infrações ambientais eventualmente constatadas (art. 67 da Lei Estadual n. 11.520/00).

PARÁGRAFO SEGUNDO - nos casos onde o zoneamento previsto na Cláusula Primeira definir impedimento de uso para atividade de silvicultura já existente, será elaborado Termo de Compromisso Ambiental pela compromissária com os empreendedores, determinando a recuperação ambiental da área e, se for o caso, a desativação total ou parcial da atividade.

PARÁGRAFO TERCEIRO – na hipótese dos empreendedores implantarem empreendimento de silvicultura sem licenciamento ambiental, em data posterior à assinatura deste Compromisso, a compromissária usará do seu Poder de Polícia, lavrando o respectivo Auto de Infração, cominando a penalidade proporcional à extensão do dano, além de exigir a recuperação ambiental da área, a qual poderá incluir medidas mitigadoras e/ou compensatórias. A Autuação será comunicada ao comprometente, por escrito, no prazo máximo de 10 dias após sua lavratura.

CLÁUSULA QUARTA – Com a finalidade de viabilizar os investimentos privados no Estado na área de silvicultura, a serem realizados no ano de 2006, na impossibilidade de realizar o licenciamento completo, a compromissária poderá emitir, em favor do empreendedor, uma autorização (art.15 inc. XII, da Lei Estadual n. 11.520/00), em substituição ao licenciamento ambiental usual, determinando que esses plantios sejam realizados somente em áreas de reforma de plantios florestais ou já utilizadas para uso agrícola, vedados os plantios na faixa de fronteira, assim definida pelo art. 20, § 2º, da CF; no entorno das unidades de conservação federais observado o raio de 10 Km previsto no art. 2º da Resolução n. 13/90 do CONAMA e áreas nas quais se situem sítios arqueológicos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – para a emissão da autorização, a compromissária deverá exigir do empreendedor a apresentação de um Relatório Ambiental Simplificado –RAS, onde constarão, além das usuais exigências formuladas pela compromissária:

- a) identificação em mapa de todas as áreas de preservação permanente, inclusive banhados, conforme definição constante dos arts. 2º do Código Florestal Federal e 155 do Código Estadual de Meio Ambiente;
 - b) recuperação das áreas de preservação permanente, inclusive banhados, conforme definição constante do art. 2º do Código Florestal Federal e 155 do Código Estadual de Meio Ambiente, em prazo não superior a dois anos;
 - c) recomposição e averbação da reserva legal em prazo não superior a dez anos, inclusive em áreas que não sejam propriedade do(a) empreendedor(a);
 - d) utilização mínima de capina química, respeitadas as áreas de preservação permanente;
 - e) proibição do uso de capina química para manutenção de aceiros e estradas interiores do empreendimento;
 - f) destinação final adequada das embalagens vazias dos produtos agrotóxicos e afins, vedando-se o enterrio e executando-se a tríplice lavagem antes da entrega à central de recolhimentos;
 - g) comprovação de destino ambientalmente correto das embalagens vazias e/ou vencidas de agrotóxicos;
 - h) vedação de intervenções nas áreas de preservação permanentes, com especial atenção às nascentes e banhados, salvo para recuperação, nos moldes da alínea “b” da presente cláusula; i) exigência de comprovação de treinamento ou manutenção de brigada de incêndio florestal;
 - j) exigência de capacitação ambiental para os trabalhadores próprios ou terceirizados.
- CLÁUSULA SEXTA – O descumprimento das obrigações pactuadas no presente Compromisso fará incidir multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a ser revertida em favor do Fundo Estadual de Meio Ambiente.**

Na cláusula primeira é estabelecido prazo para o zoneamento, estendido para até 30 de dezembro desse ano. O que não deixa de ser uma forma de pressão para agilidade no processo. Também é dedicada especial atenção aos recursos hídricos, porém, não se consegue entender exatamente a que conflitos o TAC se refere: das plantas ou das empresas entre si.

A partir da cláusula segunda, entende-se porque a Stora Enso iniciou seus plantios, dado que são em propriedades inferiores a 1000 hectares. A partir dessa cláusula coloca-se em dúvida a credibilidade das declarações do diretor-técnico da Fepam, que há dez dias havia afirmado que o zoneamento não substitui o EIA/RIMA, exatamente o oposto do determinado pelo TAC, que libera o plantio para propriedades inferiores a 1000 hectares, salvo se essa área é significativa do ponto de vista ambiental; esses critérios não são estabelecidos. No parágrafo primeiro, determina-se que áreas que já possuem o EIA/RIMA, apoiadas pela Fepam, devem reparar os danos ambientais implementando uma área de conservação, preferencialmente com vegetação do pampa no valor de 0,5% do total do empreendimento.

A cláusula terceira é estorrecedora, pois estabelece prazo de cinco anos para apresentação do licenciamento nos casos dos empreendimentos já existentes que não possuem esse documento. No caso dos empreendimentos já ativos serem impedidos de continuar a atividade de silvicultura, a Fepam determina recuperação ambiental ou desativação da atividade. Se formos considerar o dano à mata nativa, esse é irreparável, e a mera desativação das atividades não diminui o estrago que já está feito. Não faltou rigor da Fepam até então, dado que seus próprios estudos de impacto ambiental poderão vir a ser contestados por ela mesma? Outra pergunta: como se mensura o dano ambiental? Pelo preço comercial da

madeira? O parágrafo terceiro impõe penalidade proporcional ao dano nos casos de plantios sem licenciamentos após a celebração do Termo, porém, como esse cálculo será feito, não se sabe.

O pior ainda está por vir, a Fepam substituiu o licenciamento por uma autorização que não considera nenhum aspecto da flora e da fauna nativas, fazendo mais exigências de acordo com a legislação do que em respeito ao meio ambiente, que se reduziu a cuidados com o uso e descarte de agrotóxicos e brigada de incêndio florestal. Tudo isso para viabilizar investimentos de grandes empresas. Porém, veda o plantio na zona de fronteira, unidades de conservação federais e sítios arqueológicos. Ainda determina que os plantios sejam realizados em áreas de reforma de plantios florestais ou já utilizadas para uso agrícola, o que limitaria investimentos, pois na zona onde se pretende empreendê-los, muitas propriedades se destinam à pecuária. Todavia, a multa para o descumprimento do disposto no TAC é de apenas 10 mil reais (apenas, pois só a Stora Enso pretende investir US\$1,2 bilhões). Ou seja, a multa é muito baixa, essas empresas têm altos faturamentos anuais, é óbvio que seu interesse econômico vem antes da preocupação com a concordância da legislação. Se a multa fosse mais alta não inibiria o descumprimento da TAC (instrumento bastante flexível)?

A celebração do TAC significa uma perda para os ambientalistas que vinham tentando impedir que os plantios fossem iniciados sem o devido licenciamento. Em contrapartida, é uma vitória para as empresas que vinham pressionando o governo para que o plantio fosse liberado. As empresas continuam a definir as regras a seu favor e, o governo, fazendo de tudo para apóia-las.

Matéria do Jornal Já de 30 de maio, afirma

A Caixa/RS reuniu em sua sede pequenos produtores rurais interessados em parcerias com empresas de celulose. O encontro, na quinta-feira 25 de maio, serviu para a apresentação de normas para o plantio florestal no Rio Grande do Sul neste ano.

As diretrizes foram estabelecidas a partir de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) e Ministério Público (MP). (...)

Essas regras devem ser seguidas pelos técnicos até o final do ano, quando estará pronto o zoneamento ambiental do Estado.

As diretrizes foram consideradas rigorosas pelos produtores. O ponto mais polêmico é o que trata de prazos para protocolo e emissão da autorização, pois, dependendo do atraso no trâmite burocrático, todo plantio pode ser prejudicado.

A proibição da capina em estradas e aceiros, segundo eles, causará erosão, e dificilmente será respeitada, bem como a obrigatoriedade de uma brigada de incêndio em pequenas propriedades.

O programa de fomento do governo foi rápido em mobilizar os pequenos produtores (até agora, ignorado pelos textos; mais um ator representado) para esclarecimentos sobre o TAC, dado que é de seu interesse e das empresas. Conforme estabelece o TAC, diferente do

que é afirmado equivocadamente pela reportagem, que faz uma suposição proposicional, refletindo seu compromisso com obrigações por demanda modalizada, o prazo para fim do zoneamento pode ser adiado desde que a Fepam justifique ao MPE. A reportagem é interessante, pois nos traz a visão dos produtores, que adiantam que, dificilmente, serão cumpridas algumas exigências; colocação que é feita por modalidade epistêmica. Para análise de colocação, destaca-se a palavra **parceria**, bastante empregada pelas empresas e o governo.

No dia seguinte, o Jornal do Comércio publicou

florestadores pedem definição de regras (...) O problema é atribuído ao **adiamento no prazo de conclusão no zoneamento ambiental** realizado pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) em convênio com a Associação Gaúcha de Empresas Florestais (Ageflor). (...) **Inicialmente, o projeto tinha finalização prevista para agosto deste ano. No entanto, o atraso na captação de recursos junto ao CaixaRS obrigou a prorrogação do prazo para 31 de dezembro**, segundo o assessor da presidência da Fepam, Mauro Moura.

O texto faz uma relação importante: o zoneamento e o programa de fomento. O atraso no zoneamento se deveu à falta de captação de recursos por parte do CaixaRS, lembremos que a ele a Aracruz repassou R\$15 milhões a pequenos produtores em 2004. *Os florestadores pedem*, caracteriza uma modalidade deôntica por demanda prescritiva em relação às regras de florestamento. *O atraso na captação (...) obrigou* é uma nominalização e ainda faz uma suposição existencial.

A celebração do TAC, continua repercutindo²⁰

(...) Segundo Leonel Menezes, gerente da International Business in Eucalyptus (IBE) e membro da Comissão de Comércio Internacional da Ageflor, a norma deve impedir o plantio de 30 mil dos 80 mil hectares de novas florestas previstas para este ano. **“São áreas, principalmente, na Fronteira-Oeste, que tinham apenas produção de gado”**, destaca. Ele acrescenta que a Ageflor deve negociar com o MPE e a Fepam a modificação deste ponto na TAC a partir do próximo encontro programado para 07 de junho.

Se procurávamos por um exemplo de estratégia de legitimação, temos um exemplo de autorização: a menção às ocupações de Menezes e a *quem* elas estão ligadas. Vale relembrar que a essa altura, a Stora Enso estava elaborando um roteiro de viagem para que nossos deputados visitassem sua matriz. A Stora Enso além de ter o problema da fronteira, agora tem com as propriedades pecuaristas e fora objeto de recente audiência pública. O texto acentua as diferenças entre as ações do governo e as demandas das empresas. Do relato direto das palavras de Menezes, identifica-se seu compromisso com o que declara por modalidade epistêmica. Do relato indireto, um compromisso com obrigações por demanda modalizada (*a Ageflor deve*), a partir de demanda proposicional (*deve negociar*).

²⁰ Jornal do Comércio, 01/06/2006.

Quinze dias depois, “liberações ambientais ameaçam investimentos²¹”

Mas uma parceria entre a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) e a Associação Gaúcha de Empresas Florestais (Ageflor) pode tornar mais rápidas as vistorias de áreas – as análises serão feitas de helicóptero.

Na semana passada, os deputados visitaram fábricas de celulose e áreas de floresta na Finlândia, para verificar a cadeia produtiva no país. No contato com representantes das empresas Stora Enso, VCP e Aracruz, teria ficado implícito que há possibilidade de o Estado perder espaço para áreas em países vizinhos, como Uruguai e Argentina.

-Não houve comunicação explícita, ms ficou a impressão. O estado é o foco, mas não descartaram mudar de rumo – disse ontem o **deputado Vieira da Cunha (PDT)**.

Para o diretor-presidente da Fepam, Antenos Ferrari, a preocupação dos deputados com a demora nas vistorias não é procedente desde a semana passada, quando a fundação estabeleceu um acordo com a Ageflor para usar um helicóptero na análise das áreas. Assim, grandes faixas de terras poderão ser vistoriadas em um dia, um trabalho antes feito de carro.

A Ageflor e a Fepam fazem mais uma **parceria** (colocação) para agilizar o processo de zoneamento. Agora as vistorias, que devem avaliar o impacto ambiental de *longo prazo*, serão feitas de helicóptero. Mais, os deputados entraram em contato com **as três empresas** e fazem suspense quanto à confirmação de seus investimentos (suposição proposicional) e ainda clamam agilidade no processo (modalidade deôntica por demanda modalizada). Ferrari (Fepam), acalma os deputados, alegando as terras serão vistoriadas mais rapidamente, caracterizando seu compromisso com obrigações através de modalidade deôntica por demanda modalizada. Recentemente, a Stora Enso anunciara que a instalação de sua fábrica se daria com a consolidação do plantio. Bourdieu e Wacquant (2005) consideram que, sendo o campo um espaço de luta onde os jogadores buscam reconfigurar suas forças, eles também procuram melhorar sua posição e impor seus princípios de hierarquia - os quais lhes são mais favoráveis – dentro do campo. Mais uma vez, as empresas tentam configurar o campo a seu favor, pressionando o governo.

Em 23 de junho, o Jornal Já traz dados sobre as autorizações que estão sendo concedidas pela Fepam,

Trinta e seis solicitações foram protocoladas até 20 de junho desse ano, e 16 receberam autorização, totalizando 6 mil hectares de área. Dois pedidos foram indeferidos. Os 20 projetos restantes, cerca de 2,5 mil hectares, aguardam liberação, com vistoria técnica marcada para a próxima semana.

Junto com os quase 63 mil hectares da Votorantim Celulose e Papel, que tinha uma licença especial de operação e que foram regularizados, já são 69 mil hectares liberados para a silvicultura no Rio Grande do Sul. A meta da Fepam é liberar 700 mil hectares nos próximos dez anos. (...)

o presidente da Fepam, Antenor Ferrari (...) destaca que os trabalhos são feitos com cautela, priorizando as relações "harmoniosas" e o diálogo entre os envolvidos. "Queremos deixar isso bem claro, porque a sensação que se tem aí fora é de que não liberamos plantio nenhum", reclamou. A colocação rebate as críticas dos produtores rurais e matérias que saíram na imprensa, afirmando que a demora no licenciamento estaria pondo em risco os investimentos na Metade Sul.

²¹ Zero Hora, 15/06/2006.

O chefe do Serviço de Planejamento e Diagnóstico da Fepam, Jackson Muller (...) "**Estamos liberando também o pinus, junto com o eucalipto e a acácia, mas sabemos que essa espécie precisa de mais atenção. Se não se adotar um controle objetivo, o pinus colonizar outros espaços**".

O presidente da Fepam, Antenor Ferrari, assegura que, com a iniciativa privada, a sociedade tem ganhos não somente econômicos, como o desenvolvimento da Metade Sul, mas também ambientais. "Jamais o Estado teria condições de fazer tantos avanços na área ambiental sem as empresas. Vamos aproveitar para recuperar nossas áreas degradadas", afirma.

Dos 69 mil hectares liberados pela Fundação, 63 pertencem a VCP. *A meta da Fepam é de liberar*, nos próximos dez anos, 700 mil hectares, o que é um compromisso com obrigação por demanda do tipo prescritiva. Porém, esse dado não nos fala somente sobre a meta da Fepam, mas das intenções de expansão da monocultura de exóticas; quer dizer, se a Fundação tem uma previsão de aumento nos licenciamentos para os próximos dez anos, as empresas também a têm. Apesar de agora a vistoria estar sendo feita de helicóptero, o presidente da Fepam, alega que elas estão sendo feitas com cautela, priorizando relações harmoniosas. Essas relações se restringem àqueles afetados pelo atraso no zoneamento, o que demonstra a prioridade aos aspectos econômicos. Muller, aquele que dez dias antes da celebração do TAC disse que o zoneamento não sairia sem o EIA/RIMA, alerta para o cuidado com o pinus, espécie altamente competitiva, e *dr não se adotar um controle objetivo, o pinus pode colonizar outros espaços* (compromisso com o que diz por modalidade epistêmica). Quanto à fala do presidente da Fepam, quando se refere aos *ganhos econômicos, como o desenvolvimento da Metade Sul, mas também ambientais*, fica evidenciado o compromisso com o que declara, colocando em primeiro lugar o elemento econômico acrescido do ambiental como ganhos para a sociedade provenientes dos investimentos da iniciativa privada.

A partir da fala de Ferrari, também se percebe outro aspecto trabalhado por Celso Furtado (1980) em sua teoria, que relaciona o avanço da técnica à forma de dominação social. Nesse caso, são as empresas que detêm esses avanços, impulsionando a técnica a fim de alterar os padrões de consumo, que por outro lado são contestados por outras forças que os consideram um desperdício. Contudo, como a liderança é exercida pelas empresas, de acordo com Furtado (1980), a difusão da técnica se preocupa, em primeiro plano, com a estratificação social.

A Aracruz inicia seu plantio²²

Depois de enfrentar um atraso de quase dois meses no início do plantio de florestas previsto para este ano, a Aracruz celulose deve concluir todo o planejamento de sementeira de 2006, segundo o gerente regional florestal da empresa, Renato Alfonso Rostirolla(...)

²² Jornal do Comércio, 10/07/2006.

o plantio devia ter iniciado em março, mas as primeiras sementeiras somente foram possíveis no mês de maio em virtude das mudanças nas regras pra o licenciamento ambiental implementadas neste ano pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam). A partir de janeiro, a fundação passou a condicionar o licenciamento de novas áreas para florestamento à permissão prevista no estudo de zoneamento ambiental do Rio Grande do Sul, que deve estabelecer quais áreas são mais adequadas para cada tipo de cultura.

Se não fosse o TAC, o plantio da Aracruz estaria dependendo do zoneamento. Esse texto também nos informa qual foi a lei que incomodou Otávio Pontes: a que submetia a concessão do licenciamento ao zoneamento. Para Bourdieu e Wacquant (2005) os jogadores podem desejar alterar as normas e regras de reprodução do jogo. As constantes pressões sobre as instituições públicas e o estabelecimento de parcerias, que culminaram com o TAC, demonstram que as empresas vem tentando modificar as regras do jogo para benefício próprio, com o propósito de acumular capital.

“Aproxima-se fim da novela de zoneamento²³”, que segundo a reportagem de Geraldo Hasse iniciou em 2004, data dos primeiros investimentos da VCP e um ano após a aquisição da Riocell pela Aracruz. A primeira etapa, dedicada à identificação de unidades paisagísticas, terminou em novembro de 2005. Em janeiro desse ano, inicia a segunda, que deveria detalhar as características sócio-ambientais dos biomas, levantando dados sobre a existência ou não de espécies animais e vegetais, uso dos solos e balanço hídrico. Este ficará a cargo de uma empresa de consultoria e é posto como fator condicionante do avanço da silvicultura. Lembremos que, em fevereiro, a Ageflor e a Sema, firmam convênio com a Fepam e, a partir do mês anterior, a segunda fase do zoneamento, contava com o apoio de um helicóptero.

Vinte anos depois das primeiras resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente sobre o licenciamento ambiental para plantios florestais, os órgãos ambientais ainda tentam ajustar sua conduta. No Rio Grande do Sul, pressionada pelos fatos, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) trabalha há dois anos para criar normas que regulem o crescimento acelerado da área ocupada por plantios florestais. (...)

A partir de janeiro de 2006 o grupo passou a detalhar as características socio-ambientais de cada um desses biomas. Os dados mais relevantes no caso são a existência ou não de espécies animais ou vegetais endêmicas, as alterações do meio ambiente, os usos do solo e o balanço hídrico, entre outros. Alguns levantamentos dependem de terceiros. Uma empresa de consultoria tem até o fim de junho para levantar a disponibilidade e o consumo de água em todas as regiões gaúchas.

integradora”, diz Silvia Pagel.

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) recebeu verba da CaixaRS para atualizar seu estudo sobre a área ocupada por pinus, eucalipto e acácia, as três espécies madeireiras mais cultivadas no Estado. Sabe-se que o total situa-se entre 300 mil e 400 mil hectares e no mínimo deve dobrar com os plantios prometidos pela Aracruz, Votorantim e Stora Enso, que têm projetos de implantar três novas fábricas de celulose na Metade Sul.

Mais do que um levantamento, a equipe do professor Doadi Brena em Santa Maria está fazendo a identificação do potencial de mercado, das demandas e das necessidades do setor florestal no Rio Grande do Sul.

²³ Jornal Já, 17/07/2006.

Mais um detalhe deve ser destacado, a parceria da Stora Enso com a UFSM, que recebia recursos do CaixaRS para financiar o estudo. Outro fato curioso dessa parceria é que, além do estudo de impacto ambiental, a Universidade fará um levantamento do potencial de mercado e demandas do setor florestal, que exporta quase toda sua produção, ao o setor da celulose. Vale afirmar, por fim, que segundo Hasse, a Fepam foi **pressionada** pelos fatos, ou seja, a demanda das empresas e produtores para definição de regras para o plantio. O termo destacado demonstra seu compromisso com o que declara (modalidade epistêmica). Destaca-se mais uma vez referências à água e a recursos hídricos relacionado aos plantios.

Regras que, segundo Jackson Müller²⁴, materializadas através do TAC, vigorarão, pelo menos até 31 de dezembro desse ano (data prevista para o fim do zoneamento), a fim de viabilizar os plantios ainda desse ano. Como segue no trecho reproduzido, percebe-se a que o interesse econômico e o das empresas vigora entre os membros da Fundação.

Jackson Müller, diretor técnico da Fepam, explica que **o TAC é uma maneira de viabilizar o plantio das árvores exóticas neste ano, já que os estudos de impacto e o zoneamento ambiental ficarão prontos em 2007**. Em sua avaliação, **a medida vem ao encontro dos anseios das empresas**, que querem investir no setor ainda em 2006, **mas sem prejudicar o meio-ambiente**.

“O processo de transição de um procedimento que não era regrado para um procedimento novo que vai surgir a partir da conclusão do zoneamento da silvicultura. **Como não havia um controle anterior e os empreendimentos já tinham um planejamento para 2006, que seriam prejudicados em função deste processo de transição, fizemos o TAC**”, relata.

Já na avaliação do ambientalista Sebastião Pinheiro, o termo somente serve para abrir precedentes à expansão das monoculturas de árvores e das papeleiras no Estado. Para ele **o governo se mostra, mais uma vez, subserviente aos interesses das grandes empresas**.

“Todas as **plantações de eucalipto** que existem **hoje são em áreas mais áridas**, mais secas. E **com a mudança climática, a tendência dessas plantações é entrar em colapso e não produzir suficientemente**. Por isso **ocorre a migração desses investimentos para terras perto de água**. Eles nos roubam o sol e a água que não têm e justificando a ausência do Estado que nós não temos”, defende.

Assim como Ferrari (Fepam) afirmara que a sociedade gaúcha teria ganhos econômicos, mas também ambientais, Muller, parte do mesmo princípio. Se formos olhar o relato indireto de sua avaliação, *a medida vem ao encontro dos anseios das empresas, (...) mas sem prejudicar o ambiente*. Esse é o compromisso com o que diz: prioridade do interesse das empresas aliada à idéia de preservação ambiental. A análise de estilos a partir do relato direto da fala do ambientalista Sebastião Pinheiro também nos diz que seu compromisso é dado por modalidade epistêmica (*o governo se mostra, mais uma vez, subserviente aos interesses das grandes empresas*) porém, sua avaliação é mais categórica e tem pretensão de verdade, além de dar a idéia de que esse tipo de comportamento do governo é repetitivo e baseada em uma suposição existencial.

²⁴ Agência Chasque, 2807/2006.

O movimento ambientalista e a sociedade reclamam por debate aberto sobre os impactos provenientes da instalação das empresas de celulose e suas atividade de monocultura, porém, não são levados em consideração²⁵:

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul já demonstrou sua posição favorável as empresas de celulose. Através da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) foi concedido uma Licença de Operação **para que as fábricas continuem plantando sem o estudo de impacto ambiental.** A Votorantim Celulose e Papel está em processo de estudo aqui na região, porém, já está plantando e comprando hectares de terra. **“Em primeiro lugar deveria se fazer o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), onde aponta-se todas as conseqüências do empreendimento e se traduz para uma linguagem mais popular, depois se faz um Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), e isso tudo tem que passar por uma audiência pública onde a comunidade vai poder contestar e dar opiniões sobre o estudo”** disse Cíntia Barenho, membro do CEA, e argumentou, **“Isso não aconteceu e esperamos que aconteça para que agente também possa ser ouvido pelas empresas”**.

A ONG Amigos da Terra, entrou com pedido no Ministério Público Estadual para que as empresas de celulose que estão plantando no estado do Rio Grande do Sul parassem o plantio imediatamente, essas empresas são: A Votorantim na região sul do Estado, A Stora Enso na Zona Oeste e a Aracruz que está instalada no município de Guaíba. A direção do Ministério Público Estadual concedeu um **Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) a essas empresas, no qual elas obtiveram um prazo para apresentar o EIA e o RIMA sem ter que parar com o plantio.** **“As empresas de celulose não estão passando por nenhuma audiência pública e estão tendo uma licença para degradar o meio-ambiente”** disse Rampazo (um dos fundadores do Centro de Estudos Ambientais – CEA).

Do relato direto de Cíntia Barenho afirma-se que seu compromisso é com obrigações por demanda modalizada (*deveria se fazer*) no que se refere ao cumprimento da legislação ambiental e ao debate aberto com a sociedade. Rampazo, porém, firma compromisso com o que diz (modalidade epistêmica) e é categórico ao declarar que *as empresas não estão passando por nenhuma audiência pública e estão tendo uma licença para degradar o meio ambiente*, além de dar idéia de ação constante e no presente.

Entra no campo as figuras da Ageflor, do CaixaRS e dos florestadores. Aquela, associação das empresas de base floresta (e defende seus interesses), essa, agência de fomento de suas atividade e aqueles, por estarem submetidos ao interesse das grandes empresas e, conseqüentemente, às definições de regras pelo governo para o plantio, são meros fantoches para a mídia. O movimento ambientalista, aos poucos, vem se pronunciando mais. Apesar disso, o governo e a mídia continuam a apoiar os investimento das empresas de celulose. O jeito como o TAC foi feito às pressas, sob o pretexto de viabilizar esses investimentos ainda esse ano, é uma prova disso. Onde, nem o meio ambiente, nem o diálogo aberto com a sociedade tem prioridade. A celebração do Termo define as regras do jogo a favor das empresas.

Os ambientalistas continuam a tratar a matéria com suposições existenciais e firmam compromisso com o que declaram e, quando se comprometem com ações, essas se referem ao

²⁵ Núcleo Popular de Jornalismo da Radiocom, 19/09/2006.

cumprimento da legislação e, acentuam as diferenças. A grande mídia, aos poucos, vai incluindo diferentes atores, porém, na defesa dos investimentos da indústria de celulose, comprometendo-se com ações por demandas, muitas delas, prescritivas. A questão dos recursos hídricos já se destaca, sempre associada aos plantios e ao zoneamento.

A prioridade dada ao *desenvolvimento econômico*, por parte das instituições públicas e empresas, mais uma vez, está de acordo com as determinações das agências multilaterais. A questão diacrônica do desenvolvimento de Celso Furtado é percebida nos questionamentos e afirmações dos ambientalistas.

4.3 A INVASÃO NO HORTO FLORESTAL DA ARACRUZ

Esse é o episódio que mais teve repercussão, tanto na grande mídia como no material produzido pelos movimentos sociais e pela mídia alternativa. Estes foram ignorados por aquela, manifestando-se de maneira bem diferente. É válido lembrar que em fevereiro os ambientalistas da Agapan já haviam mobilizado o MPE e o Conama, porém, sem respostas às suas demandas, apenas uma *recomendação* do MPE a Fepam para que não concedesse licenciamento sem o estudo de zoneamento. Em 08 de março desse ano, a Via Campesina parte para a desobediência civil, dividindo opiniões e chamando a atenção para a questão da expansão dos investimentos em celulose e monocultura de árvores exóticas. Deve ser destacado que Bourdieu e Wacquant (2005) afirmam que as tensões entre as posições ocupadas devem ser examinadas em um campo.

A própria Aracruz produz material sobre o fato e sua repercussão, sintetizados a seguir:

O Horto Florestal da Fazenda Barba Negra, em Barra do Ribeiro (RS), pertencente à Aracruz Celulose, teve suas instalações invadidas, na última madrugada, por cerca de 2 mil mulheres da Via Campesina - movimento internacional que coordena organizações camponesas, atuante em diversos continentes. Os seguranças do local foram rendidos e os manifestantes, ameaçando os empregados, destruíram parte do viveiro e o laboratório de pesquisa da empresa.

Os prejuízos causados pela invasão incluem a **perda de aproximadamente 1 milhão de mudas** prontas para plantio. O laboratório teve suas instalações totalmente destruídas, especialmente sementes e pesquisas, além dos computadores. A destruição do laboratório representa uma **perda** ainda não determinada **em produtividade florestal da ordem de milhões de dólares**, decorrente da perda de materiais genéticos que levaram cerca de 15 anos para serem produzidos e outros que não podem ser recuperados.

A Aracruz repudia os atos de vandalismo, de intimidação e de invasão de propriedade privada, que considera uma afronta aos princípios democráticos e ao estado de direito. Entende que este ato não representa a vontade da sociedade gaúcha, que vem demonstrando aceitação social e receptividade aos empreendimentos do setor. E acredita que não se trata de um ataque específico à empresa, mas à atividade da silvicultura em todo o território do Estado e ao agronegócio brasileiro como um todo. A empresa já iniciou os trabalhos de recuperação do viveiro e está dialogando com órgãos competentes e governo para tomar as medidas necessárias, em defesa de seus direitos.

É válido ressaltar que, a essa altura, os plantios ainda não haviam sido liberados e, que o material genético a que se faz menção no texto é resultado de anos de pesquisa no aprimoramento de sementes transgênicas. O estado democrático e de direito brasileiro a que a empresa se refere tem como fundamentos, segundo a Constituição Federal, a soberania (afrontada pela questão das terras de fronteira da Stora Enso) e a cidadania (afrontada pela falta de debate sobre a questão acerca das atividades das indústrias de papel e celulose no estado).

O texto acentua a diferença na luta por significados e, demonstra que a empresa se compromete com aquilo que declara (modalidade epistêmica), tratando o fato pelo viés econômico, conforme a utilização das expressões *prejuízo, perda em produtividade florestal da ordem de milhões de dólares* (mercado internacional). A empresa, quanto aos “atos de vandalismo”, não se vê como a única vítima, pois os considera como um ataque ao agronegócio brasileiro, tratando a invasão à sua sede como um acaso, porém, tomará medidas para defender seus direitos de propriedade privada, *dialogando com órgãos competentes e governo*, seus aliados.

A noção de campo de poder, segundo Bourdieu e Wacquant (2005), refere-se a um espaço de jogo onde os agentes e instituições sociais, detentores de determinada quantidade de capital, disputam posições em seus respectivos campos e está relacionada com o conceito de classe dominante. Essa luta pela reprodução dos princípios de dominação pode adotar tanto forma física como simbólica. Portanto, a Via Campesina, ao invadir a Aracruz Celulose, disputa posição no campo de poder, porém, diferente da empresa, ao invés de se utilizar de violência simbólica, que se exerce com a consciência do agente que a sofre, no sentido em que aceita o mundo como lhe é apresentando, consentindo com as estruturas de dominação e, conseqüentemente, reproduzindo-as (BOURDIEU e WACQUANT, 2005), opta pela violência física e, por isso, foi tratada como *atos de vandalismo*, essa expressão em si demonstra a violência simbólica da empresa.

A destruição do laboratório de pesquisa florestal da Aracruz na madrugada de 8 de março, no Rio Grande do Sul, **causou indignação em diversos setores da sociedade brasileira e internacional**. Governos, entidades e cidadãos manifestaram na imprensa preocupação com os danos que ações como esta podem custar ao País. **Estes episódios ameaçam o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional. As pesquisas que vêm sendo realizadas há 20 anos contribuem para que o Brasil ocupe a liderança mundial em produção florestal e buscam soluções ambientais e econômicas para o setor**. Veja abaixo algumas das manifestações de apoio à Aracruz publicadas na imprensa.

Até se pode dizer que a empresa tem grande apoio de entidades, governos e parcela da sociedade, porém, considera-se muito forte o argumento de que a invasão em seu horto florestal é uma ameaça ao desenvolvimento brasileiro, do qual se considera bastante responsável, uma vez que suas pesquisas contribuem para que o *Brasil* seja uma liderança em produção florestal, não a própria empresa. Além de falar em nome da sociedade brasileira como um todo, a empresa reduz o desenvolvimento a fatores econômicos e tecnológicos, conforme Furtado (1980) a acumulação desses elementos reproduz a estrutura de dominação do sistema capitalista. Esse trecho utiliza-se de recurso de nominalização, *episódios ameaçam o desenvolvimento econômico; as pesquisas (...) contribuem*, dessa forma, torna-os mais genéricos e vagos.

As manifestações de apoio à empresa giram em torno de expressões como “sem-terra encapuzados fazem vandalismo no RS”, “destruição”, “ameaça ao investimento de US\$ 1,2 bilhão”, “vandalismo e impunidade”, “incidente preocupa gigantes da celulose”, “agronegócio teme perda dos investidores”, “os bárbaros e o futuro do Brasil”, “protagonistas do retrocesso”, “crime contra o acervo tecnológico do Brasil”, “o terror contra o saber”. Esse foi o tom que os jornais de grande circulação do Rio Grande do Sul manifestaram seu apoio: as “sem-terra” são vândalas e bárbaras e atentam contra o conhecimento e o progresso do país e do estado, que temem que a invasão possa repercutir negativamente no agronegócio em geral. Essa discriminação em relação à ação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em oposição à defesa dos investimentos reforça a idéia de violência simbólica, pois a estrutura social deve se manter como é dada. Para a grande mídia a ação dos movimentos sociais não teve outro motivo senão ameaçar os investimentos, os quais trata como a salvação da Metade Sul e como sinônimo de desenvolvimento, não só para a região como para o Estado.

No dia 11 de março, a Sema suspende repasses à Cooperativa Central de Assentamentos da Reforma Agrária (Coceargs), entidade ligada à Via Campesina, que de acordo com o jornal Zero Hora “na prática, é a primeira retaliação do governo estadual à organização que comandou a invasão a Aracruz Celulose”. O governo está totalmente do lado das empresas e contra os movimentos. Essa suspensão pode ter sido fruto do diálogo entre a

empresa e o governo para viabilizar a *garantia de seus direitos*, como citado. Deve se ter em mente que, para Bourdieu e Wacquant (2005), que o estado é grande fonte de poder simbólico.

Em 13 de março, é realizada uma caminhada em solidariedade à empresa, conforme o Jornal Zero Hora, que finaliza a matéria com a seguinte afirmação: “a Aracruz reúne 60% do Produto Interno Bruto do município e, como empregador, só fica atrás da prefeitura: 2 mil vagas (com as indiretas)”. Quem participou dessa caminhada, foi o deputado José Sperotto (PFL), que, em nome da Missão de Florestamento entrega “um manifesto de repúdio à invasão e aos atos de vandalismo cometidos por integrantes da Via Campesina ao Horto Florestal Barba Negra, em Barra do Ribeiro, ao diretor de operações da Aracruz, Valter Lídio Nunes²⁶”. As bancadas da Assembléia não apóiam o ato da Via Campesina.

A manifestação do MMC não afeta as intenções de investimento da Aracruz no Estado, conforme informa o Correio do Povo de 14 de março: “o RS é um dos principais candidatos a sediar o empreendimento e mantém suas chances devido à posição firme do governo e da sociedade contra a invasão da última semana, assegurou Nunes”. Assim, pode ser resumido o tom com que a grande imprensa tratou a invasão do horto florestal, onde o governo se coloca mais uma vez em apoio ao capital privado, dessa vez, reproduz a estrutura de dominação social discriminando os movimentos sociais, antes da invasão os ignorava.

Por ser um evento recente e ter tido ampla repercussão na grande mídia, acredito ser necessário o foco nas informações produzidas pelos movimentos sociais e pela mídia alternativa, as quais, grande parcela da sociedade gaúcha desconhecem. Dessa forma, poderemos descobrir o que estava por trás da ação da Via Campesina.

A mobilização tem o objetivo de denunciar as conseqüências sociais e ambientais do avanço da invasão do deserto verde criado pelo monocultivo de eucaliptos.

"Somos contra os desertos verdes, as enormes plantações de eucalipto, acácia e pinus para celulose, que cobrem milhares de hectares no Brasil e na América Latina. **Onde o deserto verde avança a biodiversidade é destruída, os solos deterioram, os rios secam, sem contar a enorme poluição gerada pelas fábricas de celulose que contaminam o ar, as águas e ameaçam a saúde humana**", afirmam as mulheres em manifesto da Via Campesina.

As mulheres da Via Campesina **também protestam em solidariedade aos povos indígenas que tiveram suas terras invadidas pela Aracruz Celulose no Estado do Espírito Santo**. Em janeiro deste ano, as famílias indígenas foram expulsas violentamente pela Polícia Federal, que utilizou máquinas da própria empresa para fazer o despejo.

A Aracruz é a empresa do agronegócio que mais recebeu dinheiro público. São quase R\$ 2 bilhões recebidos nos últimos 3 anos. No entanto, uma empresa como a Aracruz **gera apenas um emprego a cada 185 hectares plantados, enquanto a pequena propriedade gera um emprego por hectare**.

²⁶ Agência do Palácio Piratini, 10/03/2006.

A mobilização da Via Campesina²⁷, não precisa ser necessariamente interpretada como contra os desertos verdes, mas como defesa da biodiversidade, do direito dos povos indígenas, do repasse de dinheiro público para atividades que geram mais empregos e concentram menos renda. O compromisso é com o que se declara (modalidade epistêmica) e apoiado em suposições existenciais, além de acentuar diferenças na disputa de significados em relação às atividades das empresas de celulose. Para Loiva Rubeich, do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), apesar da violência, a ação foi positiva, pois afirma que “ao longo da história, a gente sempre tentou desvirtuar o 08 de março como um dia de homenagem às mulheres e esse dia de mobilização, para nós, reafirma a luta das mulheres pelos seus direitos e compromisso com a luta da classe trabalhadora”. A data não foi escolhida ao acaso, o dia 08 de março foi marcado pela morte de várias trabalhadoras, por isso o MMC também tinha a intenção de vincular esse dia a uma data de luta pelos direitos das mulheres trabalhadoras, principalmente aquela que se dedicam a atividades no campo.

No dia 19 de março, através do Observatório de Imprensa, ficamos sabendo de mais um motivo do porquê da data,

Os fatos ocorreram durante a realização, na capital gaúcha, da 2ª Conferência Mundial sobre Reforma Agrária, promovida pela FAO, organismo das Nações Unidas para alimentação e agricultura, com a presença de representantes de 81 países, que debateram a questão até sexta-feira (10/3).

A manchete da Zero Hora coloca, com precisão, pelo lado empresarial, **o foco de toda a questão: seriam mais de 1 bilhão de dólares que viriam para o estado, com uma nova fábrica de celulose da empresa, além de uns 50 mil empregos diretos e indiretos.**

A questão, a raiz do problema, é o eucalipto. Sabidamente, essa árvore altera o solo e afeta a biodiversidade. E, mais que tudo: agrava as secas no Sul do continente, seja no Rio Grande do Sul como no Uruguai e Argentina.

Isto porque o **eucalipto precisa sugar toda a água possível**, em seu redor, para se desenvolver. Em apenas sete anos, por aqui, o eucalipto já oferece a fibra necessária para fabricar papel.

Talvez esteja aí o principal motivo pelo qual as multinacionais de celulose se deslocam, cada vez mais, para a América Latina para produzir aqui o produto que lá estão impedidas de fazer, em função de leis ambientais mais rigorosas.

A ação das mulheres visava comprometer os investimentos na região, a data era propícia também devido à citada Conferência, mais uma acentuação de diferença. Porém, o centro da questão continua a ser o eucalipto, assim, apontam-se os impactos provocados pela monocultura da espécie (o que demonstra o compromisso com o que diz) e uma das prováveis razões da migração das grandes empresas do setor para o subcontinente americano (suposição existencial).

²⁷ O texto foi publicado no Brasil de Fato, data de 09/03/2006 e intitula-se “A Revolta contra o Deserto Verde”.

Apesar de garantir que o Rio Grande de Sul continua nos planos da empresa para futuros investimentos, o diretor de operações da Aracruz, Walter Lidio Nunes, afirmou que **vai adiar por dois meses o anúncio da possibilidade de ampliação dos negócios em Guaíba (RS)**. Inicialmente, o comunicado estava previsto para este mês. A empresa estima a princípio que o prejuízo foi de US\$ 800 mil. Nunes, porém, diz que o levantamento pode ultrapassar os US\$ 2 milhões.

A possibilidade de adiamento foi comunicado a Nunes pelo presidente da Aracruz, Carlos Aguiar, que diz serem ainda necessárias negociações para definir o investimento.

Como reação, o governo gaúcho suspendeu repasses para convênios e contratos com a Via Campesina - organizadora da invasão - em projetos sociais.

Dessa reportagem do Ambiente Brasil, percebe-se que a ação das mulheres não intimidou os investimentos em Guaíba, que já estavam confirmados, mesmo assim o governo suspende os repasses para o MMC, o que reforça a sua posição.

O engenheiro agrônomo, Carlos Dayrell, pesquisador do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais (legitimação por autoridade), compromete-se com o que profere²⁸ “este ato das mulheres da Via Campesina deveria ser entendido como um alerta sobre os riscos de uma opção desenvolvimentista que vêm comprometendo a possibilidade de um futuro de todos nós brasileiros, de todos nós cidadãos e seres vivos do mundo”. A reportagem do Brasil de Fato prossegue,

No ano passado, tornaram-se mais freqüentes os anúncios de investimentos no Rio Grande do Sul de três grandes empresas de produção de celulose: Aracruz, Votorantim e Stora Enso. **Parceiras em alguns negócios, as três grandes papeleiras praticamente lotearam o Estado. Experiências em outros Estados, como Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais dão mostra de como será a atuação dessas empresas no Rio Grande do Sul: expulsão de trabalhadores do campo, violência contra indígenas, quilombolas e pequenos agricultores, impactos ambientais sobre a vegetação e os recursos hídricos e aumento da poluição liberada pelas indústrias de celulose, que utilizam o Dióxido de Cloro.**

As empresas fazem acordos entre si, mais uma vez se chama a atenção para esse termo (colocação). Os argumentos dos que se posicionam contra os desertos verdes se fundamentam em experiências reais e comprovadas (suposições existenciais), chamando a atenção para a dimensão do problema, compromisso do autor com o que diz (modalidade epistêmica). Dayrell ainda relata sua experiência, comprometendo-se com aquilo que declara, destacando a questão dos recursos hídricos (colocação) e legitimando seus argumentos por racionalização.

Há vinte e dois anos resido e trabalho no Norte de Minas Gerais, e **tive a oportunidade de conhecer in loco os resultados da região ter sido "selecionada" para a expansão das monoculturas de eucalipto e pinus**, o que aconteceu em duas oportunidades: no final dos anos 1970 até final dos anos 1980 e, a partir dos anos 2000 até o presente. Em menos de 15 anos um milhão de ha. de cerrado nativo foram rapidamente transformados em plantios monoculturais de eucalipto e pinus. **A dinâmica deste processo, nos primeiros anos provocou euforia e trouxe esperanças a muitos. O que mais se apregoava naquele momento era a possibilidade da oferta de empregos, era a dinamização da economia que iria beneficiar a todos. Mas que vimos foi muito diferente: assistimos um processo de devastação em grande escala contra a rica biodiversidade dos cerrados, contra a economia local que ficou totalmente destruída e dependente**

²⁸ Texto “Nas entrelinhas da ação das mulheres da Via Campesina nos canteiros da Aracruz - um recado para todos nós”, disponível em <<http://www.mst.org.br/biblioteca/textos/reformagr/dayrell.htm>>.

de decisões que eram tomadas ao sabor dos interesses dos grandes conglomerados agroindustriais, muitos deles com sede em capitais da Europa, da América do Norte ou do Japão. Nos pequenos municípios, onde viviam milhares de famílias de camponeses, em muitos casos há duzentos, trezentos anos, as terras se concentraram ainda mais, **expulsando muitas vezes comunidades inteiras**, que passaram a viver encurraladas nas grotas, povoados ou nas periferias das cidades. **A mecanização advinda dos processos de inovação tecnológica rapidamente tomou conta dos postos de trabalho.** Primeiro pelas motos-serra que substituíram cada uma o lugar de pelo menos dez trabalhadores machadeiros. Em seguida pelas máquinas que cortam, descascam e empilham e carregam os caminhões, cada uma delas substituindo o trabalho de 80 trabalhadores por turno. Quando uma destas máquinas chega trabalha em três turnos ininterruptos. Ou seja, em poucos anos apenas uma das máquinas ocuparam o lugar de pelo menos 2.400 empregos diretos. Isto sem falar que até mesmo os serviços de viveiros de mudas, de plantios das mudas no campo também estão sendo rapidamente mecanizados. Mas, os problemas não foram apenas estes. Um outro problema de grande magnitude também vem afetando a vida de todos nós, não apenas dos que vivem no entorno das áreas de expansão das monoculturas. **É o problema relacionado com os recursos hídricos. Em todas as pequenas bacias hidrográficas onde os plantios monoculturais foram implantados observou-se um processo crescente de alteração do balanço hidrológico dos recursos hídricos superficiais e dos lençóis subterrâneos.** Estudos pouco divulgados de pesquisadores idôneos demonstraram o déficit ocasionado pelo "decréscimo na recarga nas áreas de chapadas reflorestadas da ordem de 164 mm/ano a 230 mm/ano. Só para o senhor ter idéia da magnitude deste problema no Norte de Minas Gerais, no período de apenas um corte (ou seja, 7 anos em média), o comprometimento anual na recarga dos aquíferos da região foram na ordem de 1.640.000.000 de m³ (um bilhão e seiscentos e quarenta milhões de metros cúbicos) de água.

Dom Tomás Balduino²⁹, também nos apresenta dados e se compromete com suas declarações. Porém os dados que apresenta são relacionados aos repasses do governo para a Aracruz. Assim como o texto anterior, esse acentua a diferença de significados, o primeiro em relação direta às atividades das empresas e, o segundo, ao apoio financeiro do governo às mesmas.

Em 2001, com FHC, a Aracruz recebeu do BNDES 666 milhões para sua 3ª fábrica. Ora, no mesmo ano o Governo passou 600 milhões para a agricultura familiar, porém do Brasil inteiro. Agora, em 2005, com Lula, a mesma empresa recebeu do BNDES 318 milhões de dólares para construção de uma fábrica na Bahia. E em dezembro do mesmo ano ela conseguiu a aprovação do BNDES de 297 milhões para a modernização de sua fábrica no Rio Grande do Sul. O prazo de carência é de 21 meses e os juros de 2% ao ano. Ora, os juros cobrados pelo Governo dos agricultores familiares são de 8,75%

Em "Nota de solidariedade às mulheres da Via Campesina"³⁰, o movimento afirma

Está ocorrendo no Rio Grande do Sul uma situação absurda em que o Estado ao invés de defender os interesses da sociedade, coloca todas as suas instituições, especialmente as forças de segurança pública, a serviço dos interesses do grande capital. Nesse sentido querem transformar uma questão social num crime comum. A manifestação das mulheres da Via Campesina, no 8 de março, teve como objetivo denunciar ao mundo os crimes ambientais e sociais das empresas que promovem o deserto verde, como a Aracruz. **Elas agiram em defesa da vida, de uma forma de desenvolvimento rural que se baseia na agricultura camponesa, na reforma agrária, na preservação da biodiversidade e na construção da soberania alimentar.**

²⁹ Aracruz celulose: os terroristas, disponível em <http://www.mpabrazil.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=470&Itemid=2>.

³⁰ Disponível em <http://www.mpabrazil.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=427&Itemid=2>.

O modelo de desenvolvimento do MMC é bem diferente do proposto pelo governo (discurso de competição e acentuação da diferença), ao invés de se basear no latifúndio de árvores exóticas (por exemplo, a Stora Enso pretende possuir 80% das áreas de plantio); a partilha da terra, ao invés de produção intensiva de papel e celulose; agricultura camponesa e soberania alimentar, preservando a biodiversidade, ao contrário das empresas, para quem preservação é sinônimo de conformação com as determinações legais. O texto faz suposições existenciais e o compromisso do autor é com o que declara.

Não se pode esquecer que, conforme Furtado (1980, p.16) o conceito de desenvolvimento apresenta três dimensões: “a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos”. A terceira dimensão, para Furtado (1980), é percebida como parte de um discurso ideológico, devido à ambigüidade das aspirações dos diferentes grupos sociais. O modelo de desenvolvimento das mulheres do MMC, por defender a reforma agrária e a soberania alimentar, se conforma com as duas primeiras dimensões, enquanto que, o das empresas e, conseqüentemente, o do governo, está relacionado ao excedente, e, com a reprodução das desigualdades sociais (FURTADO, 1980).

O que foi posto em pauta, através da ação do MMC, não foram só os desertos verdes, mas a parcialidade da mídia e da pesquisa científica, conforme Jakobskind³¹

O episódio da destruição de um laboratório da Aracruz Celulose no Rio Grande do Sul remete a uma série de discussões. **No caso da mídia, mais uma vez prevalece o esquema do pensamento único, sendo que a empresa transnacional, que está desertificando cerca de 250 mil hectares de terras no Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Bahia, conta com toda a ajuda do governo brasileiro.** Até conseguiu do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) R\$ 2 bilhões para os seus projetos perniciosos ao meio ambiente e às comunidades locais com a plantação de eucaliptos. Ou seja, **a transnacional planta e o governo garante para produzir papel para o exterior, em detrimento da vida de indígenas, quilombolas (negros descendentes de escravos fugitivos que integravam os quilombos) e dos pequenos proprietários de terra. Esse fato a grande mídia conservadora omite, preferindo criminalizar o MST e a Via Campesina.**

Quanto às pesquisas científicas, que estão na ordem do dia em função dos acontecimentos no Rio Grande do Sul, algumas perguntas não podem deixar de ser feitas: **Pesquisas científicas são neutras, não têm coloração ideológica? Os "laboratórios" destruídos da Aracruz estavam a serviço de quem?** Da ciência, da comunidade ou da própria transnacional para desenvolver os seus projetos que, segundo os defensores do meio ambiente, entre estes o Greenpeace, comprovadamente afetam o meio ambiente?

Em passado recente, cientistas alemães também faziam pesquisas. Eram projetos científicos "neutros"? Estavam a serviço de quem? Da comunidade, da ciência ou de um projeto racista que visava a eliminação de grupos étnicos e políticos como judeus, ciganos, homossexuais, comunistas, etc?

Denúncias sobre o caráter nocivo dessas pesquisas estão sendo divulgadas há anos, mas não são levadas em conta ou sequer noticiadas. Qualquer tipo de protesto contra a Aracruz Celulose é tratado de forma violenta pelos "defensores da lei e da ordem".

³¹ Mídia Capitalista: a neutralidade da “ciência”. Disponível em <http://www.brasilefato.com.br/v01/impreso/anteriores/159/debate/materia.2006-03-22.8397288928/view?searchterm=celulose>.

Por que será que a mídia conservadora não promove um debate sobre essa questão? Por que o silêncio em relação ao fato de a família real da Suécia ter vendido as ações da Aracruz Celulose? Por que não informar que isso foi feito em função das notícias veiculadas no país escandinavo sobre o desrespeito aos direitos humanos e ao meio ambiente, cometidos pela Aracruz Celulose em território brasileiro.

O autor se compromete com o que diz (modalidade epistêmica) como pode ser deduzido de suas perguntas. O autor faz suposições existenciais e seu discurso é de competição com os proferidos pela empresa e pelos membros do governo, acentuando a diferença entre os textos na luta por significados.

O assunto é tão delicado que, conforme relata Carta Maior³²,

A recente ocupação da Aracruz Celulose por integrantes da Via Campesina, no município de Barra do Ribeiro (RS), está provocando problemas para alguns jornalistas. **O delegado regional de Polícia de Camaquã, Rudimar Freitas Rosales, ameaçou indiciar os jornalistas Luciamen Wink, Luís Gonçalves e Jurema Josefa, todos do jornal “Correio do Povo”, caso eles não revelassem as fontes que utilizaram nas matérias que fizeram sobre a ocupação do laboratório da Aracruz em Barra do Ribeiro.** Os jornalistas alegam o direito de manter suas fontes em sigilo, conforme prevê o artigo 5º, inciso XIV da Constituição Federal.

A *ocupação* é empregada como um processo (nominalização), porém, o autor se compromete com o que declara (modalidade epistêmica) e o tipo de suposição que faz é existencial. Por esse texto, subentende-se que o governo não está se utilizando apenas de violência simbólica, mas também de violência física para legitimar seu discurso, similar ao das empresas.

Em 07 de abril, a Polícia gaúcha conclui o inquérito sobre a destruição do Horto da Barba Negra da Aracruz, identificando 37 pessoas que participaram da invasão, segundo o inquérito, encaminhado para o MPE há indícios de que a invasão estava sendo planejada desde de novembro de 2005³³. A Via Campesina publica uma nota à imprensa³⁴,

A denúncia apresentada pelo Ministério Público é baseada em suposições do promotor e não tem base jurídica. São denúncias infundadas que visam a responder à pressão dos meios de comunicação, patrocinados pela Aracruz, em especial o Grupo RBS, que têm agido sistematicamente de modo a criminalizar e a perseguir os movimentos sociais do Rio Grande do Sul. Em juízo, com tranqüilidade, a Via Campesina irá provar o descabimento das denúncias e espera que o Poder Judiciário se pautem mais pelo interesse público do que pela pressão das grandes empresas e da grande imprensa. A Via Campesina do Rio Grande do Sul **reafirma sua disposição em lutar contra as monoculturas de eucalipto**, da mesma forma que sempre lutou contra outras monoculturas predatórias ao meio-ambiente, à vida dos trabalhadores do campo e à saúde da população. **Não somos contra a ciência, mas temos clareza que toda ciência tem por trás um projeto político.** Por isso, somos contra os desertos verdes, as enormes plantações de eucalipto, acácia e pinus para celulose, que cobrem milhares de hectares no Brasil e na América Latina.

³² Disponível em <<http://www.mst.org.br/biblioteca/textos/reformagr/dayrell.htm>>.

³³ Conforme <<http://www.aracruz.com.br/show.do?act=news&id=140>>.

³⁴ Nota à imprensa sobre a denúncia do Ministério Público do Rio Grande do Sul, disponível em <http://www.mmcbrazil.com.br/rs/noticias/280406_via_campe.htm>.

Onde o deserto verde avança, a biodiversidade é destruída, os solos deterioram, os rios secam, sem contar a enorme poluição gerada pelas fábricas de celulose que contaminam o ar, as águas e ameaçam a saúde humana. A ação das mulheres da Via Campesina, realizada no Dia Internacional da Mulher, será um marco para as futuras gerações na defesa da vida na Terra.

Esperamos que o Ministério Público do Rio Grande do Sul, assim como nos Estados de Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia, demonstrem a mesma agilidade em apurar os verdadeiros crimes cometidos pela empresa Aracruz, por agressão aos povos indígenas, quilombolas e camponeses, por desrespeito à legislação ambiental e pelos efeitos nocivos sobre a biodiversidade e os recursos hídricos das regiões onde se instala. Esta mesma empresa será julgada no Tribunal Internacional dos Povos às Transnacionais Europeias e ao Sistema de Poder das Corporações na América Latina e Caribe, evento da sociedade civil que será realizado em Viena (Áustria), de 10 a 13 de maio. Lembramos que o Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul acaba de pedir à Justiça que impeça o plantio de eucalipto no Parque Nacional da Lagoa do Peixe, por conta dos comprovados efeitos nocivos provocados por esta monocultura

O MMC é duro em suas críticas e mantém sua postura, mais o vez o discurso é de competição. Destaca que a Aracruz é ré no Tribunal Internacional dos Povos às Transnacionais europeias e ao Sistema de Poder das Corporações na América Latina e Caribe, assim como já fora de outros ministérios públicos estaduais, por agressão a povos indígenas, quilombolas e camponeses (suposições existenciais e modalidade epistêmica).

Finalmente, o outro lado sobre os investimentos das indústrias de celulose e as monoculturas de exóticas vem à tona. Graças à ação das mulheres, um novo modelo de desenvolvimento aparece, mesmo que timidamente e discriminado. Seus argumentos são baseados em suposições existenciais e os autores se comprometem com o que declaram. O modelo de desenvolvimento se assemelha com a concepção de Celso Furtado.

A relação do campo de desenvolvimento das atividades da indústria de celulose no Rio Grande do Sul com o espaço social fragmenta ainda mais a opinião pública uma vez que vem à tona com notoriedade da mídia, mesmo que discriminada, a questão dos desertos verdes relacionada à monocultura de árvores exóticas. Um novo modelo de desenvolvimento é colocado em pauta. Os limites do jogo são ampliados, porém, continuam sendo dados pela relação entre os atores. Violência simbólica por parte das empresas, das instituições públicas e da mídia são identificadas. Os movimentos sociais, para chamar, utilizam-se de violência física para levantar a questão do campo e do modelo de desenvolvimento defendido pela indústria.

4.4 O ANÚNCIO DE INVESTIMENTO DA ARACRUZ

Ora, ninguém melhor para falar dos investimentos da Aracruz, se não a própria empresa³⁵,

Porto Alegre, 29 de junho de 2006 - A Aracruz Celulose, empresa brasileira e líder mundial no mercado de celulose branqueada de eucalipto, assinou hoje pela manhã, em Porto Alegre, protocolos de intenção com o Governo do Estado e as Prefeituras de Barra do Ribeiro, Cachoeira do Sul, Guaíba e Rio Pardo, para ampliar a atuação da empresa no Rio Grande do Sul. Os protocolos definem os compromissos do Governo do Estado e das Prefeituras para que possibilitem a viabilização de uma nova linha de produção com capacidade para 1,3 milhão de toneladas de celulose por ano. O projeto prevê a construção da nova linha ao lado da atual fábrica, que hoje produz 430 mil toneladas/ano. A intenção é atingir a produção de cerca de 1,8 milhão de toneladas anuais de celulose, de forma a tornar a Unidade Guaíba competitiva em nível mundial.

Segundo o diretor-presidente da Aracruz, Carlos Aguiar, a opção pelo Rio Grande do Sul foi muito estudada. O estado tem grande potencial, sem dúvida, mas a Aracruz se preocupou em analisar todas as possibilidades e dialogar com o governo, a comunidade e as partes interessadas antes de fazer a escolha.

A Aracruz espera, por parte do governo estadual e municípios de abrangência, a adequação da infraestrutura rodoviária para melhorar o fluxo nas estradas gaúchas, a criação de condições para o bom uso das hidrovias na logística de transporte de madeira e celulose, suporte tributário para viabilizar processos da indústria, a realização de melhorias no abastecimento de energia elétrica para os moradores de Guaíba e Barra do Ribeiro, além de dar apoio à realização do Programa de Qualificação Profissional, pois a empresa possui a política de privilegiar a mão-de-obra local em todos os municípios em que atua.

O investimento da ordem de US\$ 1,2 bilhão no Rio Grande do Sul a ser confirmado futuramente colocaria o estado na posição de um novo pólo florestal e de produção de celulose, que vai ampliar as atividades econômicas da região, fortalecendo o trabalho florestal, gerando empregos no campo e reduzindo o êxodo rural. Se implantado, o projeto pode gerar cerca de 12.500 postos de trabalho diretos e indiretos durante o período de execução. Em operação normal, o número de empregos diretos chega a 250 na área industrial e 1.000 na florestal, além de milhares de indiretos.

O projeto prevê a entrada em operação da nova planta entre 2010 e 2015, devendo adotar as mais modernas tecnologias e práticas internacionais ambientais na área industrial, que proporcionarão redução no consumo de água, diminuição das emissões aéreas e líquidas, melhora na eficiência térmica e energética e otimização da logística, através de um aumento do transporte por hidrovias. A base florestal necessita de um incremento de 100 mil hectares, incluindo áreas de plantios contratados através do Programa Produtor Florestal e cerca de 55 mil hectares destinados à preservação e reserva legal. A implantação do projeto calcula a geração de cerca de US\$ 200 milhões em tributos e deve colocar em circulação mais de US\$ 300 milhões para contratação de serviços terceirizados, de empresas locais, e com o trabalho florestal.

Está correta a afirmação de que a Aracruz é líder no mercado mundial de celulose, porém, não se pode dizer o mesmo da empresa ser brasileira, pois o Grupo Lorentzen e o Banco Safra possuem, juntos, 56% das ações ordinárias, menção que foi utilizada para dar legitimar por autoridade a empresa. Destaca-se que são assinados protocolos de intenção, que definem o compromisso do Estado e dos municípios para a viabilização da instalação da fábrica, estabelecendo uma modalidade deontica relacionada a atividade de demanda

³⁵ Disponível em <<http://www.aracruz.com.br/show.do?act=news&id=250>>.

prescritiva. Mais uma vez, os investidores impõem obrigações aos governos para implantação de seus projetos, como fora o caso da Stora Enso em relação à liberação da área de plantios. Porém, a Aracruz, como já fora beneficiada com o TAC, faz exigências bem objetivas quanto à infraestrutura, suporte tributário e *apoio* ao seu programa de qualificação profissional, fazendo suposições proposicionais e reforçando a modalidade deontica por demanda prescritiva. Ou seja, além de tudo, o Estado ainda terá de financiar a capacitação da mão-de-obra a ser contratada pela empresa. Fica evidente que os protocolos só estabelecem compromissos para as esferas governamentais, submetendo ao cumprimento dos mesmos a confirmação do investimento. É interessante ver que a Aracruz, em nome das populações de Guaíba e Barra do Ribeiro, pede melhoria no abastecimento de energia, como se não fosse para uso próprio, dado que uma unidade industrial desse porte requer muita energia.

O investimento (...) a ser confirmado colocaria o estado na posição de um novo pólo florestal, assim como o projeto prevê (...) devendo adotar (...) são nominalizações, que os tornam mais genéricos vagos. Além de serem tratados por modalidade deontica (compromisso co ação) relacionada à oferta modalizada e baseados em suposições proposicionais. Além disso, complementa o discurso do governo, como se segue.

No Palácio Piratini, o deputado José Sperotto (PFL) “comemora a instalação da nova fábrica da Aracruz em Guaíba³⁶”. Sperotto parece bem entusiasmado com a notícia, dado que “em outubro do ano passado, o parlamentar entregou manifesto ao diretor de operações da Aracruz, Walter Lídio Nunes, pedindo a instalação da fábrica na Região Centro-Sul. Em dezembro, convidado pela direção da empresa, Sperotto visitou a Aracruz no Espírito Santo, onde reforçou o pedido”. Recém vindo da Finlândia, se compromete com a afirmação (modalidade epistêmica) “eu sempre acreditei que a unidade viria para o Rio Grande do Sul. Será um grande passo para geração de emprego e renda para os gaúchos”. Diante do histórico e das declarações de Sperotto, afirma-se que o deputado acredita sinceramente que cada empresa de celulose que *pretende* se instalar no Estado é uma potencial geradora de emprego e renda para a sociedade gaúcha.

Matéria publicada no Jornal Já de 29 de junho explica que “a construção de uma estrutura portuária específica para exportação de produtos florestais no Porto de Rio Grande (...) será bancada pela empresa, que está negociando uma parceria com a Votorantim Celulose e Papel para financiamento do projeto”. Chama-se a atenção mais uma vez para a palavra parceria e se identifica, a partir dessa afirmação o compromisso com a ação por oferta do tipo

³⁶ Disponível em <<http://www.al.rs.gov.br/ag/index.htm>>.

oferecimento. Segundo Walter Lídio Nunes, a Stora Enso também poderá ser parceira desse projeto. Por sua vez, o diretor-presidente da Aracruz, Carlos Aguiar, faz uma afirmação bastante esclarecedora “não se investe tanto dinheiro sem confiança, e os números mostram isso” (modalidade epistêmica relacionada à troca de conhecimento, que firma o compromisso com aquilo que se diz).

No dia seguinte, Aguiar fala ao Jornal do Comércio,

“a menos que mude muito o mercado interno, manteremos a proporção de 97% a 98% para o mercado externo. Nossos principais clientes estão na Europa, com 40%, nos Estados Unidos, com 37% e Ásia, para onde vai 12% da produção. A ampliação é importante porque a manutenção de níveis de produção abaixo de 1 milhão de toneladas, a longo prazo, inviabiliza o negócio.”

Se pensarmos em termos de desenvolvimento fundamentados em Celso Furtado, “o desenvolvimento só é efetivo se a economia pode contar a expansão de mercados” (FURTADO, 1998, p.27), em especial, o interno, elemento desconsiderado pela Aracruz. Sob essa ótica, não podemos crer que a empresa esteja visando ao desenvolvimento, se bem que esse é o argumento do governo, que compactua com a política da empresa.

Analisando a fala de Aguiar (*a menos que mude*), percebe-se que a intenção da Aracruz é de exportar quase toda sua produção (suposição proposicional, submetida a mudanças no mercado interno). Quando fala sobre a importância da ampliação da empresa, identifica-se seu compromisso como que declara (modalidade epistêmica). Diante disso, deve-se reforçar o que Nahón, Enríquez e Schorr (2006) declaram sobre o escasso desenvolvimento industrial da América Latina, ao qual atribuem a excessiva especialização produtiva ligada a produtos primários e a satisfação de grande parte de sua demanda interna mediante a importação de produtos manufaturados dos países centrais, o que provoca transferência de excedente dos países latino americanos para os países desenvolvidos. Situação essa, que a Aracruz Celulose pretende perpetuar. Aguiar continua:

“O contrato com a Aracruz não tem Fundopem, nem Integrar RS. O Estado entrará com a isenção de ICMS para a compra dos equipamentos que serão instalados na fábrica, com a melhoria das rodovias, da hidrovía do Jacuí e a concessão de uma área junto ao Super Porto do Rio Grande para que a empresa construa um terminal, que poderá, inclusive, ser usado pelas outras indústrias de celulose que já anunciaram a intenção de se instalar no Rio Grande do Sul”.

Dito dessa forma, até parece que o Estado não terá gastos. A afirmação sobre as obrigações do Estado é dita através de modalidade deontica relacionada à atividade por demanda prescritiva (*o Estado entrará com ...*).

Mais uma vez, ao invés de competirem entre si, as empresas são parceiras e dividirão a concessão no Porto de Rio Grande (suposição existencial e modalidade epistêmica), onde,

provavelmente *em parceria*, construirão a estrutura necessária para o escoamento da produção que visa alimentar as demandas de países europeus e dos Estados Unidos. E, como essas demandas têm crescido, níveis de produção inferiores a 1 milhão de toneladas são inviáveis ao negócio.

A reportagem nos traz outra importante informação, segundo Aguiar, 60% do investimento da empresa será financiado pelo BNDES e/ou capital estrangeiro. Não podemos esquecer que o BNDES também é acionista da Aracruz, porém, apesar de lhe financiar, detém apenas 12,5% das ações com direito a voto.

Ao anúncio de instalação da fábrica no Rio Grande do Sul, a Agência Chasque, dá outro tom à novidade e relembra dos conflitos da Aracruz no Espírito Santo, afirmadas com o compromisso do que se declara e baseada em suposições existenciais..

Segundo dados da empresa, durante a construção da obra devem ser gerados cerca de **12.500 postos de trabalho diretos e indiretos. Número que reduz drasticamente na operação normal da unidade, quando se estima a criação de 250 empregos na área industrial e 1.000 na florestal.**

A Aracruz é a **maior produtora mundial de celulose branqueada de eucalipto**, respondendo por 30% da oferta global do produto. A celulose fabricada é **utilizada** na industrialização de papéis para escrever, e, **principalmente, para papéis sanitários**. Em outros Estados do país, as atividades da empresa são conflituosas. No Espírito Santo, a Aracruz é acusada de desmatar florestas nativas e expulsar tribos indígenas de suas terras.

O Correio do Povo, de 30 de junho, informa que “a base florestal usará 70% de florestas própria e 30% de outros produtores” (suposição proposicional), a exemplo da Stora Enso. O que reforça o argumento que os investimentos provocarão concentração de terra e renda, advertido por Elvino Bohn Gass.

Zero Hora de 30 de junho confirma o que já se suspeitava, dos compromissos do governo dependerá o empreendimento. A invasão da Aracruz pela Via Campesina também foi trazida à tona, porém, sem influir negativamente, apesar das especulações de Vieira da Cunha (PDT).

O diretor da Aracruz, **Walter Lídio Nunes**, em Porto Alegre desde a tarde de ontem, não quis confirmar o resultado das negociações. Há meses, a empresa tem um acordo com o governo de que a iniciativa do anúncio partiria do Piratini:

-“**Não sabemos o tom que o governo quer dar a esse encontro. De nossa parte, ainda há pendências, algumas relacionadas à infraestrutura, mas poderemos ser surpreendidos com as soluções amanhã (hoje)** – disse o executivo, um dos mais empenhados nas negociações do investimento:

Ao comentar as conseqüências da invasão de Barra do Ribeiro, Walter Nunes voltou a dizer que **o episódio não tem peso algum na decisão sobre a sede do projeto, cujos números definitivos deverão ser anunciados nos próximos meses.**

Quando afirma que *ainda há pendências (...) mas podemos ser surpreendidos*, Nunes faz uma suposição proposicional e demonstra compromisso com a ação por modalidade

deôntica por demanda prescritiva. Ao comentar sobre a invasão, o autor (dado que é um relato indireto) demonstra seu compromisso com o que diz (modalidade epistêmica), reforçando a decisão com a expressão *nenhum peso*.

Editorial da Zero Hora do dia 02 de julho.

À opinião pública do estado caberá acompanhar os projetos e fazer-se ouvir tanto para que as partes cumpram seus compromissos e seus prazos, como seus compromissos para que o pólo da Metade Sul ajude a construir um desenvolvimento sustentável e gerar riqueza e empregos.

Bem estaria colocada a frase, não fosse a *construção do desenvolvimento sustentável*; atribuindo a isso uma ação (nominalização) que *ajude a construir um desenvolvimento*. Consultando Furtado (1980), o desenvolvimento deve ser considerado como um processo que implica transformação da sociedade em nível de meios e fins, como estratificação social e dominação, não apenas *uma construção sustentável geradora de riqueza e emprego*. Quanto, deixar a cargo da *opinião pública (...)* *acompanhar* (outra nominalização) demonstra o compromisso do autor com ação, por modalidade deôntica por demanda prescritiva, ou seja, cabe a ela julgar e se fazer ouvida, não ao Estado e às empresas de criarem espaços para que suas ações sejam discutidas.

A essa altura, já sabemos a que preço são atraídos os investimentos para o Estado: submissão do dinheiro público ao interesse das empresas privadas, que fazem rígidas exigências (demandas prescritivas). Os ambientalistas gaúchos já estão em contato com movimentos internacionais que se posicionam contra a monocultura de exóticas e as fábricas de papel e celulose. Apesar da discriminação ao ato do MMC, ele levantou a questão do avanço dos desertos verdes e propôs outro modelo de desenvolvimento que não se baseia apenas em geração de emprego e renda, refratando ainda mais a relação do campo de desenvolvimento das atividades da indústria de celulose no RS com o espaço público.

Vale destacar que a ação em parceria das empresas vai ao encontro da meta 08 da ONU (2006) que é de *estabelecer parceria global para o desenvolvimento*, o global aqui se justifica, devido à participação no quadro acionário das empresas de capital estrangeiro, inclusive ligados a governos. Enquanto que o Estado, através de suas instituições, vem fazendo de tudo para viabilizar os investimentos, submetendo-se ao proclamado pelo BM e o FMI (2005), que afirmam que a agenda política deve concentrar seus esforços para incentivar o crescimento econômico, que só pode ser sustentado com um setor privado forte, estruturado a partir de boa governança e de amparo do sistema legal.

4.5 A AÇÃO CONTRA A CAIXARS

Em junho deste ano, é movida ação civil pública de autoria do Núcleo Amigos da Terra Brasil e União Pela Vida contra a Caixa Estadual S/A – Agência de Fomento/RS, o Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). No texto predomina relatos diretos, o que lhe confere alto caráter dialógico. O cenário de relação entre os textos na ação é o de tentativa de resolver e superar conflitos. Predomina a modalidade epistêmica, confirmando o compromisso dos enunciadores com o que falam, de onde se observa a vigência de suposições existenciais. Nessa seção, mais do que nas outras, deve se ter em mente que, para Bourdieu e Wacquant (2005), as relações lingüísticas são relações de poder.

“O governo do Estado institui como um de seus programas de fomento à economia o plantio, em larga escala, de monoculturas: de eucaliptos, pínus e acácia negra, a fim de atender a demanda de empresas como Aracruz Celulose, Votorantin Celulose e Stora Enso que prometem expandir e construir novas indústrias para o beneficiamento de celulose branqueada até o ano de 2010. Nesse cenário, o Governo Estadual lançou através da Caixa-RS - CAIXA ESTADUAL S.A. - Agência de Fomento/RS, com apoio do Banco Nacional do Desenvolvimento Social, o Programa de Financiamento Florestal Gaúcho - PROFLORA CaixaRS - que concede, a quem se interessar e que possua garantias, empréstimos a longo prazo, com carência de 08 anos, amortização em 12 anos, com juros de 8,75% ao ano para o plantio de monoculturas de árvores, conforme noticiado no site institucional do Governo do Estado. Além da divulgação do referido financiamento na mídia impressa, fora lançado um prospecto aonde os réus apresentam não apenas as condições do negócio, mas extrapolam a finalidade de um informativo de utilidade pública para construir uma **propaganda estritamente positiva** ao plantio de monoculturas de árvores, utilizando um conceito publicitário que firma a convicção de que **somente** existem **vantagens** nesse tipo de monocultura, vantagens, estas, não restritas aos interessados mas também para o desenvolvimento social do Rio Grande do Sul, para sustentabilidade do planeta e para o meio ambiente.”

Na petição inicial, os autores da ação entendem que o conteúdo do prospecto malfez a Constituição Federal, em especial os artigos 5º, 37, 170 e 225, o que lhe aufere caráter de acentuação da diferença e interdiscursividade por competição em relação ao discurso protagonista. As partes ainda argumentam que, o prospecto, ao abordar só as vantagens da monocultura, viola os dispositivos do Código do Consumidor (CDC - artigos 3º e 6º). Dessa forma, os autores “sustentam ser cabível a aplicação da contrapropaganda, prevista no art. 6º e incisos do CDC”.

Para dar andamento ao processo, os réus são intimados a se manifestarem. Sobre a manifestação da CaixaRS, a interdiscursividade é de competição com o que foi proferido pelas organizações.

Diz que as alegações das entidades autoras, "são inconsistentes, por se basearem em mera opinião facciosa, contestável por respeitáveis posicionamentos científicos em contrário". Diz que é uma sociedade de economia mista, controlada pelo Estado do Rio Grande do Sul, que atua em estrita observância ao sistema legal vigente e que segue as políticas de desenvolvimento econômico e social do Governo do Estado. Diz que "assim procedendo, criou e operacionaliza o Programa de Financiamento Florestal - PROFLORA/CaixaRS, em obediência às diretrizes governamentais - estas baseadas, (...) em estudos científicos, inclusive o da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)- e no absoluto respeito à legislação aplicável ao caso." Informa que "o PROFLORA/CaixaRS é implementado com recursos repassados pelo Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas - Propflora, do também requerido Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, segundo regulamentação do Banco Central do Brasil, a teor da Resolução BACEN Nº 3.139/2003, e em sintonia com o Programa Nacional de Florestas do Governo Federal, este, de resto, em linha com os programas governamentais para o setor, há mais de 40 anos implementados no País."

A ré se fundamenta em artigo do Dr. Mauro Schumacher da UFSM.

"todos os argumentos apresentados na inicial, sejam da autoria do Autor, seja de outras fontes citadas, são totalmente desprovidos de valor científico, constituindo-se em simples opiniões leigas sobre matéria essencialmente técnica. Até mesmo a manifestação atribuída ao ilustre Professor da UFRGS, não contém a sustentação científica exigida para robustecer tão graves denúncias contra, mais que tudo, políticas de governo consistentemente estruturadas. Como o próprio Autor refere, em sua petição inicial, trata-se de um simples 'Parecer Técnico', o qual aparenta como as demais argumentações do Autor, refletir uma perspectiva de entendimento sobre a questão, de natureza opinativa, com conotações político-ideológicas iniludíveis." (...) "da perspectiva da CaixaRS, o PROFLORA não se apóia em análises superficiais sobre o tema, mas é suportado por inúmeros estudos científicos e em bem-sucedidos empreendimentos similares, no Brasil e mundo afora, além de respeitar as exigências técnicas de caráter legal aplicáveis, em especial as constantes de: artigos 3º, inciso II, 170, e incisos, e 225, todos da CF/88; Lei Federal Nº 4.771/65; Decreto Federal Nº 99.274/90; Resoluções CONAMA Nºs. 1/86 e 237/97; Portaria FEPAM Nº 022/2005; e Resolução CONSEMA Nº 84/2004." (...) "da extensa bibliografia disponível, destaca-se o alentado, detalhado e profundo Estudo produzido pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, reconhecida nacionalmente como instituição científica capacitada para um trabalho de tais magnitudes econômica, social e ecológica. Dito Estudo, anexo (Docs. 1 a 51), foi elaborado, em conjunto, por seis professores doutores da UFSM, um professor doutor da UFPR, um professor mestre da UNISINOS, e dois engenheiros florestais mestrandos, também da UFSM." Transcreve excertos constantes do referido Estudo. Informa, ainda, que firmou Convênio de Cooperação Técnica com a FEPAM (...), visando ao Licenciamento Ambiental dos projetos de silvicultura financiados pelo Programa".

Schumacher legitima por autoridade os estudos realizados pela UFSM, porém, pelo mesmo critério, deslegitima a manifestação do professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Para fins de colocação, ressalta-se o *convênio* entre a UFSM e a Fepam. Schumacher não menciona que esse convênio é financiado pelo programa de fomento do Estado e pelas empresas, em especial a Stora Enso, com a qual a Universidade firmou convênio em março deste ano para elaborar estudo de impacto ambiental.

Antes de continuarmos, deve ser lembrado que em março, a Stora Enso viabilizou uma parceria com a Universidade Federal de Santa Maria com a finalidade de mensurar o impacto ambiental e, que a Universidade Federal de Santa Maria recebeu verba da CaixaRS para atualizar seu estudo sobre a área ocupada por pinus, eucalipto e acácia.

Quando da manifestação do BNDES, o banco afirma

"não consta do rol de programas de financiamento do BNDES, nenhum 'PROFLORA - Programa de Financiamento Floresta Gaúcho'. O mais próximo desse programa que conseguimos localizar na complexa estrutura desse Banco é o 'PROPFLORA - Programa de Plantio Comercial de Florestas'. Diz que "por força da Resolução BACEN nº 2.992, de 03.07.2002, foi criado o Programa de Plantio Comercial de Florestas - PROPFLORA da União Federal (...). E o BNDES é um mero instrumento desse programa da Administração Direta, com recursos do Tesouro Nacional. Diz que os objetivos deste programa são econômicos, sociais e ambientais. Diz que "as operações de crédito daí decorrentes são realizadas por agentes financeiros, e não pelo BNDES diretamente (XII, art. 1º Resolução BACEN nº 2.292, de 03.07.2002). Aplicando-se aí, o instituto da Comissão Mercantil". Neste ínterim, sustenta pela ilegitimidade passiva do BNDES, aduzindo que "na pior das hipóteses, a Caixa RS está adaptando um programa do governo federal, e o Programa de Plantio Comercial de Florestas.

E, se eventualmente, assim foi, aplica-se ao caso o instituto da Comissão Mercantil, estando fora da responsabilização do BNDES a contratação das operações finais. E, por conseguinte, a produção de folders ou a divulgação publicitária das operações. Enfim, BNDES não tem qualquer responsabilidade pela produção do folder, contra qual as autoras se insurgem."

Diz que o Impacto Ambiental do Plantio de Árvores Exóticas (Eucalipto e similares) é Controverso. Argumenta que "incabível exigir-se, de antemão, que haja divulgação publicitária de riscos sem base científica segura, de eventuais operações de crédito, as quais, se realizadas, serão ainda submetidas à fiscalização para licenciamento to ambiental." Sustenta, ainda, pela inaplicabilidade, no caso em tela, do Código de Defesa do Consumidor. Diz que os contratos de concessão de crédito consistem em uma relação comercial (empresarial) e não uma relação de consumo. Por fim, argumenta que "a solicitada liminar para sustar a divulgação de serviços de interesse público, que é o plantio de árvores, trará muito maiores prejuízos do que resguardo ao interesse social. As operações referidas no folder, ou similares é um fomento, não apenas econômico, mas também social."

As preliminares argüidas pelo BNDES são afastadas. Este texto se relaciona com outros através de superação da diferença.

Ora, tem-se que a própria parte ré Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS informa que "o PROFLOA/CaixaRS é implementado com recursos repassados pelo Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas - Propflora, do também requerido Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (...) Observa-se, portanto, que, em verdade, o BNDES, empresa pública federal, é gestor de recursos públicos alocados pela União Federal para financiamento de Programas ligados ao Programa de Plantio Comercial de Florestas (Propflora), a exemplo do PROFLOA/CaixaRS, diante do que, forçoso concluir, ser de sua responsabilidade velar pela correta alocação destes recursos públicos federais, seja sob o prisma o prisma econômico, social e/ou ambiental, não vendo esta Julgadora necessidade, por ora, do ingresso da União Federal no pólo passivo da presente demanda.

Em suas considerações iniciais, a julgadora reproduz reportagem do jornal Zero Hora de 24 de novembro de 2005, para refutar a alegação da CaixaRS de que os argumentos apresentados na inicial dos autores seja de natureza meramente opinativa

vejamos, o teor da referida reportagem veiculada sob o título "Eucaliptos. É possível reflorestar sem prejuízo à natureza? (...) Os recentes anúncios de investimentos das indústrias de celulose e papel Stora Enso e Votorantim Celulose e Papel (VCP) em projetos de reflorestamento trazem boas expectativas econômicas para a metade sul do Estado, mas preocupam ambientalistas pelas alterações no pampa, que poderiam acarretar perda na biodiversidade. O eucalipto é escolhido pelas duas empresas pelo ritmo de crescimento acelerado (seu ciclo é de sete anos) e pela qualidade que a fibra curta e de baixa granulação dá ao papel. Essas características garantem ao produto final resistência, lisura e maciez. A árvore é originária da Austrália. Por ser uma árvore exótica, ambientalistas como Helena Maria Maltez, coordenadora do programa Mata Atlântica da ONG World Wildlife Fund (WWF), preocupam-se com o modo do plantio que, segundo ela, poderia comprometer fontes de água e causar extinção de alguns animais. (...)

O agrônomo e consultor da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) e do Programa de Financiamento Florestal Gaúcho (Proflora) da agência de fomento CaixaRS, Florianópolis, afirma que a primeira atitude do governo estadual antes de licenciar as empresas para a plantação é exigir responsabilidade com o ambiente. - Toda ação do homem causa reação na natureza. Queremos garantir o menor impacto. (...) Por lei, as empresas, devem manter no mínimo 20% da área adquirida. Glayson Bencke, pesquisador do Museu de Ciências Naturais da Fundação Zoobotânica, observa que as empresas estão cumprindo o Código Florestal. - A lei privilegia as florestas. (...)

Assim como Helena e Bencke, outros ambientalistas defendem um zoneamento das áreas para descobrir climas e solos que suportariam o eucalipto e só depois plantar a árvore nas regiões adequadas. Para o membro da ONG Igré - Amigos da Água, biólogo e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Ludwig Buckup, não é esse o caso da Metade Sul. - Se originalmente não temos florestas lá é porque não há condições climáticas. As empresas e o governo rebatem as críticas afirmando que são responsáveis ambientalmente porque, além do interesse econômico, a atividade depende da natureza. Isolan afirma que não haverá alteração na biodiversidade do pampa, já que, segundo ele, cerca de 3% das áreas disponíveis na região serão cultivadas. O fato é que a polêmica está aberta."

Dessa forma, a julgadora entende que não há unanimidade sobre o assunto.

Sendo assim, poder-se-ia dizer, num primeiro momento, que, se é do jogo democrático a diversidade de idéias, é do jogo democrático também reconhecer que compete ao governo democraticamente eleito estimular e propagar políticas de desenvolvimento econômico e social que julgar conveniente. Ocorre que, cada vez mais, reconhece-se que as políticas governamentais a serem desenvolvidas pelos governos democraticamente eleitos devem atentar aos princípios estatuídos na Carta Magna. Isto é, **o limite da discricionariedade das políticas públicas é o texto constitucional**. E, no atual estágio de desenvolvimento da humanidade, um dos limites inerentes a toda e qualquer política de desenvolvimento econômico é o respeito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Limite este que, no caso do Brasil, encontra-se plenamente positivado, incluso no Capítulo I (DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA) do Título VII (DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA) da vigente Constituição Federal. É o que consta disposto no art. 170 da CF/88: "**Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...) VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;**". Mais, a nossa Constituição alberga um Capítulo nominado 'DO MEIO AMBIENTE' (Capítulo VI do Título VIII - DA ORDEM SOCIAL), o qual trata de forma específica da questão do meio ambiente, permitindo-se, esta Julgadora, chamar especial atenção ao teor contido no inciso VI do § 1º do art. 225 da CF/88 ('**Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: (...) VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.**'). Dessume-se, portanto, da leitura dos retro mencionados dispositivos constitucionais que: 1º) qualquer política de desenvolvimento econômico deve estar assentada em uma política de defesa do meio ambiente; e 2º) esta política de desenvolvimento econômico deve ser promovida, lado a lado, com uma política de conscientização pública para a preservação do meio ambiente. E conscientização pública para a preservação do meio ambiente está intimamente ligada ao dever de alcançar ao público a informação completa sobre os riscos ambientais que o desenvolvimento de determinada atividade econômica pode trazer no seu bojo.

Como já visto no item 10 acima, em relação à controvérsia subjacente ao presente feito - incentivo ao plantio de eucaliptos, pínus e acácia negra na Metade Sul -, há forte polêmica. Polêmica não passível de ser reduzida a uma mera questão política, de escolha de estratégias e planos de desenvolvimento. Mas polêmica de natureza técnico-científica, polêmica sobre as repercussões ambientais que referido plantio tende a ocasionar sobre o bioma pampa. Enfim, tem-se de um lado um entendimento científico da parte ré (em especial CAIXARS) (...) e tem-se, de outro lado, um entendimento científico que alerta acerca dos malefícios, riscos e perigos sócio-ambientais que referido cultivo de plantas exóticas, em especial no bioma pampa (...)

A julgadora legitima sua decisão por autoridade (legislação) e, conseqüentemente, por avaliação moral (*valorização do trabalho humano*). A parte que inicia com *como já visto no item 10*, busca o consenso entre as partes. Segue o deferimento.

entende-se que deve ser deferido o pleito liminar requerido pelas autoras para que seja determinada a suspensão em 48 (quarenta e oito) horas a contar da intimação dos réus, da circulação do prospecto anexo a presente ação, e de qualquer outra propaganda veiculada através de qualquer tipo de mídia, aonde o apelo publicitário seja nos termos denunciado na presente ação, proibindo ainda, aos réus a confecção, circulação e promoção de qualquer tipo de propaganda acerca do financiamento de monoculturas de árvores exóticas sem o devido esclarecimento dos riscos ambientais.(...)

Enfim, que sejam confeccionados novos prospectos em igual número dos já veiculados pela parte ré, para que possa expor o seu entendimento técnico-científico acerca das repercussões sócio-ambientais que o plantio de eucaliptos, pínus e acácia negra em solo gaúcho, em especial na Metade Sul, pode ocasionar. (...)

Outrossim, entende-se que os novos prospectos não deverão abrigar unicamente a visão da parte autora, tampouco unicamente a visão da parte ré, mas abrigar, lado a lado, em espaços iguais, os dois entendimentos técnico-científicos acerca dos impactos sócio-ambientais que o plantio de florestas exóticas no bioma pampa podem gerar.

Enfim, a julgadora profere consentimento entre as partes, declarando seu compromisso com a ação por modalidade deôntica de troca de atividade por demanda prescritiva (*deve ser deferido*) e proscritiva (*não deverão abrigar*). Apesar das alegações da CaixaRS, a Justiça Federal entende que suas propagandas ferem os dispositivos constitucionais em se que fundamenta a ação das ONG's Amigos da Terra Brasil e União pela Vida, constantes na petição inicial. Ademais, a Justiça entende que a questão acerca da monocultura de árvores exóticas é uma polêmica de cunho técnico-científico e que, ambas as partes apresentam um embasamento provido de valor científico, diferente do afirmado pelo Dr. Schumacher, que considera os argumentos das ONG's opinativo.

Não se deve ignorar que as alegações da CaixaRS e do BNDES são conflitantes, conforme observado no caso da avaliação do afastamento da responsabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no pólo passivo da ação. A Justiça Federal decide a favor das ONG's a partir do entendimento de que o governo, no exercício da promoção de políticas de desenvolvimento econômico e social, deve agir, em conformidade com a Constituição Federal (legitimação por autoridade), em defesa do meio ambiente concomitante à conscientização pública para sua preservação. Dessa forma, decide pela suspensão dos prospectos em ação em 48 horas e a confecção de novos prospectos, em quantidade igual a dos anteriores, contendo as possíveis repercussões da monocultura de árvores exóticas.

Para Bourdieu e Wacquant (2005), a noção de campo transcende a oposição tradicional entre estrutura e história e, uma das funções da teoria de campos é justamente

fazer desaparecer essa oposição. O que, de uma certa maneira, foi feito pela Justiça Federal ao legitimar por autoridade ambos argumentos (do discurso protagonista e antagonista).

Para se examinar um campo se deve estudar as tensões existentes entre as posições ocupadas em seu seio entre um campo e outro, principalmente, o campo de poder (BOURDIEU e WACQUANT, 2005). A noção de campo de poder refere-se a um espaço de jogo onde os agentes e instituições sociais, detentores de determinada quantidade de capital, disputam posições em seus respectivos campos. Ou seja, está relacionado com o conceito de classe dominante, pois é um campo de lutas por poder entre detentores de diferentes formas de poder (BOURDIEU e WACQUANT, 2005). A luta pela reprodução dos princípios de dominação pode adotar tanto forma física como simbólica. Esta se exerce com a consciência do agente que a sofre, no sentido em que aceita o mundo como lhe é apresentando, dessa forma, consentindo com as estruturas de dominação e, conseqüentemente, reproduzindo-as (BOURDIEU e WACQUANT, 2005). Graças a Justiça Federal, que concedeu deferimento ao pedido dos ambientalistas, um dos instrumentos de dominação simbólica utilizado pelo Estado, que consentia com o modelo imposto pelas empresas, deverá apresentar alternativas para que se possa escolher entre a reprodução do sistema vigente de dominação e outro modelo. A decisão da Justiça representa uma grande vitória para os ambientalistas, movimentos sociais e parte da sociedade civil que não aprova o viés ideológico com que a questão da monocultura de exóticas e o processo de produção de celulose é conduzido pelo Estado.

Como não poderia deixar de ser, essa decisão dividiu opiniões. O professor universitário, Eduardo Allgayer Osório, afirma³⁷ que

Perplexidade e estupefação são os adjetivos que melhor definem o sentimento das pessoas ante a inusitada decisão da juíza federal Clarides Rahmeier de "suspender qualquer propaganda ora veiculada, através de qualquer tipo de mídia sobre o programa de financiamento Proflora, da CaixaRS, destinado ao plantio de florestas, em ação movida pelas ONGs Amigos da Terra e União Pela Vida, de **viés sabidamente político-ideológico.** (...)

O professor se utiliza de relatos diretos da ação, a fim de validar seu argumento e seu posicionamento. Ora, o professor se equivoca, pois a juíza suspende os prospectos anteriores à ação, que não contêm os aspectos negativos da monocultura, justamente o que foi requisitado pelas organizações. Organizações essas que incitaram direitos constitucionais dos cidadãos, que foram concedidos no entendimento da Justiça Federal. O professor se compromete com tudo aquilo diz, dado que se identifica através da análise de estilos, a modalidade epistêmica

³⁷ Disponível em <http://www.diariopopular.com.br/26_06_06/artigo.html>.

em todo o texto, que acentua diferenças e tem caráter interdiscursivo de competição com o discurso dos ambientalistas e da decisão da Justiça Federal.

Ouvido no Processo sobre o mérito da ação impetrada, o doutor **Mauro Schumacher**, professor do Curso de Engenharia Florestal da UFSM, aduziu que “todos os argumentos apresentados na inicial são desprovidos de valor científico, constituindo-se em simples opiniões leigas sobre matéria essencialmente científica” (...)

Os argumentos de Schumacher, segundo a Justiça, têm tanta validade científica quanto os dos ambientalistas.

Em suas considerações a juíza Clarides "permite-se reportar à reportagem veiculada pelo Jornal Zero Hora, em data de 24 de novembro de 2005, p. 6, para refutar, de plano, a alegação da CaixaRS". Ora, sem diminuir o mérito do trabalho jornalístico, dar-lhe credibilidade acima da que merecem as argumentações de renomados doutores na especialidade florestal, professores isentos, de Universidades de reconhecida excelência, com longos anos dedicados ao estudo pós-graduado, à pesquisa e à extensão florestal caracteriza, no mínimo, uma nítida inversão de valores. (...)

A sociedade sul-rio-grandense vive um momento de alento ante a possibilidade de ver **superada a estagnação econômica** em que se encontra pelos **benefícios advindos dos bilionários investimentos anunciados para a implementação**, na Região Sul, de uma pujante indústria de produtos de base florestal, com potencial para **dobrar a renda regional e gerar mais de 200 mil empregos**. (...)

Assim como Schumacher, Osório tenta deslegitimar os argumentos dos ambientalistas. E, aqui, ele próprio se utiliza de um viés político-ideológico: fala em nome da sociedade gaúcha, atribui aos *bilionários investimentos* das indústrias de base florestal (nominalização) a superação da estagnação econômica, que segundo ele, tem *potencial para dobrar a renda regional e gerar mais de 200 mil empregos* (suposição proposicional e modalidade deôntica por demanda modalizada).

Considerando que os empreendimentos florestais projetados para a região destinam-se em grande parte à exportação e ser exigência do mercado internacional, na comercialização dos produtos, a comprovação de ter havido pleno respeito à preservação ambiental, à responsabilidade social e à dignidade no trabalho, depreende-se que tais cuidados serão obrigatoriamente tomados sob pena de prejuízos na hora de viabilizar o

A partir dessas afirmações, supõe-se que o respeito à preservação ambiental por parte das empresas é exigência do mercado internacional, não um princípio da empresa que, implicitamente, está contido na fala de Osório: o lucro. Sobre essas declarações se pode afirmar que o compromisso do professor é com o que diz, baseado em suposição existencial e fazendo nominalização dos *empreendimentos florestais*.

Ao apreciar ações judiciais como a que está em pauta, de cunho nitidamente político-ideológico, onde o pretexto de defender o ambiente camufla a real intenção de dificultar e até mesmo impedir a implantação do projeto florestal ora em andamento, é preciso ter em mente que o nosso dia-a-dia está vinculado intimamente a produtos advindos das florestas, (...) se impedidos os plantios florestais forçarão, para atender as necessidades de madeira destinada a tais finalidades, continuar a derrubada das matas nativas, em ritmo igual ou maior do que o atual. Plantar florestas é, sim, uma ação de defesa do ambiente.

Por fim, o professor legitima seu argumento por avaliação moral (*plantar florestas é, si, uma ação de defesa do meio ambiente*).

O texto a seguir foi extraído da página da internet de Pólio Braga³⁸.

Como a vanguarda do atraso prefere a miséria da população que os três mega-projetos de florestamento previstos para o RS (...)
O grupo Amigos da Terra Brasil, de Porto Alegre, acaba de ajuizar ação civil pública contra o governo gaúcho, exigindo que ele acabe com o Proflora, programa de financiamento do governo Lula, usado pela Caixa do RS para apoiar 322 projetos de florestamento no RS.

Para Braga, quem não apóia os *mega-projetos de florestamento* faz parte da *vanguarda do atraso* (nominalizada, pois a ela é atribuída *prefere*). Contudo, o mais importante é destacar que o texto traz informações equivocadas, com as quais Pólio se compromete, dado que faz suposições existenciais e se importa com troca de conhecimento (relacionada à modalidade epistêmica). O grupo Amigos da Terra *junto* ao grupo União pela Vida não *exige* a extinção do Proflora, mas a suspensão da propaganda contendo apenas os aspectos positivos da monocultura de exóticas do programa de financiamento do *governo gaúcho*. A interdiscursividade é de competição com os ambientalistas.

O jornal Zero Hora³⁹ foi modesto, em sua seção Informe Econômico, relatou “o outro lado: por decisão da Justiça Federal, o governo gaúcho vai ter de suspender a propaganda favorável ao plantio de árvores no Estado. Também terá de veicular comerciais mostrando as desvantagens da monocultura de eucalipto, pinus e acácia”. O texto, que se utiliza de relato indireto, é modesto demais, uma vez que exclui os autores da ação, o programa de fomento e o BNDES.

Em texto da Ecoagência⁴⁰,

Em decisão inédita, a Justiça Federal reconhece que o entendimento técnico-científico sobre o plantio de eucalipto, acácia negra e pínus é polêmico. O Governo terá que divulgar propaganda contendo também os aspectos negativos.
A Juíza-Federal Clarides Rahmeier, da Vara Ambiental de Porto Alegre, decidiu nesta sexta-feira que a Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS, o Estado do Rio Grande do Sul e o BNDES deverão suspender em 48h após a intimação a circulação de qualquer propaganda onde o apelo publicitário seja a mensagem estritamente positiva do plantio de monoculturas de árvores. O Estado deverá também viabilizar a contra-propaganda ao que já divulgaram através de peças aprovadas pela magistrada. (...)Ao divulgar o crédito e a sua política de fomento à economia com base nas monoculturas, afirmaram as entidades, os réus não abordaram qualquer desvantagem e/ou perigo sócio-ambiental inerente ao plantio de eucaliptos, pínus e acácia-negra em solo gaúcho”.

Esse texto representa todos os atores que figuraram na ação. Quando menciona o que *Estado deverá* fazer, demonstra seu comprometimento com a obrigação por modalidade deôntica relacionada à troca de atividade por demanda prescritiva. Porém, o autor, na maioria

³⁸ Disponível em <http://www.polibiobraga.com.br/?PAG=noticias_anteriores_detalhe.asp?ID=19325>.

³⁹ Zero Hora, 14/06/2006.

⁴⁰ Estado do RS terá que parar com a propaganda apenas positiva das monoculturas de árvores

do texto, se compromete com o que diz, como se depreende da palavra *inédita*, quando da decisão favorável da Justiça as ONG's.

Vitória dos ambientalistas, que têm reconhecido o embasamento científico de seus argumentos e que têm sua demanda acatada pela Justiça. Dessa forma, os aspectos da monocultura de eucalipto devem ser tratados pelo programa da CaixaRS, que financia os pequenos produtores; que, a partir de agora, estarão, por força de lei, em contato com a polêmica acerca do plantio de exóticas. Os ambientalistas conseguem definir regras a seu favor, enfraquecendo o viés ideológico e a violência simbólica com que o Estado vem tratando a questão.

4.6 ANÁLISE DO SEMINÁRIO DESERTOS VERDES: IMPACTOS DA MONOCULTURA DO EUCALIPTO PARA OS POVOS”

O primeiro anúncio sobre o seminário “Desertos Verdes: os impactos da monocultura do eucalipto para os povos” data de 04 de agosto de 2006, sob o título “Monocultura de eucalipto é tema de seminário em Porto Alegre”⁴¹. Identifica-se que a o cenário de relação com outros textos é o de acentuação de diferença, por se tratar de luta de significados. O projeto de desenvolvimento dos organizadores do seminário vai de encontro ao do proposto pelo Governo do Estado e das empresas de celulose e papel, como fica claro no trecho a seguir:

O debate será sobre as **conseqüências ambientais, econômicas e sociais que a expansão da monocultura do eucalipto** e a instalação em massa das indústrias papeleiras estão provocando no Rio Grande do Sul (...) O seminário ainda se propõe apontar, em conjunto, alternativas econômicas e ambientais ao cultivo do eucalipto, que é colocado hoje pelos governos como alternativa para o desenvolvimento regional. No entanto, as conseqüências para as populações locais são ignoradas. Somente no RS, Aracruz, Votorantim e Stora Enso já compraram, juntas, mais de 200 mil hectares para o plantio de exóticas.

Quanto à intertextualidade, o texto se articula com outras vozes, ora por narrativa, ora por citação direta, isentando a responsabilidade do autor do texto de qualquer ligação com o seminário e seu propósito:

⁴¹ Disponível em <<http://www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=1615&eid=8>>.

Organizações civis, sindicatos, movimentos sociais do campo e da cidade, indígenas e quilombolas realizarão, dia 16 de agosto, em Porto Alegre, o seminário “Desertos Verdes: os **impactos da monocultura de eucaliptos** para os povos” (...).

Dirce Suertegaray, pesquisadora da Ufrgs, ressalta o **impacto sócio-ambiental que as monoculturas** ocasionam no bioma Pampa. “As exóticas consomem muita água e degradam o solo, afugentando animais e comunidades locais”, explica.

De ambos trechos destacados se apreende que os organizadores do seminário fazem suposições existenciais e proposicionais, pois, para eles, a monocultura do eucalipto e a instalação de papeleiras trazem conseqüências ambientais, econômicas e sociais às populações locais e, por serem ignoradas pelo governo que libera o plantio às indústrias, se dispõem a apresentar alternativas viáveis, do seu ponto de vista, a essas pessoas. A legitimação do argumento se dá através da autorização, ao ser destacado o cargo e a instituição da pessoa que fala sobre o impacto da monocultura de árvores exóticas.

De posse da análise de texto, podemos afirmar que a interdiscursividade entre os discursos das entidades responsáveis pelo seminário está em competição com o do Governo do Estado e, conseqüentemente, com o das empresas. Quanto à colocação, identifica-se que a monocultura de eucaliptos está relacionada com a idéia de que é prejudicial para a economia, a sociedade e o meio-ambiente, conforme as expressões em destaque nos textos. Também se percebe a nominalização, atribuindo ao seminário uma ação conjunta de proposição de alternativas, o que será entendido a seguir com a apresentação do seu programa:

Programação

9h - Os impactos sócio-econômicos e ambientais do Deserto Verde

Expositores: Dirce Suertegaray (pesquisadora da Pós-graduação de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e Francisco Milanez (Conselheiro da AGAPAN e secretário geral da ECOFUND, Fundação pelo Desenvolvimento Ecologicamente Sustentável). Mediadora: Nalu Faria (Marcha Mundial de Mulheres)

11h - Os aspectos jurídicos e o papel da mídia na expansão do Deserto Verde

Expositores: Domingos Silveira (Ministério Público Federal) e Pedrinho Guareschi (Escritor e professor da PUC/RS). Mediação: CUT/RS

13h30 - Apresentação do grupo teatral “Ói Nós Aqui Traveiz”

14h30 - Testemunhos dos impactos do deserto verde na vida dos povos

Expositores: representante de comunidade indígena do Espírito Santo, integrante de organização camponesa latino-americana e Via Campesina Brasil. O seminário é promovido pela Via Campesina do Rio Grande do Sul, Núcleo de Economia Alternativa (Nea/Ufrgs), Pós-graduação da Geografia/ Ufrgs, Pró-Reitoria de Extensão (Proext/Ufrgs), Marcha Mundial de Mulheres, CUT-RS, Federação dos Metalúrgicos/RS, Federação dos Sapateiros/RS, Federação dos Trabalhadores em Indústrias de Alimentação/RS, Cpers, Conselho Indigenista Missionário (Cimi/RS), Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), Movimento Nacional de Direitos Humanos/RS, Profetas da Ecologia, Terra de Direitos, AGAPAN, CETAP, Diretório Central dos Estudantes (DCE/ Ufrgs), Diretório da Biologia (DAIB/Ufrgs), Grupo de Apoio à Reforma Agrária (GARA/Ufrgs), Centro Acadêmico do Direito do IPA ATTAC/Poa, Núcleo de Ecojornalistas/ RS, Centro de Educação Popular (CAMP), CECA, CEBI/RS, Fian Brasil, Cáritas/RS, ESTEF, Congregação dos Capuchinhos/RS e as pastorais sociais Operária e Afro do RS.

Percebe-se uma grande abrangência na inclusão de atores, que vai desde os expositores, promotores (organizações) do evento até o Governo do Estado e as empresas, porém, nota-se que não há representação dos pequenos agricultores que cultivam a monocultura. Quanto à análise de estilos, percebe-se em

O seminário ainda se propõe apontar, em conjunto, alternativas econômicas e ambientais ao cultivo do eucalipto, que é colocado hoje pelos governos como alternativa para o desenvolvimento regional. No entanto, as conseqüências para as populações locais são ignoradas. Somente no RS, Aracruz, Votorantim e Stora Enso já compraram, juntas, mais de 200 mil hectares para o plantio de exóticas.

a modalidade deôntica com relação à troca de atividade do tipo demanda modalizada, quando da afirmação sobre o propósito do seminário. Também se identifica a modalidade epistêmica com relação à troca de conhecimento, ao argüir que o modelo de monocultivo de eucalipto é proposto pelos governos, que ignoram as conseqüências da atividade de monocultura (a palavra ignorar, aqui, pode ser entendida tanto como não levar em conta como desconhecer; para mim a intenção do autor não fica clara, porém, há a possibilidade de a ambigüidade ser intencional). De onde se subentende que há necessidade do debate, pois as empresas, ao menos no Rio Grande do Sul, já têm tomado frente, independentemente da discussão de alternativas e das conseqüências da atividade de monocultura.

O segundo anúncio intitula-se “Gaúchos se mobilizam contra a monocultura de eucaliptos”⁴², de onde se destacam os seguintes trechos para análise:

Organizações e movimentos sociais do Rio Grande do Sul estão planejando um seminário em agosto para discutir **a ameaça da monocultura de eucalipto que está chegando ao estado.**(...)
 Os debates têm como objetivo prever as conseqüências ambientais, econômicas e sociais da chegada das espécies exóticas no Rio Grande do Sul, especificamente o eucalipto.(...)
 Representantes de indígenas do Espírito Santo e de camponeses de outros países da América Latina vão dar **depoimentos sobre sua experiência com o eucalipto e com as empresas de celulose que plantam as monoculturas.**
No Rio Grande do Sul, as empresas Aracruz Celulose, Votorantim e Stora Enso já compraram 200 mil hectares de terra para o plantio de eucalipto.

Aqui também a relação com outros textos é de acentuação da diferença, por tratar a monocultura de eucaliptos por ameaça. O tipo de intertextualidade é a narrativa e, os tipos de suposições são existenciais (*ameaça da monocultura*) e propositivas (*os debates têm como objetivo...*). O tipo de legitimação é a racionalização, quando do relato dos depoimentos a serem proferidos no seminário se basearem na experiência dos painelistas.

A interdiscursividade se dá através da competição com as atividades das empresas ao relacionar a *ameaça* que está chegando ao Estado com a compra de milhares de hectares para o exercício da monocultura por parte das empresas. A colocação, como no caso anterior, liga

⁴² Disponível em <<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=23782>>

a monocultura com idéias de danos sociais, econômicos e ambientais. A nominalização é verificada através da afirmação “os debates têm como objetivo...”. Representa somente alguns dos atores envolvidos na realização do seminário: os planejadores (classificados como organizações e movimentos sociais) e aqueles que relatarão sua experiência (representantes de indígenas do ES e camponeses latino-americanos), ambos através de substantivos, e três empresas, excluindo governos e agricultores. Porém, se considerado o título, abrange toda a sociedade gaúcha, entretanto, isso passa uma idéia muito vaga de quem realmente está se mobilizando contra a monocultura, que também não está especificada.

Apresenta a modalidade deôntica com relação à troca de atividade em demandas do tipo prescritiva (*estão planejando um seminário, vão dar depoimentos*) e modalizada (*têm como objetivo prever*). A modalidade epistêmica é identificada através da relação entre os trechos destacados que passa a idéia de que o autor considera as empresas como responsáveis pela ameaça eminente da monocultura que, para ele está associada a uma atividade danosa, a ser comprovada pelos depoimentos a serem realizados no seminário.

Após a realização do seminário é publicado “Plantio de eucalipto é novamente condenado por movimentos sociais em Porto Alegre⁴³” no dia 17 de agosto de 2006 pelo Movimento das Mulheres Camponesas. Mais uma vez a relação com outros textos é de acentuação da diferença, como destacado no trecho que segue:

A expansão da monocultura de árvores exóticas no Rio Grande do Sul foi atacada ontem (16/08) durante o seminário “Deserto Verde: os Impactos da Monocultura do Eucalipto para os Povos”, promovido pela Via Campesina, em Porto Alegre. O evento lotou o Salão de Atos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) e reuniu movimentos sociais, indígenas, quilombolas, entidades ambientalistas, pesquisadores e estudantes. Embora o eucalipto tenha sido o réu do dia, sobraram críticas para o agronegócio, para o modelo exportador e para o neoliberalismo.

Os tipos de intertextualidade identificados são a narrativa (que pode ser constatada no texto acima), mas, principalmente, o registro indireto e o direto -que irão predominar no restante do texto -, conforme o exemplo, respectivamente.

A destruição do horto florestal da Aracruz Celulose em Barra do Ribeiro em 8 de março deste ano por camponesas também foi lembrada por Dirce. “As camponesas chamaram a atenção para o problema. Com elas me apóio e com elas me articulo. Essa terra é nossa, e devemos continuar lutando”, acredita.

Segue o restante do artigo.

⁴³ Disponível em <http://www.mmcbrasil.com.br/noticias/170806_plantio_euc.htm>.

Impactos como a redução da biodiversidade, o esgotamento dos nutrientes do solo e a absorção de água, ameaçando o Aquífero Guarani, foram trazidos pela pesquisadora de Pós-graduação de Geografia da Ufrgs Dirce Suertegaray. De acordo com ela, a silvicultura prejudica as indústrias farmacêutica, alimentar e ornamental, na medida em que há uma diminuição de espécies necessárias para essas atividades. A especialista critica, ainda, a tendência à concentração de terras, vinculadas ao capital internacional. Para ela, é o tipo de atividade que parece promissora de início, sob certas conjunturas, mas ameaça o futuro e o meio ambiente. “Tenho ainda questionamentos que não foram respondidos. Quem se beneficiará com essa mudança de matriz econômica? Qual o futuro daqueles que vendem sua propriedade no campo?”, questiona. Já o conselheiro da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) e secretário da Fundação pelo Desenvolvimento Ecologicamente Sustentável (Ecofund), Francisco Milanez, afirma que os “vampiros da miséria humana” decidiram que o fracasso da pecuária extensiva e a pobreza do Rio Grande do Sul e do Uruguai era o ambiente ideal para investir, referindo-se às empresas de celulose. “E esse deserto não é força de expressão. Até as gramíneas podem desaparecer”, relata o ambientalista.

A importação de mão-de-obra e a conseqüente sazonalidade dos empregos seriam responsáveis por desequilíbrios culturais nos pólos florestais, como a chegada de um número excessivo de homens em algumas comunidades. Milanez trouxe à discussão também o eucalipto transgênico, desenvolvido pela Aracruz, criado exclusivamente para a produção de celulose. Para o ecologista, é mais uma maneira de aumentar o poder das empresas, já que o agricultor não poderá mais vender sua produção para o setor moveleiro. “Isso é muito triste, menos para quem está ganhando dinheiro”, lamenta.

Criada a Articulação Estadual contra o Deserto Verde

A Articulação Estadual contra o Deserto Verde foi formada ontem (16/08), durante o seminário. O documento foi assinado por mais de 35 entidades e movimentos sociais. A pauta de discussões vai além da monocultura e propõe agroecologia e reforma agrária, entre outros temas.

Dessa forma, depreende-se que as suposições do autor estão implícitas nos relatos que escolheu fazer, que representa apenas dois dos painelistas do seminário. Assim, aborda questões de cunho científico e econômico, legitimadas pela autoridade, atribuindo o cargo e a instituição a que cada palestrante está ligado.

Ademais, o texto traz uma informação de extrema importância para conjuntura do campo do desenvolvimento das atividades da indústria de celulose no RS, a criação de uma articulação entre entidades e movimentos sociais na luta contra a expansão dos desertos verdes. Como para Bourdieu e Wacquant (2005), o que existe no mundo social são relações objetivas, existentes independente da consciência ou da vontade de cada indivíduo, só se pode pensar em termos de campo, se se pensar em termos relacionais, por isso a importância da criação da Articulação Estadual contra o Deserto Verde para a análise do campo em questão.

Para Bourdieu e Wacquant (2005), a noção de campo de campo de poder refere-se a um espaço de jogo onde os agentes e instituições sociais, detentores de determinada quantidade de capital, disputam posições em seus respectivos campos e, a estratégia dos jogadores depende do volume e da estrutura do capital em um dado momento e das possibilidades de jogo que lhes são garantidas. A articulação entre movimentos sociais e entidades lhes confere outras possibilidades de jogo para que aumente ou mantenha a sua quantidade de capital, preservando as normas e regras de reprodução do jogo, ou jogá-lo no intuito de alterá-las.

No texto “Entidades testemunham contra o passivo social da plantação de eucaliptos⁴⁴” são feitos relatos (diretos e indiretos) dos painelistas da tarde.

A primeira a falar foi Iara Tupã, que descreveu de forma emocionada os conflitos entre a sua tribo e a Aracruz Celulose, e se solidarizou às mulheres que participaram da invasão da empresa no município de Barra do Ribeiro, no dia 8 de março deste ano. "Sinto não poder ter estado junto com aquelas mulheres para também poder destruir um pouco deste parasita chamada eucalipto", afirmou. Ela ainda se mostrou indignada quando soube que nenhum representante do poder público estava presente no evento, e prometeu lutar contra a plantação da espécie.

O representante da Rede Amigos da Terra do Uruguai, Carlos Santos, também se mostrou solidário com a luta das mulheres da Via Camapesina. Em sua fala, abordou a questão das papeleiras no Uruguai. Contou que a entidade apoiava e confiava no governo dito esquerdista do presidente Tabaré Vasquez, mas que hoje os políticos uruguaios vêem os protestos contra o eucalipto como ato terrorista e antipatriótico. Santos vê a união das lutas latino-americanas camponesas como saída para o combate à monocultura.

O discurso de Luciana Piovesan, do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais e Via Camapesina, encerrou o painel, levantando o grito "Soberania, sim. Deserto verde, não", que contagiou a platéia. Uma manifestação estava prevista na programação do seminário após o painel, mas devido à chuva, foi cancelada.

Os discursos tendem a se complementarem, o que possivelmente, deverá se refletir nas ações da Articulação, dado que se identifica o sentimento de solidariedade entre os enunciadores em relação à causa do Deserto Verde.

No texto “Monocultura de eucalipto atenta contra a Constituição, afirma procurador da República⁴⁵”, permeado de relatos diretos é rico em informação. Nele, o procurador Domingos Silveira (Ministério Público Federal - MPF), que proferiu palestra no seminário em análise, afirma “a monocultura é uma lesão, uma violência à nossa Constituição, pois destrói algo que é de todos, não só de um proprietário”, legitimando seus argumentos por autoridade, incitando artigos da Constituição Federal referentes ao papel da propriedade rural (art. 186) e ao direito a um meio ambiente equilibrado (art. 286). Nele, o procurador ainda declara que o MPF, apesar de ter sido convidado, optou por não assinar o TAC.

“Acreditamos que essa atividade é lesiva e que o licenciamento deve ser realizado em nível federal”, esclarece o procurador, referindo-se à Resolução 237/97 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que determina que atividades com significativo impacto ambiental sejam licenciadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), com a exigência de Estudos de

Esse trecho mostra o compromisso de Domingos com o que diz, falando em nome do MPF. Dessa citação, pode-se concluir que há, no MPF, vozes que se posicionam contra a monocultura de árvores exóticas para alimentar a indústria de papel e celulose. O texto ainda traz relatos do que foi proferido pelo o escritor e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) Pedrinho Guareschi, que versou sobre o papel da mídia nessa questão. “Guareschi acredita que a ausência das vozes populares na mídia é uma

⁴⁴ Disponível em <http://www.mmcbrasil.com.br/noticias/170806_plant_euc.htm>.

⁴⁵ Disponível em <http://www.jornadadeagroecologia.com.br/noticia_visualizacao.php?noticia=58>.

das responsáveis pelo surgimento de grupos terroristas, que encontram em atos violentos a única forma de se manifestar” fazendo referência ao ato da Via Campesina de invadir a Aracruz Celulose. Como para Bourdieu e Wacquant (2005), as relações lingüísticas são relações de poder, deve-se concordar com Guareschi, quando questiona o papel da mídia. Papel esse de caráter ideológico que reforça a violência simbólica, não apenas no campo em questão, mas no campo de poder.

Por fim, cita-se o texto “Deserto Verde: eucalipto não gera desenvolvimento⁴⁶”. Esse texto contempla, sucintamente, o que foi dito pelos palestrantes e o que é dito neste trabalho. Considerando que, para Celso Furtado (1980), sociedades desenvolvidas são aquelas em que seus indivíduos satisfazem suas necessidades e renovam suas aspirações, não se pode acreditar que o modelo de desenvolvimento que vem sendo promovido pelo Governo e pelas empresas, que tem como princípio a concentração de terras e de riquezas nas mãos de um pequeno grupo, permita a renovação de tais aspirações. Quanto ao campo em estudo, onde se disputa, justamente, o conceito de desenvolvimento, pode-se afirmar que a Articulação Estadual contra o Deserto Verde (que sequer foi citada pela grande mídia) terá reflexos na relação desse campo com o espaço social. Com a sociedade civil organizada e articulada, a relação entre os jogadores se altera em favor daqueles que desacreditam que os investimentos massivos da indústria de celulose no Estado sejam uma alternativa de desenvolvimento. Segundo Bourdieu e Wacquant (2005), a simples denúncia da hierarquia presente em alguns discursos, não é suficiente para que se mude a realidade, para tanto, faz-se necessária a alteração das condições de existência dessa hierarquia nas mentes das pessoas e no mundo real. Acredita-se ser esse o propósito da Articulação.

⁴⁶ Disponível em <<http://www.brasildefato.com.br/v01/impreso/anteriores/182/nacional/materia.2006-09-01.0818225025>>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se colocou em questão neste trabalho foi o modelo de desenvolvimento que vem sendo imposto pelo Governo em conjunto com a iniciativa privada do ramo de papel e celulose com o apoio da grande mídia. Para tanto, um dos referenciais teóricos em que se fundamenta este estudo é a Teoria de Campos. Conforme Bourdieu e Wacquant (2005), o que existe no mundo social são relações objetivas, que existem independentemente da consciência ou da vontade de cada indivíduo. No rol dessas relações, inclui-se as relações lingüísticas, que, para Bourdieu e Wacquant (2005), são relações de poder, desde que envolvam agentes com diferentes posições referente à distribuição do capital em questão.

Devido à importância das relações lingüísticas no campo de poder, considerado por Bourdieu e Wacquant (2005) como um espaço de jogo onde os agentes e instituições sociais, detentores de determinada quantidade de capital, disputam posições em seus respectivos campos, que se escolheu analisar o campo em questão a partir das informações que são veiculadas pelos agentes que possuem interesse nesse campo a fim de produzir sua posição hegemônica no mesmo. Segundo Bourdieu e Wacquant (2005), uma das funções da teoria de campos é fazer desaparecer a oposição entre estrutura e história, pois não é possível captar a dinâmica de um campo sem uma análise de sua estrutura e, esta não pode ser entendida sem uma análise histórica.

A abrangência dos textos analisados se justifica, pois, de acordo com Bourdieu e Wacquant (2005), uma análise puramente lógica ou política, não é capaz de explicar a ambigüidade de um discurso, que reside na relação entre dois sistemas, o manifesto e o reprimido. De posse disso, pode-se afirmar que, neste caso, o sistema manifesto é justamente aquele que é retratado pela grande mídia, enquanto que o reprimido reside no que não é veiculado por esta.

Dessa forma, estrutura-se o campo de desenvolvimento das atividades da indústria de celulose no Rio Grande do Sul. Os agentes são o Governo (aqui considerando as instituições públicas) e as empresas em parceria e em disputa com a sociedade civil organizada, composta

por movimentos sociais e organizações não governamentais (ONG's). Essa distinção entre os entes que compõem a sociedade civil organizada é importante, devido ao caráter que cada um possui. Os movimentos sociais têm uma postura de autonomia em relação ao Estado, o que justifica suas práticas de desobediência civil, diferente das ONG's que organizam suas ações dentro dos limites impostos pela legislação. Os limites do jogo são dados pela relação entre os agentes do campo e, sua arena é predominantemente pública e política. O que se disputa na estruturação desse campo é, basicamente, dois tipos de capital, o econômico (recursos financeiros, incentivos fiscais e infra-estrutura) e o simbólico, que nesse caso é o próprio conceito de desenvolvimento.

Para tanto, este trabalho abrangeu duas concepções diferentes do conceito em disputa. A primeira foi a de Celso Furtado e a segunda, de organismos multilaterais (ONU, FMI, BM). Furtado (1980) considera o desenvolvimento como um processo que implica transformação da sociedade em nível de meios e fins e, sua análise parte da idéia de excedente. O que lhe permite afirmar que a aplicação do excedente nos auxilia a identificar três vertentes, uma ligada à reprodução das desigualdades sociais, uma orientada para o desenvolvimento das forças produtivas e outra articulada com a estabilidade e legitimação dos sistemas de dominação social. Para a ONU (2006), o desenvolvimento é visto como um processo de transformação econômica e social em nível de fins apenas. A fim de viabilizar esse modelo, o BM e o FMI (2005) afirmam que a agenda política deve concentrar seus esforços para incentivar o crescimento econômico, que só pode ser sustentado com um setor privado forte, estruturado a partir de boa governança e de amparo do sistema legal.

A estrutura de análise dos episódios escolhidos se baseou na abordagem da Análise Crítica do Discurso (ACD) desenvolvida por Norman Fairclough. A ACD considera três dimensões da ordem do discurso: discursos (modo particular de representação), gêneros (modo de ação e interação com outras pessoas através da linguagem) e estilos (modos de identificação particulares ou sociais). A cada dimensão corresponde procedimentos analíticos da ACD, a análise de discursos e representações, a análise de textos e análise de estilos e identidades, respectivamente. Neste trabalho, a análise de textos tem cuidado particular com os cenários de relação com outros textos, a intertextualidade, as suposições e as estratégias de legitimação; a análise de discurso, com a interdiscursividade, a colocação, a nominalização e a representação dos atores sociais; a análise de estilos, com a modalidade, dividida em epistêmica e deôntica, que expressa o compromisso do autor com o que declara e com ação, respectivamente.

Quanto à análise do primeiro episódio, percebe-se que os textos da grande imprensa caracterizam-se pela inclusão do governo, instituições públicas e empresas e pela exclusão dos movimentos sociais, que não são representados. Identifica-se a predominância de suposições proposicionais, que são aquelas que versam sobre o que é, pode ou deve ser. Os discursos entre os membros do governo e de instituições públicas se articulam através de complementação, sendo o discurso protagonista e estando repleto de nominalizações. Quanto à análise de estilo, percebe-se o predomínio da modalidade deôntica por demandas, que revela o compromisso do autor com obrigações. Ao discurso antagonista, proferido pela mídia alternativa e pelos movimentos sociais, a interdiscursividade se dá pela competição aos discursos proferidos pelo governo e pelas empresas. Os textos caracterizam-se por relatos diretos e suposições existenciais, em sua maioria. As relações com os outros textos se dão pela acentuação da diferença, pela luta de significados, em particular do desenvolvimento. O compromisso com o que os autores afirmam é demonstrado pela modalidade epistêmica relacionada à troca de conhecimento. O discurso antagonista contempla semelhanças com a concepção de desenvolvimento de Celso Furtado, enquanto que, o protagonista, com o viés economicista característico das organizações multilaterais.

Entra no campo as figuras da Ageflor, do CaixaRS e dos florestadores. Aquela, associação das empresas de base floresta (e defende seus interesses), essa, agência de fomento de suas atividade e aqueles, por estarem submetidos ao interesse das grandes empresas e, conseqüentemente, às definições de regras pelo governo para o plantio, são meros fantoches para a mídia. O movimento ambientalista, aos poucos, vem se pronunciando mais. Apesar disso, o governo e a mídia continuam a apoiar os investimento das empresas de celulose. O jeito como o TAC foi feito às pressas, sob o pretexto de viabilizar esses investimentos ainda esse ano, é uma prova disso. Onde, nem o meio ambiente, nem o diálogo aberto com a sociedade tem prioridade. A celebração do Termo define as regras do jogo a favor das empresas.

Quanto à análise da celebração do TAC, percebe-se que são inseridos novos atores, como Ageflor, a CaixaRS e os florestadores. O movimento ambientalista, aos poucos, vem se pronunciando mais. Apesar disso, o governo e a mídia continuam a apoiar os investimento das empresas de celulose, sendo o TAC em si uma prova disso, pois assim as regras do jogo são favoráveis às empresas. Os ambientalistas continuam a acentuar as diferenças e a tratar a matéria com suposições existenciais e firmam compromisso com o que declaram e, quando se comprometem com ações, essas se referem ao cumprimento da legislação. A grande mídia,

aos poucos, vai incluindo diferentes atores, porém, na defesa dos investimentos da indústria de celulose, comprometendo-se com ações por demandas, muitas delas, prescritivas, caracterizadas pelo fato enunciador se dirigir a alguém de forma imperativa. A prioridade dada ao desenvolvimento econômico, por parte das instituições públicas e empresas, mais uma vez, está de acordo com as determinações das agências multilaterais. A questão diacrônica do desenvolvimento de Celso Furtado é percebida nos questionamentos e afirmações dos ambientalistas.

A partir do terceiro episódio, a invasão da Aracruz pela Via Campesina, evidencia-se que a relação do campo de estudo com o espaço social fragmenta ainda mais a opinião pública, uma vez que vem à tona com notoriedade da mídia, mesmo que discriminada, a questão dos desertos verdes relacionada à monocultura de árvores exóticas. Um novo modelo de desenvolvimento é colocado em pauta. Os limites do jogo são ampliados, porém, continuam sendo dados pela relação entre os atores. A partir desse fato, a violência simbólica (que, de acordo com Bourdieu e Wacquant (2005) se exerce com a consciência do agente que a sofre, no sentido em que aceita o mundo como lhe é apresentando, dessa forma, consentindo com as estruturas de dominação e, conseqüentemente, reproduzindo-as) por parte das empresas, das instituições públicas e da mídia é identificada. Os textos da grande mídia retrataram o ato como uma ação de vândalos que ameaçavam os investimentos da indústria de celulose no Estado. Os textos dos movimentos e da mídia alternativa continuam a acentuar a diferença na luta por significados, porém, esse lado não é retratado pela grande mídia. Percebe-se mais uma vez, o predomínio da modalidade epistêmica nos textos e discursos antagonistas.

Sobre o episódio dos investimentos da Aracruz Celulose no Estado, avalia-se que os textos são ricos em compromissos com ações (modalidade deôntica), particularmente, por demandas prescritivas das empresas em relação ao Governo, ou seja, das obrigações do Estado para com os investimentos. Os textos são ricos em nominalizações, principalmente acerca da palavra *investimento*, permeado por suposições proposicionais, ou seja, do que poderá vir a ser, neste caso, geração de emprego, renda. Os discursos do Governo e da empresa se complementam. Chama-se a atenção, para fins de análise de colocação, a constante presença da palavra parceria das empresas entre si e delas com as instituições públicas, como fora no caso dos investimentos da Stora Enso e do TAC. O que vai ao encontro da meta 08 da ONU (2006) que é de estabelecer parceria global para o desenvolvimento.

Sobre a Ação contra a CaixaRS, tem-se que, no texto da ação, predomina relatos diretos, o que lhe confere alto caráter dialógico. O cenário de relação entre os textos na ação é o de tentativa de resolver e superar conflitos. Predomina a modalidade epistêmica, confirmando o compromisso dos enunciadores com o que falam, de onde se observa a vigência de suposições existenciais. A julgadora legitima sua decisão por autoridade (legislação) e, conseqüentemente, por avaliação moral (*valorização do trabalho humano*), buscando estabelecer o consenso entre as partes. O reflexo da decisão gera críticas, porém, equivocadas sobre o caráter da ação, na tentativa de deslegitimar a ação daqueles que se posicionam contra a monocultura de eucaliptos. Esse episódio representa uma reconfiguração no campo, pois significa uma vitória aos ambientalistas, que têm reconhecido o embasamento científico de seus argumentos e que têm sua demanda acatada pela Justiça. Os ambientalistas conseguem definir regras a seu favor, enfraquecendo o viés ideológico e a violência simbólica com que o Estado vem tratando a questão. Apesar de não ter tido a repercussão merecida na grande mídia, os florestadores estarão cientes e em contato com os impactos do plantio de exóticas, permitindo-lhes optar ou não por se responsabilizar pelo dano ambiental.

A análise sobre o seminário se baseou apenas nos textos produzidos pelo *sistema reprimido*, dado que não foi encontrada nenhuma menção ao evento na grande mídia. Os textos se relacionam com os da grande mídia através da acentuação da diferença por luta de significados, em especial do modelo de desenvolvimento. A interdiscursividade também é de competição ao discurso protagonista. Os relatos do seminário demonstram que os painelistas se comprometem com o que dizem através da modalidade epistêmica, baseada em suposição existenciais em relação aos danos da monocultura e, proposicionais, sobre os prováveis reflexos dessa atividade no Estado. Com a sociedade civil organizada articulada, a relação entre os jogadores se altera em favor daqueles que desacreditam que os investimentos massivos da indústria de celulose no Estado sejam uma alternativa de desenvolvimento, pois a articulação lhe confere outras possibilidades de jogo.

Considera-se o artigo publicado na revista Carta Maior intitulado “Monocultura do eucalipto avança no RS e ameaça diversidade” como um divisor de águas. A partir desse texto, o papel da mídia em posição de apoio ao Governo do Estado e aos investimentos das empresas é duramente questionado. Dessa forma, os artigos que seguem nessa linha atacam duramente as ações daqueles que proferem o discurso protagonista.

O modelo de desenvolvimento posto em voga pelo Governo do Estado junto com aqueles que lhe apóiam e que por ele são apoiados se fundamenta, basicamente, na geração de

emprego e renda. Porém, como foi colocado ao longo desse trabalho, essa questão é altamente questionável, uma vez que os dados apresentados a esse respeito são confusos, pois, ora se apresenta um dado, ora se apresenta outro. De acordo com Furtado (1986) a expansão da renda é resultado do aumento da produtividade média do fator trabalho decorrente de acumulação de capital e avanço da técnica, o que acarreta alterações estruturais no sistema econômico e, dada a complexidade desse sistema, o conceito de desenvolvimento supera o de crescimento, devendo levar em consideração variáveis qualitativas. Porém, o discurso protagonista não trata de variáveis dessa natureza, o que caracteriza o viés economicista com que é tratada a questão do desenvolvimento.

Por ser o Estado, em última análise, a maior fonte de poder simbólico, onde as lutas que almejam ao poder de impor normas coercitivas ocorrem (BOURDIEU e WACQUANT, 2005) é que as empresas, que almejam a esse poder, no sentido de reproduzir a estrutura de dominação social, na qual figuram como detentoras dos avanços técnicos, associam-se a ele. Essa posição de detentora do avanço técnico, segundo Furtado (1980), permite-lhes que impulsionem a técnica a fim de alterar os padrões de consumo, conferindo-lhes a liderança desse processo, preocupando-se em primeiro plano com a estratificação social. Ademais, se está sendo atribuído a esse modelo um processo de transformação econômica e social em nível de fins, só se pode afirmar que apresenta características do modelo de desenvolvimento das organizações multilaterais, que pregam a liberalização comercial e parcerias entre empresas e governos. Porém, se analisada a fundo a questão das empresas de papel e celulose, só se pode chegar a conclusão que sua intenção não é a de *promover um desenvolvimento global e sustentável*. Pois, de acordo com Nahón, Enríquez e Schorr (2006) o escasso desenvolvimento industrial da América Latina se deve á sua excessiva especialização produtiva ligada a produtos primários e a satisfação de grande parte de sua demanda interna mediante a importação de produtos manufaturados dos países centrais, o que só pode ser entendido como função de sua inserção estrutural no sistema econômico mundial. Portanto, para se criar reais condições de desenvolvimento, essa mentalidade deve ser rompida. Contudo, não é o que se observa nesse caso. O que se percebe, mais uma vez é a transferência de excedente dos países periféricos para os países, o que tende a perpetuar sua posição na divisão internacional do trabalho.

Por se preocuparem com a concentração de riqueza proveniente das atividades da indústria de papel e celulose que vem se instalando, não apenas no Brasil, mas em muitos Países do Sul, e por se proporem a defender que essas empresas não trazem desenvolvimento,

a sociedade civil organizada, que deveria ter seus direitos garantidos pelo Estado, vem sendo discriminada pela grande mídia. Porém, pelos mesmos motivos e por apresentarem semelhanças com a concepção de desenvolvimento de Furtado (1980), que afirma que sociedades desenvolvidas são aquelas em que seus indivíduos satisfazem suas necessidades e renovam suas aspirações e ainda declara que a questão cultural e o sistema de valores da sociedade devem ser considerados pelos analistas de desenvolvimento, que se diz que a sociedade civil organizada apresenta um modelo de desenvolvimento capaz de alterar a posição de subdesenvolvimento, nesse caso da Metade Sul do Estado.

REFERÊNCIAS

- Agapan quer cautela. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 26 mar. 2006. Disponível em <<http://www.ageflor.com.br/index2.php?p=productsList&iCategory=9&PHPSESSID=907853f40bdef0eef68189e3c1cefc09>>. Acesso em: 04 nov. 2006.
- Ageflor assina convênio para regular silvicultura. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 23 fev. 2006. Disponível em <<http://www.ageflor.com.br/index2.php?p=productsList&iCategory=9&PHPSESSID=907853f40bdef0eef68189e3c1cefc09>>. Acesso em: 04 nov. 2006.
- Aracruz anuncia sua nova unidade. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 30 jun. 2006. Disponível em <<http://www.ageflor.com.br/index2.php?p=productsList&iCategory=9&PHPSESSID=907853f40bdef0eef68189e3c1cefc09>>. Acesso em: 04 nov. 2006.
- Aracruz assina protocolo de intenções no Rio Grande do Sul. Disponível em <<http://www.aracruz.com.br/show.do?act=news&id=250>>. Acesso em: 04 nov. 2006.
- ARRIGHI, Giovanni. **A Ilusão do Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997. pp.19-52; 207-252. Tradução de: Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos.
- BANCO MUNDIAL & FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. Development Comitee. **Financing the Development**. 2005.
- BEIGEL, Fernanda. **Crítica y Teoría en el Pensamiento Social Latinoamericano**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. p.287-326
- BELMONTE, Roberto Villar. **O rio Grande do Sul entrou com toda força na rota dos megainvestimentos da indústria da celulose**. Disponível em <<http://www.ecoagencia.com.br/index.php?option=content&task=view&id=1262&Itemid=48>>. Acesso em: 30 set. 2006.
- BENVENUTI, Patrícia. Aracruz vai quadruplicar produção em Guaíba. **Jornal Já**, 29 jun. 2006. Disponível em <http://www.jornalja.com.br/especial_detalhe.php?id=259&cat=9>. Acesso em: 04 nov. 2006.
- BENVENUTI, Patrícia. Produtores preocupados com exigências para plantio florestal no Estado. **Jornal Já**, 30 maio 2006. Disponível em <http://www.jornalja.com.br/especial_detalhe.php?id=253&cat=9>. Acesso em: 04 nov. 2006.
- BENVENUTI, Patrícia. Fepam recebe 36 solicitações de plantios florestais. **Jornal Já**, 23 maio 2006. Disponível em <http://www.jornalja.com.br/especial_detalhe.php?id=257&cat=9>. Acesso em: 04 nov. 2006.
- BRASIL. Justiça Federal. **Ação Civil Pública Nº 2006.71.00.011310-0/RS**. Disponível em <<http://www.mp.rs.gov.br/areas/ambiente/arquivos/sentenarv.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2006.

- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus Ed., 1996.
- BOURDIEU, Pierre e WACQUANT, Loïs. **Uma Invitación a la Sociologia Reflexiva**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005. pp.101-300
- BRASIL**. Ministério Público Federal. 2006. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/areas/ambiente/arquivos/sentenarv.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2006.
- BRAHMAM, Maya; HAY, Phil; WATSA, Kavita. **Urgent need to invest more in developing world's Record youth population, says World Development Report**. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,contentMDK:21049364~pagePK:64257043~piPK:437376~theSite:4607,00.html>>. Acesso em 09 nov. 2006.
- BRUNELLO, Bruno. **Quando se acredita que uma raposa pode cuidar do galinheiro**. 2002. Disponível em: <<http://juanfilloy.bib.unrc.edu.ar/completos/corredor/corredof/comi-b/BUSNELOF.HTM>>. Acesso em: 29 set. 2006.
- CAMPO, Chritiane. Deserto Verde: eucalipto não gera desenvolvimento. **Brasil de Fato**, 2006. Disponível em <<http://www.brasildefato.com.br/v01/impreso/anteriores/182/nacional/materia.2006-09-01.0818225025>>. Acesso em: 3-29 set. 2006.
- CASAGRANDE, Priscilla. Comitiva gaúcha visitará Stora Enso na Finlândia. **Agência de Notícia do Palácio Piratini**, Porto Alegre, 01 jun. 2006. Disponível em: <http://www.rsvirtual.com.br/artman/publish/article_1963.shtml>. Acesso em: 29 set. 2006.
- CASIRAGHI, Raquel. Aracruz instala nova fábrica no RS. **Agência Chasque**, 30 jun. 2006. Disponível em <http://www.mpabrasil.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=549&Itemid=2>. Acesso em: 04 nov. 2006.
- CASIRAGHI, Raquel. Fepam já liberou quase 10 mil áreas para eucalipto no RS. **Agência Chasque**, 28 jul. 2006. Disponível em <http://www.mpabrasil.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=549&Itemid=2>. Acesso em: 04 nov. 2006.
- CASIRAGHI, Raquel. Monocultura de eucalipto é tema de seminário em Porto Alegre. **Agência Chasque**, 2006.
- Celulose: setor cresce uma fábrica/ano. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 27 abr. 2006. Disponível em <<http://www.ageflor.com.br/index2.php?p=productsList&iCategory=9&PHPSESSID=907853f40bdef0eef68189e3c1cefc09>>. Acesso em: 04 nov. 2006
- CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 09 mar. 2006. Editorial de capa, p.01.
- COSTA, Maria Cristina Ferreira da. **Um trabalho de relações públicas que valorizou a profissão dentro de uma empresa e de um segmento de mercado**. Disponível em: <http://www.portal-rp.com.br/pop/publicospecificos/1982_10.htm>. Acesso em: 30 set. 2006.
- DE DAVID, Lino. Monocultivo de Árvores, Papel e Celulose na Metade Sul do RS. In: **Dossiê Deserto Verde: o latifúndio do eucalipto**. 2006.
- Entidades são parceiras e viabilizam plantio de eucalipto. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 17 maio 2006. Disponível em

<<http://www.ageflor.com.br/index2.php?p=productsList&iCategory=9&PHPSESSID=907853f40bdef0eef68189e3c1cefc09>>. Acesso em: 04 nov. 2006.

ERTEL, Lurdete. Galhos. **Zero Hora**, Porto Alegre, 08 jul. 2006. Disponível em <<http://www.ageflor.com.br/index2.php?p=productsList&iCategory=9&PHPSESSID=907853f40bdef0eef68189e3c1cefc09>>. Acesso em: 04 nov. 2006.

Estado do RS terá que parar com a propaganda apenas positiva das monoculturas de árvores. **Ecoagência**, 2006. Disponível em <http://www.natbrasil.org.br/html/noticias_2006/monocultura.html>. Acesso em: 29 set. 2006.

FAIRCLOUGH, Norman. **Critical discourse analysis: the critical study of language**. London: Longman, 1999.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

FALERO, Alfredo. El Paradigma Renascente de América Latina: uma aproximación sociológica a legados y desafíos de la visión centro-periferia. In: Beigel, Fernanda et al. **Crítica y Teoría en el Pensamiento Social Latinoamericano**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. p.217-286

Fepam faz zoneamento para iniciar plantios. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 02 maio 2006. Disponível em

<<http://www.ageflor.com.br/index2.php?p=productsList&iCategory=9&PHPSESSID=907853f40bdef0eef68189e3c1cefc09>>. Acesso em: 04 nov. 2006.

Fepam autoriza plantio de árvores. **Zero Hora**, Porto Alegre, 20 jun. 2006. Disponível em <<http://www.ageflor.com.br/index2.php?p=productsList&iCategory=9&PHPSESSID=907853f40bdef0eef68189e3c1cefc09>>. Acesso em: 04 nov. 2006.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 09 mar. 2006.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FURTADO, Celso. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política de Desenvolvimento Econômico**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. pp.75-146,

FURTADO, Celso. **O Capitalismo Global**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

Gaúchos se mobilizam contra a monocultura de eucalipto. Disponível em <<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=23782>>. Acesso em: 29 set. 2006.

Gazeta Mercantil. 27 abr. 2004. Disponível em:

<<http://www.celuloseonline.com.br/pagina/pagina.asp?iditem=3420>>. Acesso em: 22 out. 2006.

GUEDES, João. Florestadores pedem definição de regras. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 31 maio 2006. Disponível em

<<http://www.ageflor.com.br/index2.php?p=productsList&iCategory=9&PHPSESSID=907853f40bdef0eef68189e3c1cefc09>>. Acesso em: 04 nov. 2006.

GUEDES, João. Normas para plantio de florestas são negociadas. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 01 jun. 2006. Disponível em

<<http://www.ageflor.com.br/index2.php?p=productsList&iCategory=9&PHPSESSID=907853f40bdef0eef68189e3c1cefc09>>. Acesso em: 04 nov. 2006.

GOMES, Magnólia. **O Movimento Ecologista em Porto Alegre e a Criação de Legislação Ambiental na Década de 1970**. Disponível em:

<http://www.pucrs.br/eventos/sbpc/smed_poa/palestra/016.pdf>. Acesso em: 30 set. 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1996.

HASSE, Geraldo. Aproxima-se do fim a novela do zoneamento. **Jornal Já**, 17 jul. 2006. Disponível em <http://www.jornalja.com.br/especial_detalhe.php?id=263&cat=9>. Acesso em: 04 nov. 2006.

HILGENBERG, Emerson Martins e BACHA, Carlos José Caetano. **A evolução da indústria brasileira de celulose e sua atuação no mercado mundial**. Revista Análise Econômica, Porto Alegre, n.36, p.145-163. set. 2001. Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/fce/rae/edicoes_anteriores/pdf_edicao36/artigo08.pdf>. Acesso em: 29 set. 2006.

JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 10 jul. 2006. p.12.

Lei atrasa compras da Stora Enso na fronteira. Disponível em <<http://www.al.rs.gov.br/ag/index.htm>>. Acesso em: 04 nov. 2006.

Liberações ambientais ameaçam investimentos. **Zero Hora**, Porto Alegre, 15 jun. 2006. Disponível em

<<http://www.ageflor.com.br/index2.php?p=productsList&iCategory=9&PHPSESSID=907853f40bdef0eef68189e3c1cefc09>>. Acesso em: 04 nov. 2006.

MACEDO, Maurício. Estado terá zoneamento sobre florestamento. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 21 mar. 2006. Disponível em

<<http://www.ageflor.com.br/index2.php?p=productsList&iCategory=9&PHPSESSID=907853f40bdef0eef68189e3c1cefc09>>. Acesso em: 04 nov. 2006.

Marina Silva cria embaraços para florestamento. Disponível em

<http://www.polibiobraga.com.br/?PAG=noticias_anteriores_detalhe.asp?ID=19325>.

Acesso em: 29 set. 2006.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

MISOCZKY, Maria Ceci. **Estudos Críticos do Discurso**. 2004.

Monocultura de eucalipto atenta contra a Constituição, afirma procurador da República.

Disponível em

<http://www.jornadadeagroecologia.com.br/noticia_visualizacao.php?noticia=58>. Acesso em: 29 set. 2006.

Monocultura de Eucalipto avança no RS e ameaça biodiversidade. **Carta Maior**, 2005.

Disponível em <http://www.riosvivos.org.br/canal.php?canal=50&mat_id=7999>. Acesso em: 29 set. 2006.

MOURA, Heron. Aracruz anuncia investimentos de US\$1,3 bilhões no Estado. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 30 jun. 2006.

MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS. **Para o interesse das grandes empresas**. 2006. Disponível em

<http://www.mmcbrazil.com.br/rs/noticias/080606_deputados.htm>. Acesso em 29 set. 2006.

MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS. **Plantio de eucaliptos é novamente condenado por movimentos sociais em Porto Alegre.** Disponível em <http://www.mmcbrazil.com.br/noticias/170806_plantio_euc.htm>. Acesso em: 29 set. 2006.

MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS. **Entidades testemunham contra o passivo social da plantação de eucalipto.** Disponível em <http://www.mmcbrazil.com.br/noticias/170806_plant_euc.htm>. Acesso em: 29 set. 2006.

NAHÓN, Cecilia; ENRÍQUEZ, Corina Rodríguez; SCHORR, Martín. In: Beigel, Fernanda et al. **Crítica y Teoría en el Pensamiento Social Latinoamericano.** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. p.327-388

NETO, Percy Soares. 2004. 234 f. **Governança e o Eco-comprometimento promovendo Desenvolvimento Sustentável a partir da Gestão de Recursos Hídricos: o caso da Aracruz/Unidade Guaíba e seus stakeholders.** Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004SMARTWOOD. Resumo Público de Certificação da Aracruz Celulose S.A. – Unidade Guaíba. Guaíba, 2003. 26p.

Núcleo Popular de Jornalismo da Rádicom. Zona Sul no alvo das Empresas de Celulose: SOS. Pelotas, 29 set. 2006. Disponível em <<http://www.overmundo.com.br/overblog/zona-sul-no-alvo-das-empresas-de-celulose-sos>>. Acesso em 29 set. 2006.

NUNES, Roberta. Situação da Stora Enso no RS será debatida na quarta-feira. **Agência de Notícia do Palácio Piratini,** Porto Alegre, 10 jul. 2006. Disponível em: <http://www.rsvirtual.com.br/artman/publish/article_1963.shtml>. Acesso em: 29 set. 2006.

O outro lado. **Zero Hora,** Porto Alegre, 16 jun. 2006. Informe Econômico, p.22. Disponível em <<http://www.ageflor.com.br/index2.php?p=productsList&iCategory=9&PHPSESSID=907853f40bdef0eef68189e3c1cefc09>>. Acesso em: 10 nov. 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **The Millennium Development Goals Report 2006.** 2006.

OSÓRIO, Eduardo Allgayer. **Artigo.** Disponível em <http://www.diariopopular.com.br/26_06_06/artigo.html>. Acesso em 29 set. 2006.

Papel e Celulose. Disponível em <http://www.acionista.com.br/setor/020506_setor_papelecelulose.htm>. Acesso em: 29 set. 2006.

Para Ponte investir no Estado é vantajoso. **Jornal do Comércio,** Porto Alegre, 02 maio 2006. Disponível em <<http://www.ageflor.com.br/index2.php?p=productsList&iCategory=9&PHPSESSID=907853f40bdef0eef68189e3c1cefc09>>. Acesso em: 04 nov. 2006.

Parceria com a UFSM mede o impacto ambiental do plantio de árvores. **Jornal do Comércio, Porto Alegre,** 02 maio 2006. Disponível em <<http://www.ageflor.com.br/index2.php?p=productsList&iCategory=9&PHPSESSID=907853f40bdef0eef68189e3c1cefc09>>. Acesso em: 04 nov. 2006.

PINHEIRO, Sebastião. **Cartilha do Eucalipto.** Porto Alegre: Salles Editora, 2006.

PINHEIRO, Sebastião. **Habeas Ambiente.** Montevideu, 2005. Disponível em: <<http://www.uruguayambiental.com/noticias/PinheiroHabeasAmbiente.html>>. Acesso em: 29 set. 2006.

PINTO, Mônica. Ambientalistas do RS temem pelo futuro dos pampas com expansão da cultura de eucaliptos. **Ambiente Brasil**, 12 jan. 2006. Disponível em <<http://www.ambientebrasil.com.br/noticiais/indez.php3?action=ler&id=22629>>. Acesso em: 29 set. 2006.

Rigotto anuncia investimento da Aracruz no RS. Disponível em <http://www.sinap.org.br/template_S.php?id=2382>. Acesso em: 04 nov. 2006.

RIO GRANDE DO SUL. **Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul**. Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta. Porto Alegre, 2006. Disponível em <http://cnpq.mp.rs.gov.br/areas/ambiente/arquivos/tac_poa_fepam.doc>. Acesso em: 29 set. 2006.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento. Plano de Reestruturação Econômica da Metade Sul do Rio Grande do Sul. 1997. 1195f.

RITZEL, Lúcia. Estado será sede da nova fábrica da Aracruz. **Zero Hora**, Porto Alegre, 30 jun. 2006. Disponível em <<http://www.ageflor.com.br/index2.php?p=productsList&iCategory=9&PHPSESSID=907853f40bdef0eef68189e3c1cefc09>>. Acesso em: 04 nov. 2006.

ROXO, Carlos Alberto. Proposta de Agenda do Setor Brasileiro de Florestas Plantadas. In: **SEMINÁRIO A QUESTÃO FLORESTAL E O DESENVOLVIMENTO**. 2003. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/seminario/florestal11.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2006.

RYGGARD, Cíntia. **Ascensão, declínio e retomada do verde na mídia**. 2002. Disponível em: <http://www.jornaldomeioambiente.com.br/JMA-txt_importante/Monografia-CintiaRygaard.doc>. Acesso em: 30 set. 2006.

SANTOS, Nilton. Sperotto comemora instalação da nova fábrica da Aracruz em Guaíba. **Agência de Notícias do Palácio Piratini**, Porto Alegre, 29 jun. 2006. Disponível em <<http://www.al.rs.gov.br/ag/index.htm>>. Acesso em: 04 nov. 2006.

SOUZA, Janine. Antes do plantio, impacto ambiental. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 26 mar. 2006. Disponível em <<http://www.ageflor.com.br/index2.php?p=productsList&iCategory=9&PHPSESSID=907853f40bdef0eef68189e3c1cefc09>>. Acesso em: 04 nov. 2006.

Stora Enso anuncia intenção de investir US\$ 100 milhões na Metade Sul do Estado. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 02 maio 2006. Disponível em <<http://www.ageflor.com.br/index2.php?p=productsList&iCategory=9&PHPSESSID=907853f40bdef0eef68189e3c1cefc09>>. Acesso em: 04 nov. 2006.

Stora Enso inicia plantio no Estado. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 03 nov. 2006.

Stora Enso inicia plantio até junho. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 24 abr. 2006. Disponível em <<http://www.ageflor.com.br/index2.php?p=productsList&iCategory=9&PHPSESSID=907853f40bdef0eef68189e3c1cefc09>>. Acesso em: 04 nov. 2006.

Stora Enso investe em 8 municípios gaúchos. **Agência de Notícias do Palácio Piratini**, Porto Alegre, 10 out. 2005. Disponível em <<http://www.al.rs.gov.br/ag/index.htm>>. Acesso em: 04 nov. 2006.

Stora Enso revela hoje projeto para Metade Sul. Disponível em <<http://www.al.rs.gov.br/ag/index.htm>>. Acesso em: 04 nov. 2006.

Stora Enso vai investir com celulose US\$50 milhões no Estado. Disponível em <<http://www.al.rs.gov.br/ag/index.htm>>. Acesso em: 04 nov. 2006.

STORA ENSO. Creating Value. Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://www.federasul.com.br/repositorio/BibArq000005.ppt>>. Acesso em: 30 set. 2006.

VOTORANTIM CELULOSE E PAPEL. 2004. Disponível em: <<http://www.vcp.com.br/Institucional/Empresa/VCP+Florestal/>>. Acesso em: 10 out. 2006.

Zero Hora, Porto Alegre, 18 abr. 2004. Economia. p.16.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Carta Maior**, mar. 2006. Disponível em <http://www.riosvivos.org.br/canal.php?canal=50&mat_id=8774>. Acesso em: 29 set. 2006.